

# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO 2013

carris 

---

Transportes de Lisboa



# RELATÓRIO GESTÃO

carris 

Transportes de Lisboa

# ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	5
PRINCIPAIS INDICADORES .....	8
1. APRESENTAÇÃO .....	9
2. SERVIÇO PRESTADO .....	14
2.1. REDE .....	14
2.2. OFERTA .....	16
2.3. PROCURA .....	16
2.4. QUALIDADE DE SERVIÇO .....	17
2.5. TARIFÁRIO E MERCADO .....	22
2.6. COMUNICAÇÃO E IMAGEM .....	33
3. RECURSOS HUMANOS .....	39
3.1. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL .....	39
3.2. PRÁTICAS DE RECURSOS HUMANOS .....	41
3.3. EVOLUÇÃO DO EFETIVO .....	51
3.4. ACIDENTES DE TRABALHO .....	53
3.5. SAÚDE .....	54
3.6. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO .....	55
3.7. ACADEMIA CARRIS .....	55
3.8. PROCESSO DIGITAL DO COLABORADOR .....	56
3.9. TRIPULANTES: DESEMPENHO + .....	56
3.10. PROTOCOLOS E PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES .....	57
3.11. APOIO + .....	57
4. RECURSOS MATERIAIS E TECNOLOGIAS .....	58
4.1. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO .....	58
4.2. INFRAESTRUTURAS DE TRAÇÃO ELÉTRICA .....	60
4.3. APROVISIONAMENTO .....	62

4.4.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO .....	64
5.	RECURSOS FINANCEIROS .....	72
5.1.	FLUXOS FINANCEIROS .....	72
5.2.	INVESTIMENTO REALIZADO .....	72
5.3.	ESTRUTURA PATRIMONIAL .....	73
5.4.	GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO .....	76
6.	RESULTADOS ECONÓMICOS .....	78
6.1.	RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA.....	78
6.2.	RESULTADOS POR EXPLORAÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO.....	80
6.3.	RENDIMENTOS TOTAIS POR NATUREZA .....	81
6.4.	GASTOS TOTAIS POR NATUREZA.....	82
6.5.	PRODUTIVIDADE .....	83
7.	GOVERNO SOCIETÁRIO.....	85
8.	RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	90
9.	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	92
10.	EVOLUÇÃO PREVISTA - PERSPETIVAS PARA 2014 .....	115
11.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	117
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	CONTAS DO EXERCÍCIO .....	119
	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	164
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	172

## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Este relatório refere, com detalhe e rigor, a atividade da CARRIS e os resultados obtidos no exercício de 2013, ano em que completou 141 anos ao serviço da Cidade de Lisboa.

Passou-se mais um ano, o primeiro completo, de integração entre a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA. Nesta nova fase pretende-se garantir uma mobilidade à população que servimos, mais racional, mais eficiente, mais eficaz e, conseqüentemente, mais económica.

Importa, por isso, fazer um balanço das diversas medidas que o Conselho de Administração desenvolveu neste sentido e cuja parte mais visível está focada na relação da CARRIS com os seus clientes.

Os resultados das medidas adotadas, descritas neste Relatório, são bem visíveis, tendo, na CARRIS, o EBITDA aumentado, em 2013, para 26,6 milhões de euros, mais 11,7 milhões de euros do que em 2012, com mais vendas (+3,9 milhões de euros), menos gastos considerados operacionais (- 1,7 milhões de euros) e menos subsídios do Estado (- 0,8 milhões de euros).

Para estes resultados contribuiu, desde logo, o significativo redimensionamento do quadro de pessoal da CARRIS, tendo a empresa cumprido praticamente o objetivo de redução em 20% do seu número de trabalhadores face ao que se verificava em 1 de janeiro de 2011.

Relevantes foram também as medidas tomadas no sentido da integração dos grupos CARRIS e METROPOLITANO DE LISBOA, desde logo, ao nível da homogeneização dos procedimentos. Procurou-se identificar as melhores práticas de cada empresa, que de seguida foram transpostas para as restantes empresas de ambos os grupos.

Neste sentido, o Conselho de Administração comum tem desenvolvido esforços no sentido da contratação conjunta e agregada de serviços pela CARRIS e pelo METROPOLITANO DE LISBOA, procurando, sempre que possível, beneficiar do efeito de escala gerado para obter melhores condições comerciais e contratuais. Foi assim com a comunicação, com o parque de impressoras, com a eletricidade e com o gásóleo, entre outros.

No âmbito do processo de renovação da certificação do Metropolitano, a equipa de qualidade e do ambiente da CARRIS levou a cabo, durante o ano de 2013, a auditoria de ambiente ao METROPOLITANO DE LISBOA.

Aproveitando o vasto conhecimento do METROPOLITANO DE LISBOA na manutenção do material circulante ferroviário, este passou, também, a efetuar, com grande eficiência, algumas operações de manutenção da frota de elétricos articulados da CARRIS.



Embora os resultados globalmente alcançados sirvam de estímulo, sabemos que ainda há muito trabalho a desenvolver no sentido da progressiva integração dos dois grupos empresariais.

Assim, devemos continuar a otimizar a utilização dos recursos, quer externos, quer internos, procurando eliminar algumas ineficiências ainda existentes.

Cientes, porém de que, todas as medidas adotadas não podem postergar aquela que é a missão principal da CARRIS: assegurar a mobilidade dos nossos clientes com sustentabilidade ambiental e económica.

A prossecução de políticas de combate à fraude tem, também, sido um domínio importante, enaltecendo-se, desde já, o trabalho que a PSP tem vindo a realizar de apoio aos fiscais da empresa em ações concentradas, mas, também, na pronta disponibilidade sempre demonstrada para intervir, salvaguardando desta forma a segurança dos clientes e tripulantes. Este combate à fraude necessita, também, de medidas externas que reforcem a garantia da efetiva penalização dos infratores, situação que em 2014, sofrerá uma importante evolução face às alterações entretanto introduzidas pela lei do OE nesta matéria, que tornarão a cobrança das sanções pecuniárias muito mais eficaz.

Com vista à redução dos níveis de fraude, a CARRIS, em conjunto com o METROPOLITANO DE LISBOA tem desenvolvido um conjunto de medidas, a concretizar durante o ano de 2014, com vista a mobilizar todos os colaboradores, cada qual no âmbito da missão que lhe está atribuída, designadamente através da realização de campanhas internas, nos meios de comunicação existentes na empresa.

Em 2013, a CARRIS lançou, também, uma campanha, visando a alteração da “atitude comercial” dos tripulantes e agentes de tráfego, apelando à maior atenção à entrada dos clientes de modo a certificar-se de que os respetivos títulos são devidamente validados, sendo esta uma medida preventiva de extrema importância.

A melhoria do desempenho e da segurança dos agentes de fiscalização da CARRIS, em articulação com o METROPOLITANO DE LISBOA, através da promoção das ações de formação adequadas, constitui outro exemplo de uma medida integradora já adotada.

A CARRIS, durante o ano de 2013, incrementou, também, o efetivo da fiscalização, visando assim aumentar a perceção da ação da fiscalização junto dos potenciais infratores, como efeito dissuasor, tendo, para tal, integrado novos agentes de fiscalização provenientes de recrutamento interno, o que se traduziu num acréscimo superior a 30% do efetivo desta área da empresa.

Também o sistema tarifário necessita de ser mais simplificado, de forma a tornar-se mais compreensível para os clientes, implicar uma gestão menos onerosa, bem como permitir uma repartição de receitas mais justa, que reflita os passageiros efetivamente transportados por cada um dos operadores.

O sucesso alcançado com o Navegante tem de ser alargado, agora aos combinados existentes, substituindo-os por uma base Navegante, a que se junta cada um dos operadores, eliminando títulos que, por uma razão ou por outra, deixaram de fazer sentido e refazendo a matriz de repartição de receitas, conforme referido.

Em 2013 foi dado um passo importante neste sentido, com um novo diploma que vem clarificar, quer a subsidiação do Estado, quer a repartição de receitas, sendo, no entanto, necessário para a sua correta aplicação, repensar toda a organização atual do sistema de transportes da região de Lisboa.

Só assim, será possível romper com hábitos instalados, criar novas regras, novas exigências de serviço e, sobretudo, contratualizar todo o serviço público de transporte, envolvendo o Estado, as Autarquias e os Reguladores, dando ao processo uma absoluta transparência em prol das populações da região de Lisboa que passarão a beneficiar de um verdadeiro sistema integrado de transporte público, ao melhor preço possível.

Note-se que todo este ajustamento do sistema terá, de acordo com a legislação europeia sobre transportes, de ser concluído até 2019.

Este é um processo complexo e exigente para o qual o Conselho de Administração e a estrutura diretiva da empresa estão fortemente empenhados e motivados, apoiados neste desiderato por muitos colaboradores felizmente disponíveis para participar nesta mudança.

O Conselho de Administração




---

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Bogas



---

Dr. Luis Carlos Antunes Barroso



---

Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo

## PRINCIPAIS INDICADORES

<b>OFERTA (milhares)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Veículos-km S.P.</b>	<b>41.577</b>	<b>41.376</b>	<b>38.176</b>	<b>34.481</b>	<b>32.836</b>
Autocarros	39.586	39.378	36.296	32.677	31.100
Elétricos+Ascensores+Elevadores	1.991	1.999	1.880	1.803	1.736
<b>Veículos-hora S.P.</b>	<b>2.933</b>	<b>2.921</b>	<b>2.688</b>	<b>2.439</b>	<b>2.334</b>
Autocarros	2.707	2.688	2.472	2.229	2.128
Modo Elétrico	226	232	216	210	205
<b>Lugares-km</b>	<b>3.748.885</b>	<b>3.726.362</b>	<b>3.431.537</b>	<b>3.124.753</b>	<b>2.967.434</b>
Autocarros	3.556.594	3.533.571	3.251.326	2.951.127	2.800.631
Elétricos+Ascensores+Elevadores	192.291	192.791	180.211	173.626	166.803
<b>PROCURA (milhares)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Passageiros S.P. com Título Transporte Pago</b>	<b>218.078</b>	<b>215.577</b>	<b>202.487</b>	<b>169.230</b>	<b>163.937</b>
Autocarros	200.539	197.205	185.971	154.823	150.140
Elétricos+Ascensores+Elevadores	17.539	18.372	16.516	14.407	13.797
<b>Passageiros S.P.</b>	<b>224.217</b>	<b>223.405</b>	<b>214.986</b>	<b>180.926</b>	<b>174.481</b>
Autocarros	206.190	204.373	197.624	165.853	160.070
Elétricos+Ascensores+Elevadores	18.027	19.032	17.362	15.072	14.411
<b>Passageiros-km S.P.</b>	<b>732.660</b>	<b>737.688</b>	<b>709.881</b>	<b>590.449</b>	<b>542.519</b>
Autocarros	688.469	691.597	667.772	554.608	508.618
Elétricos+Ascensores+Elevadores	44.191	46.091	42.110	35.841	33.901
<b>QUALIDADE DO SERVIÇO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Velocidade Média de Exploração (km/h)</b>	<b>14,33</b>	<b>14,36</b>	<b>14,39</b>	<b>14,35</b>	<b>14,30</b>
Autocarros	14,62	14,65	14,68	14,66	14,61
Elétricos *	10,17	10,28	10,39	10,33	10,27
* Não inclui ascensores e elevadores					
<b>Taxa de Ocupação (%)</b>	<b>19,5</b>	<b>19,8</b>	<b>20,7</b>	<b>18,9</b>	<b>18,3</b>
Autocarros	19,4	19,6	20,5	18,8	18,2
Elétricos+Ascensores+Elevadores	23,0	23,9	23,4	20,6	20,3
<b>FROTA</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Frota Total</b>	<b>817</b>	<b>820</b>	<b>772</b>	<b>697</b>	<b>697</b>
Autocarros	752	755	707	632	632
Elétricos	57	57	57	57	57
Ascensores+Elevadores	8	8	8	8	8
<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Efetivo Total em 31 de dezembro</b>	<b>2.761</b>	<b>2.771</b>	<b>2.634</b>	<b>2.396</b>	<b>2.255</b>
Efetivo Tripulante em 31 de dezembro	1.866	1.836	1.738	1.560	1.491
<b>RECEITAS (milhares de euros correntes)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Receitas por Título de Transporte Pago (Valores Líquidos)</b>	<b>78.363</b>	<b>78.846</b>	<b>84.201</b>	<b>85.849</b>	<b>89.111</b>
Passes (Inclui compensação 4_18 e sub-23)	51.227	52.262	55.583	56.000	56.963
Pré-Comprados	7.631	13.423	15.264	17.606	20.826
Bilhetes	19.505	13.160	13.353	12.242	11.322
<b>RESULTADOS (milhares de euros correntes)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-13.725</b>	<b>-17.724</b>	<b>15.197</b>	<b>-2.554</b>	<b>1.034</b>
Indemnizações Compensatórias	53.803	50.872	53.000	19.511	18.568
EBITDA (corrigido de provisões)	7,5	2,6	34,5	14,9	26,6

NOTA: A partir de fevereiro de 2012 passou a ser utilizado, nos Passes em que apenas intervêm a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA, o coeficiente de repartição resultante do Inquérito à Mobilidade de 2007. Para efeitos comparativos, os indicadores de Procura dos anos anteriores a fevereiro de 2012, encontram-se corrigidos com este coeficiente.



# 1. APRESENTAÇÃO

As atuais projeções confirmam as perspetivas de uma recuperação gradual da economia portuguesa. A partir do final de 2013, a economia registou taxas de variação homólogas do PIB positivas. Em 2014 e 2015, o crescimento da economia portuguesa tenderá a aproximar-se dos valores atualmente projetados para o conjunto da área do euro.

Não obstante, alguns estrangulamentos estruturais ao crescimento económico continuarão a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro próximo.

Em particular, destacam-se o elevado endividamento dos vários setores institucionais, o nível ainda relativamente baixo das qualificações da população ativa e a forte segmentação do mercado de trabalho, que promove uma longa duração do desemprego e uma elevada rotação de alguns grupos de trabalhadores.

A correção dos desequilíbrios acumulados nas últimas décadas deverá, assim, persistir ao longo de 2014 e nos anos seguintes, ainda que de forma mais moderada.

Após um significativo ajustamento dos custos salariais, observado no setor privado nos últimos anos, perspetiva-se uma evolução salarial consistente com o crescimento projetado para a produtividade.

Por outro lado, o processo de consolidação orçamental deverá continuar ao longo do ano de 2014, no quadro dos compromissos assumidos ao nível europeu.

O processo de ajustamento deverá assumir uma natureza permanente, não só no que se refere à trajetória de consolidação orçamental de médio prazo, mas, também, ao conjunto de reformas estruturais em curso.

Neste âmbito, importa sublinhar a importância do compromisso assumido pelas autoridades, no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento, de alcançar um saldo orçamental estrutural de - 0.5 por cento do PIB no médio prazo. O cumprimento deste objetivo é essencial para garantir uma trajetória sustentadamente descendente da dívida pública portuguesa.

O regresso de Portugal a um financiamento estável de mercado a partir do próximo mês de maio de 2014 é um processo exigente e requer a prossecução estrita dos compromissos assumidos pelo país. Esta é uma condição indispensável para a firme credibilização do ajustamento económico no médio e longo prazo. Este ajustamento surge reforçado no atual quadro de aprofundamento da integração europeia, com destaque para o processo de criação de uma verdadeira união bancária e para a aplicação das novas regras orçamentais na União Europeia. A nível interno, é fundamental que se estabeleçam compromissos credíveis de horizonte alargado, de modo a aprofundar a coesão social e o consenso institucional em torno destes objetivos nacionais.

Em 23 de agosto de 2012, o Governo nomeou uma administração conjunta para a CARRIS e para o METROPOLITANO DE LISBOA. Assim, o conselho de administração destas empresas passou a ser composto exclusivamente por quatro titulares comuns. Desta forma, operou-se uma redução dos membros dos referidos Conselhos de Administração de 10 titulares (5 em cada uma das empresas) para somente 4.

Em 7 de junho de 2013, o Conselho de Administração ficou reduzido a três membros, por força da demissão do Senhor Presidente do Conselho de Administração da CARRIS, o Dr. José Manuel Silva Rodrigues, nos termos da resolução do conselho de ministros n.º40/2013, publicada no diário da república n.º 115, de 18.06.2013.

A esta administração conjunta foi cometida, prioritariamente, a missão de concretização dos objetivos definidos no PET - Plano Estratégico de Transportes, aprovado pela resolução do conselho de ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa, ou seja e em traços gerais, desenvolver e concretizar o processo de integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, bem como estudar e preparar o modelo de abertura à exploração, por entidades privadas, dos serviços de transporte prestados por estas empresas.

Neste sentido, a nova administração conjunta tem vindo, desde o início das suas funções, a promover, numa lógica de gestão integrada CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, nos seus diferentes modos (elétrico, autocarro e metropolitano), de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade.

A este propósito, importa acrescentar que as leis do Orçamento do Estado para 2012 e 2013 determinaram para o Setor Empresarial do Estado várias medidas, visando a redução de custos e o aumento da respetiva eficiência económica, as quais têm vindo a ser naturalmente cumpridas, pela empresa.

Este relatório evidencia, com clareza, a evolução da CARRIS ao longo de 2013.

No plano tarifário, foram concretizadas, durante o ano de 2013, medidas adicionais de reestruturação, dando seguimento à política definida pelo governo em 2011 e 2012, que permitiram o aumento das respetivas bases tarifárias médias, com o conseqüente reflexo positivo nos proveitos tarifários, obtidos na empresa.

Assim, desde 1 de janeiro de 2013, os clientes passaram a usufruir de um tarifário comum (Passe NAVEGANTE e Bilhete viagem CARRIS/METRO), passo importante para flexibilizar a mobilidade e facilitar o acesso à oferta de ambas as empresas, com vantagens evidentes.

Ao mesmo tempo, procedeu-se à racionalização da oferta da CARRIS, em articulação com o METROPOLITANO DE LISBOA, reforçando a componente de complementaridade entre as duas redes.

Durante o exercício de 2013, o processo de integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA tem-se traduzido em diversas medidas, de que cumpre destacar a adoção de um conjunto de projetos comuns, salientando-se, entre outros, a transformação dos Espaços Mob (CARRIS) e dos Gabinetes de Cliente (METRO) em “Espaços Cliente” (CARRIS/METRO), com uma nova imagem comum e um atendimento orientado para os clientes das duas empresas. Em 18 de março, foi inaugurado o primeiro “Espaço Cliente” no Campo Grande, espaço único onde os clientes puderam passar a tratar, pela primeira vez, de assuntos relativos a qualquer uma das duas empresas.

Em abril, o conceito “Espaço Cliente” foi estendido às lojas Mob da CARRIS do Arco Cego e de Santo Amaro, bem como à estação do METROPOLITANO DE LISBOA do Marquês de Pombal.

Foi, também, disponibilizado um centro de atendimento comum às duas operadoras que veio permitir, aos clientes da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, a obtenção, de uma forma mais simples e direta, da informação e dos esclarecimentos de que necessitem, nas vertentes comercial, operacional e institucional, a que acresce a otimização, nas duas empresas, dos meios técnicos e dos recursos humanos alocados a esta atividade. Através de um único número de telefone e de um endereço eletrónico comum, os clientes podem, atualmente, encontrar trabalhadores da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA habilitados a responder às questões indiferenciadas que sejam colocadas sobre qualquer das empresas.

Foi, ainda, criado um diagrama comum das redes CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA, onde os clientes podem visualizar, de uma forma integrada, todas as linhas de metropolitano e as principais carreiras de autocarros e de elétricos, evidenciando as diversas alternativas oferecidas e os principais pontos de interface das redes das duas empresas, tendo sido criada uma newsletter externa, que tem por objetivo comunicar aos clientes, as atividades mais importantes levadas a cabo.

Em 2013, procedeu-se à substituição, ao nível da comunicação interna, dos meios existentes em cada empresa por uma revista única, a “VIA LX” e por uma newsletter única, meios particularmente importantes de divulgação da nova cultura CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA, em fase de construção.

Durante o ano transato, a empresa desenvolveu um conjunto de medidas e de ações tendentes à potenciação de sinergias, através da prestação de serviços de manutenção, pelas oficinas do METROPOLITANO DE LISBOA à área de carros elétricos da CARRIS, estando em estudo uma colaboração mais estreita entre estas duas empresas na área da manutenção. No âmbito do processo de renovação da certificação do METROPOLITANO DE LISBOA, a equipa de qualidade e ambiente da CARRIS levou a cabo a auditoria de ambiente no metropolitano.

Em 2013, a CARRIS, em articulação com o METROPOLITANO DE LISBOA, desenvolveu um programa que teve em vista a partilha de meios humanos e materiais existentes nas áreas centrais das duas empresas, nomeadamente no marketing e na logística, prevendo o

mesmo, ainda, a contratação partilhada do fornecimento de bens e serviços, maximizando o efeito de escala, por recurso à figura de agregação de entidades adjudicantes, com ganhos muito significativos para ambas as empresas, dos quais se destacam a aquisição de serviços de gestão de resíduos, a aquisição de serviços de fornecimento de energia elétrica em alta tensão (AT), média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE) para as instalações das empresas, a aquisição de serviços de fornecimento de gásóleo e, ainda, a locação de equipamentos de impressão/multifunções e aquisição de serviços da respetiva manutenção/suporte técnico.

Ainda no âmbito da redução de custos, cumpre destacar o significativo redimensionamento do quadro de pessoal ocorrido em 2013. Com efeito, verificou-se uma redução global de 141 colaboradores de diferentes níveis funcionais e hierárquicos da empresa. Desta forma, a empresa praticamente atingiu a meta de redução fixada na LOE (veio a atingi-la no decurso do mês de fevereiro de 2014), no que se julga ser um caso singular no sector dos transportes.

Espera-se, ainda que o próprio processo de integração operacional que prosseguirá e se consolidará, em 2014, venha a incrementar a redução do efetivo, em especial nas áreas corporativas de ambas as empresas, de onde resultará um acréscimo da eficiência e da produtividade com impactos positivos na diminuição dos custos operacionais e na melhoria do desempenho, de que o principal beneficiário final será, sempre, o cliente do transporte público.

A CARRIS refletiu, de forma positiva, nos seus resultados, como era previsível, o efeito conjugado das várias medidas implementadas, quer as resultantes das políticas públicas adotadas, designadamente as decorrentes da Lei do Orçamento de 2012 e 2013, quer as que foram implementadas no âmbito da gestão, tendo-se verificado, globalmente, uma redução significativa dos gastos operacionais e um aumento dos proveitos, que permitiram, uma vez mais, que o exercício se tenha concluído com um EBITDA positivo de cerca de 26,6 milhões de euros.

Neste domínio particular, é de referir que este resultado foi alcançado num quadro em que a Indemnização Compensatória, atribuída pelo Estado, foi reduzida em mais de 64%, tendo passado de 53,0 milhões de Euros, em 2011, para 19,5 milhões, em 2012 e para 18,6 milhões em 2013.

Continua a merecer realce, em 2013, o grau de cobertura dos gastos operacionais do serviço público pelos rendimentos antes de indemnização compensatórias, que, no modo autocarro, se situa acima dos 85% e no modo elétrico atinge os 117%. Este facto continua a colocar a CARRIS com um dos operadores mais eficientes, no plano europeu.

A evolução dos principais indicadores evidencia, com clareza, que as melhorias verificadas nos últimos anos, refletidas em níveis de EBITDA positivos, vai prosseguir, dando sinais claros de consolidação do processo de reestruturação que a CARRIS tem vindo a desenvolver, ao longo dos vários anos.

Em 2013, a CARRIS dedicou grande atenção à perda estrutural de passageiros que tem afetado todo o setor. De modo a inverter esta situação, foram tomadas diversas medidas, abrangendo muitos domínios da atividade da empresa, quer na área da operação, designadamente através do reforço da articulação entre as redes da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, quer no domínio do marketing, através do desenvolvimento de ações inovadoras e integradas de promoção e de divulgação do transporte público, quer, ainda, no domínio da qualificação dos recursos humanos, melhorando e desenvolvendo as suas competências, designadamente, pela melhor orientação para o serviço ao cliente.

No combate à fraude, razão importante de perda de passageiros, foram preparadas novas medidas de combate, no plano legislativo e no plano operacional, com vista a obter uma diminuição significativa dos níveis de fraude.

Cumpre, ainda, sublinhar que a CARRIS tem prosseguido, de forma consistente, a sua responsabilidade enquanto agente económico e social que atua no domínio da mobilidade urbana, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento e para a sustentabilidade da cidade de Lisboa e da sua área metropolitana, o que tem sido prosseguido, num contexto de ajustamento integrado da sua atividade às necessidades do mercado, sempre norteado pela otimização da utilização dos recursos, com vista ao aumento da eficiência empresarial e da permanente melhoria da qualidade do serviço prestado.

Em conclusão, pode afirmar-se que o exercício de 2013 permitiu a prossecução das medidas tendentes à consolidação da melhoria operacional que a CARRIS tem vindo a evidenciar, de forma clara e consistente, em diversos domínios, nos últimos anos, o que, uma vez mais, foi reconhecido e valorizado pelos vários “stakeholders” da empresa, designadamente pelos seus clientes, tendo-se verificado, neste domínio, um aumento da satisfação com o serviço prestado pela CARRIS em 2,4 pontos, relativamente ao ano de 2012, tendo o índice de satisfação atingido um nível médio de 67,7 pontos (numa escala de 0 a 100), o que evidencia um aumento muito significativo, igualando o valor alcançado em 2010.

## 2. SERVIÇO PRESTADO

O ano de 2013, à semelhança do que já se verificara nos anos transatos, continuou a estar condicionado pela necessidade de se adotarem medidas de restrição orçamental, que determinaram a implementação de um conjunto de ajustamentos da oferta à procura, com vista à redução dos custos de exploração e à melhoria da rendibilidade dos serviços.

Embora em menor número e de menor impacto do que as medidas adotadas nos dois anos anteriores foram, progressivamente, implementadas ao longo do ano, mais algumas alterações na rede e nas frequências das carreiras.

Com o objetivo de minimizar os percursos em vazio, com a consequente racionalização de meios e de custos, procedeu-se, em 2013, à transferência das seguintes carreiras entre as várias estações da CARRIS:

- 738 e 747 para a Estação da Pontinha;
- 759 para a Estação da Musgueira.

Estas medidas foram acompanhadas pela reafetação de meios entre as estações, designadamente ao nível do pessoal tripulante e da frota de autocarros.

Infelizmente, não foi possível, ainda, durante este ano, assistir à implementação, por parte das entidades competentes, designadamente da Câmara Municipal de Lisboa, de medidas de proteção e de apoio à operação dos transportes públicos, tendo-se mesmo verificado alguns retrocessos. Tal está espelhado na redução da velocidade média de exploração e no acréscimo do número de interrupções da circulação, devido à ocorrência de situações de veículos mal estacionados, afetando, em particular, a operação do modo elétrico.

Refletindo o contexto social e político, a conflitualidade social e o consequente incremento, quer das manifestações, com ocupação de via pública, quer das greves na CARRIS e em outros operadores, nomeadamente no METROPOLITANO DE LISBOA, a prestação do serviço foi penalizada, seja pelas frequentes alterações de trajetos das carreiras afetadas, seja pela variação da procura, decorrente da incerteza introduzida. Não obstante, a CARRIS procurou garantir aos seus clientes a melhor regularidade da oferta, com reflexo na qualidade do serviço oferecido e na imagem da empresa.

Este esforço encontrou tradução no cumprimento do serviço programado que, no que respeita à disponibilização dos meios materiais e humanos necessários foi, praticamente total, refletindo uma gestão eficiente dos recursos disponíveis.

### 2.1. REDE

Destacam-se, ao longo de 2013, a adoção de um conjunto de medidas, a seguir indicadas, decorrentes da adaptação da oferta à evolução das condições de circulação, bem como de



desenvolvimentos da procura que recomendaram a introdução de algumas alterações pontuais ao nível da estrutura da rede. Assim, destacam-se as seguintes medidas:

- Restabelecimento, no sentido poente – nascente, da circulação das carreiras 713-716-726-742 pela Av. Duque D'Ávila, por decisão da câmara municipal de Lisboa, contrariando um seu anterior projeto, afastando entre si os dois sentidos destas carreiras (março);
- Suspensão do funcionamento da carreira 98 (abril);
- Reestruturação parcial da Rede da Madrugada, com alteração de percurso e terminal da carreira 202 e supressão da carreira 205. Esta medida foi acompanhada pelo alargamento, simultâneo, do período de funcionamento da carreira 726 (maio);
- Alteração de percurso e paragens das carreiras 798 e 206 devido à entrada em funcionamento do Eixo Central da Alta de Lisboa (maio);
- Linearização do percurso da carreira 729, na zona de Monsanto, pela alteração de percurso deixando de circular pela Estr. Forte Monsanto e Av. Tenente Martins, passando a circular pela Estrada de Monsanto em toda a extensão (agosto);
- Alteração do local de terminal da carreira 708 e de paragem da carreira 760 no Martim Moniz, para acomodação de alguns serviços de turismo nesta praça (setembro);
- Prolongamento de percurso da carreira 768 entre a Quinta do Olival e a Quinta dos Alcoutins, no sentido de melhorar o potencial de captação de procura (outubro);
- Criação de novo grupo de paragens "Passeio Adamastor", no Parque das Nações Sul, para melhorar a acessibilidade ao Hospital CUF Descobertas (dezembro);
- Alteração de paragens e terminais, das carreiras 744, 746 e 748 no Marquês de Pombal, no sentido de melhorar, nesta importante plataforma de conexão de transportes, as condições de circulação e de transbordo (dezembro).

Com as alterações adotadas em 2013, a rede passou a ser constituída por 72 carreiras de autocarros e 5 de elétricos, mantendo-se relativamente estável a sua extensão total.

	Autocarros	Elétricos	TOTAL
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)	1.521	58	1.579
Extensão da Rede (via simples - km)	669	48	676
Nº de Carreiras	72	5	77
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)	21,1	11,6	20,5

## 2.2. OFERTA

A oferta anual, medida pelo número de “veículos x km” produzidos, registou uma redução de 4,8% relativamente ao ano de 2012.

Esta redução de oferta é consequência das várias medidas de ajustamento da oferta anteriormente referidas.

	VEÍCULOS * km (10 <sup>3</sup> )			LUGARES * km (10 <sup>6</sup> )		
	2013	2012	Var%	2013	2012	Var%
Autocarros	31.100	32.677	-4,8	2.801	2.951	-5,1
Elétricos+Ascensores+Elevadores	1.736	1.803	-3,7	167	174	-3,9
<b>TOTAL</b>	<b>32.836</b>	<b>34.481</b>	<b>-4,8</b>	<b>2.967</b>	<b>3.125</b>	<b>-5,0</b>

## 2.3. PROCURA

O ano 2013 iniciou-se, ainda, com uma quebra acentuada da Procura, continuação da perda acentuada verificada em 2012, tendendo para uma estabilização, a meio do ano, vindo a terminar o ano com um acréscimo, ainda que reduzido, sendo exceção o mês de dezembro, em que a procura registou uma quebra relativamente ao mês homólogo, em consequência da ocorrência de várias situações de greve.

Globalmente, a Procura caracterizou-se, relativamente a 2012, por uma redução de 3,1% nos “Passageiros com Título de Transporte Pago” e de 3,6% nos “Passageiros de Serviço Público”. Para a diferença entre estas variações contribuiu a suspensão da concessão do transporte gratuito aos familiares dos colaboradores da empresa, assim como o cancelamento da extensão da validade em toda a rede CARRIS dos títulos adquiridos no serviço AeroBus.

Estes resultados, apesar de, ainda, negativos, começam a evidenciar uma recuperação da Procura, que se espera ver confirmada em 2014.

	PASSAGEIROS TTP (10 <sup>3</sup> )			PASSAGEIROS SP (10 <sup>3</sup> )			Passageiro x km (10 <sup>6</sup> )		
	2013	2012	Var%	2013	2012	Var%	2013	2012	Var%
Autocarros	150.140	154.823	-3,0	160.070	165.853	-3,5	509	555	-8,3
Elét. + Asc. + Elev.	13.797	14.407	-4,2	14.411	15.072	-4,4	34	36	-5,4
<b>TOTAL</b>	<b>163.937</b>	<b>169.230</b>	<b>-3,1</b>	<b>174.481</b>	<b>180.925</b>	<b>-3,6</b>	<b>543</b>	<b>591</b>	<b>-8,2</b>

A maior redução dos “Passageiros x km”, comparativamente com os Passageiros, está relacionada com a progressiva diminuição do “Percurso Médio por Passageiro”.

## 2.4. QUALIDADE DE SERVIÇO

### 2.4.1. Velocidade Média de Exploração (km/h)

Tal como já se tinha verificado em 2012, continuou a registar-se uma ligeira degradação da Velocidade Média de Exploração na rede da CARRIS, que passou de 14,35 km/h para 14,30 km/h em 2013.

Esta redução correspondeu a um decréscimo de 0,6% na rede de elétricos e de 0,3%, na rede de autocarros.

#### VELOCIDADE MÉDIA DE EXPLORAÇÃO (km/h)

	2013	2012	Var%
Autocarros	14,61	14,66	-0,3
Elétricos	10,27	10,33	-0,6
<b>TOTAL</b>	<b>14,30</b>	<b>14,35</b>	<b>-0,4</b>

A manutenção do funcionamento, em colaboração com a Polícia Municipal, da equipa de “Vigilantes” para fiscalização de corredores BUS e estacionamento irregular em paragens ou em locais em que dificulta a circulação do transporte público, que, ao longo do ano, efetuou 4.181 autuações e promoveu a remoção por reboque de 278 viaturas irregularmente estacionadas, não se revelou, ainda assim, suficiente para a melhoria global da circulação do transporte público, a qual será absolutamente necessário promover, através de uma maior articulação entre as diferentes entidades intervenientes, sejam gestoras ou fiscalizadoras da utilização da via pública.

Em consequência, continuaram a verificar-se frequentes interrupções de circulação, devido a situações de veículos mal estacionados. Em 2013, verificaram-se 1.232 interrupções, mais 12% do que no ano anterior, correspondendo à imobilização “forçada” de autocarros e elétricos, na via pública, num total de 806 horas. Por razões compreensíveis, o mais afetado

por este fator perturbador da regularidade do serviço é o modo elétrico, envolvendo, também, naturalmente, os elétricos articulados.

#### 2.4.2. Taxa de Ocupação

O indicador Taxa de Ocupação relaciona a Procura, medida em “Passageiros x km”, com a Oferta, medida em “Lugares x km”.

Em 2013, reflexo dos decréscimos conjugados da Procura e do Percurso Médio por Passageiro e, apesar, também, do decréscimo da oferta, a Taxa de Ocupação evidencia um decréscimo de 4,2% relativamente ao ano anterior.

#### TAXA DE OCUPAÇÃO

	2013	2012	Var%
Autocarros	18,16	18,79	-3,4
Eléct + Asc + Elev	20,32	20,64	-1,5
<b>TOTAL</b>	<b>18,28</b>	<b>18,90</b>	<b>-3,2</b>

#### 2.4.3 - Taxa de Acidentes

	Número de Acidentes de Exploração		Taxa de Acidentes de Exploração (Ac. por milhão de Veíc. km ST)	
	2013	2012	2013	2012
Modo Autocarro	1 066	1 113	34,02	33,82
Modo Elétrico	135	108	72,63	56,47
<b>TOTAL</b>	<b>1 201</b>	<b>1 221</b>	<b>36,20</b>	<b>35,07</b>

Em 2013, ocorreram menos vinte Acidentes de Exploração do que em 2012, tendo-se verificado um comportamento díspar nos dois modos, traduzido por um decréscimo de 4,2% no Modo Autocarro e um aumento de 25% no Modo Elétrico, valor este que, ainda assim, se situa dentro dos padrões normais para o referido modo.

Evidencia-se que a taxa de acidentes verificada no Modo Autocarro, em 2013, é o quarto valor mais baixo registado, desde sempre, na CARRIS. No que se refere ao modo Elétrico, a taxa de acidentes representou o quinto melhor ano registado. De sublinhar que a CARRIS mantém uma das mais baixas taxas de sinistralidade em comparação com as empresas congéneres europeias.

Os decréscimos (no total e no modo autocarro) não se repercutiram nas respetivas taxas de acidentes, dada a redução mais que proporcional no total de veículos x km do serviço

realizado pela CARRIS. Assim, em 2013, face ao ano anterior, quer a taxa de acidentes global, quer a do Modo Autocarro apresentaram valores ligeiramente superiores, conforme se pode observar no quadro apresentado.

No Modo Elétrico, o aumento anómalo de 25% do quantitativo de acidentes ocorridos refletiu-se num aumento de 28,6% na respetiva taxa de acidentes, a qual ultrapassou largamente o valor do objetivo definido para 2013 (60 ac./10<sup>6</sup> Veíc x km ST).

Assinala-se que, na maioria dos acidentes registados no ano transato, a responsabilidade coube a terceiros. Da totalidade dos acidentes ocorridos com autocarros, a responsabilidade foi imputada a terceiros em 62% das ocorrências, tendo, no modo elétrico, 66% dos acidentes sido responsabilidade de terceiras entidades.

Não obstante o aumento verificado nas taxas de acidentalidade, a CARRIS tem continuado a sensibilizar os seus tripulantes para a necessidade de estes efetuarem uma condução defensiva e segura, para o que tem, também, continuado a investir no cumprimento dos Planos Anuais de Formação, a par da concretização de ações de formação e de sensibilização realizadas nas próprias estações e ministradas por pessoal de enquadramento (inspetores), com o objetivo de diminuir, entre outras situações, o número de abalroamentos e de atropelamentos.

Assim, com este objetivo, continuaram a ser concretizadas, em 2013, ações de formação contínua de tripulantes, no âmbito do CAM - certificado de aptidão para motorista, bem como ações de reciclagem em “Técnicas de Condução e Prevenção de Acidentes”, que abrangem tripulantes com três ou mais acidentes, em situação de baixa há mais de seis meses ou que tenham de conduzir outras marcas ou novos veículos, nomeadamente, em caso de mudança de estação.

De referir, ainda, que o bom desempenho dos colaboradores, especialmente dos tripulantes (motoristas e guarda-freios), continuou a ser valorizado com a atribuição de distinções de carácter não pecuniário, designadamente no âmbito da Boa Condução, da Antiguidade, do “Desempenho +” e da “Inovação CARRIS”.

#### **2.4.4. Regularidade**

A Regularidade é medida pelo indicador indireto “número de km perdidos por congestionamentos e outros problemas de trânsito por 10<sup>3</sup> km percorridos”. O ano 2013 evidenciou, no tocante a este indicador, uma fortíssima degradação global, relativamente a 2012, mais significativa nas carreiras de elétricos, conforme já foi referido.

Este agravamento está associado a diferentes fatores, com grande impacto ao nível do transporte público coletivo de superfície, dos quais, para além das condições de circulação, há que considerar um grande acréscimo de manifestações de índole diversa, sejam político/sindical, desportiva e outras.

## VK PERDIDOS POR MILHAR DE VK PERCORRIDOS

	2013	2012	Var%
Autocarros	3,1	2,5	24
Elétricos	6,9	3,4	102,9
<b>TOTAL</b>	<b>3,3</b>	<b>2,6</b>	<b>26,9</b>

### 2.4.5. Fraude / Fiscalização Comercial

A fraude nos transportes públicos é um fenómeno transversal, que abrange todas as idades, géneros e meios sociais, sendo particularmente complexo em sistemas abertos, como o que é operado pela CARRIS.

Assim, a recuperação de receitas, por contenção e posterior redução da fraude, assume particular importância, face às crescentes dificuldades de financiamento, bem como pelo acentuado decréscimo dos montantes atribuídos, através de indemnizações compensatórias, à empresa, conforme os números bem evidenciam.

Esta problemática constitui, pois, matéria que interessa aprofundar, de forma a adotar e consolidar um conjunto de medidas e ações preventivas, algumas das quais já em curso, que permitam um maior controlo e eficácia, designadamente pela intensificação das ações de fiscalização, para o que é necessário dispor dos meios necessários.

Neste domínio, no final de 2013, foi iniciado um processo de recrutamento interno, em áreas não operacionais, de colaboradores, que reúnam características mínimas, para reforço do efetivo da fiscalização, o que prosseguirá em 2014.

A publicação da Portaria 241-A/2013, de 31 de julho, que estabelece as validações como critério de repartição de receitas dos passes multimodais, vem, ainda, dar maior relevo à importância do combate à fraude pelo impacto negativo que esta tem nas receitas da empresa.

A AMTL - Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa realizou um estudo, cujas conclusões preliminares foram apresentadas, apontando para níveis de fraude na CARRIS consideravelmente superiores aos que vêm sendo detetados pela Fiscalização Comercial da empresa.

Esta disparidade parece ser justificada, sobretudo, pelas diferentes metodologias de recolha dos dados. De facto, enquanto no estudo da AMTL foi recolhida informação em cerca de metade das carreiras e "observados" 35 mil passageiros, os valores publicados pela CARRIS resultam de ações de fiscalização à totalidade das carreiras, sem que tal signifique uma



amostra representativa, onde são “fiscalizados” individualmente mais de um milhão de passageiros por ano, razão pela qual se designa o indicador por “Taxa de Fraude Detetada”.

Na sequência do referido estudo e por decisão do Conselho de Administração foi constituído um Grupo de Trabalho, com Quadros da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, com o objetivo de analisar as medidas e os procedimentos a adotar, a curto e médio prazo, com vista à redução dos níveis de fraude atualmente verificados.

Apesar dos esforços que, em diversas vertentes, a empresa tem vindo a desenvolver, o Grupo de Trabalho identificou outras medidas que deverão ser adotadas. Contudo, algumas dessas medidas extravasam a responsabilidade e competência da empresa, por serem do âmbito legislativo ou da responsabilidade de outras entidades.

A este propósito cabe referir e saudar a decisão, tomada no âmbito da Lei do Orçamento do Estado para 2014, de aplicar às infrações cometidas nos transportes o Regime Geral das Infrações Tributárias, do que resultará para o processo contraordenacional uma eficácia acrescida.

Ao longo de 2013 verificou-se um maior envolvimento e um apoio mais eficaz da PSP no acompanhamento de várias ações de fiscalização, nomeadamente em áreas e períodos mais críticos, com reflexos positivos na contenção da fraude.

Neste contexto prosseguiu, com carácter regular, a realização de ações de fiscalização “estacionada” em determinadas paragens e horários, o que, para além da sua eficácia, permite uma reforçada visibilidade da fiscalização, com os consequentes efeitos dissuasores. Manteve-se, também, o apoio às equipas de fiscalização por parte de agentes policiais descaracterizados.

Contudo, tão importante como o combate à fraude atualmente existente é a prevenção da sua ocorrência, pelo que foram desencadeadas ações tendentes a alterar e a melhorar a “atitude comercial” dos tripulantes, apelando a uma maior atenção ao processo de validação dos títulos de transporte dos passageiros, quando estes entram nos veículos.

Também ao nível da comunicação foram desenvolvidas várias campanhas, sem, contudo, se conseguir retirar conclusões claras sobre a sua eficácia. Encontra-se preparada uma ação comum CARRIS / METROPOLITANO DE LISBOA, a concretizar durante o primeiro trimestre de 2014, reorientando o foco da comunicação para os clientes “cumpridores”, procurando torná-los aliados das empresas no combate contra os que não validam o título de transporte.

Durante o ano de 2013 foram fiscalizados mais de um milhão e cem mil passageiros, tendo sido detetados cerca de 58.500 infratores, dos quais mais de 19.500 foram objeto de atuação.

A “Taxa de Fraude Média Detetada” pelos agentes de fiscalização, nas condições já acima explicitadas, que mede a percentagem de passageiros em fraude em relação aos passageiros fiscalizados, cifrou-se em 5,14%, o que corresponde a um acréscimo de 0,03 pontos percentuais e a um aumento de cerca de 1% da taxa de fraude detetada, relativamente a 2012.

## 2.5. TARIFÁRIO E MERCADO

### 2.5.1 Sistema tarifário

#### 2.5.1.1. Atualização tarifário

O Despacho Normativo nº 24-B/2012 de 19 de dezembro, fixou a percentagem máxima de atualização média ponderada de preços a vigorar, desde 1 de janeiro de 2013, a qual, na CARRIS, foi a seguinte:

	Aumento Jan 13
Passes	0,85 %
PC	13,57 %
Bilhetes	1,43 %
Atualização Média ponderada	1,07 %

#### 2.5.1.2. Alterações tarifárias de 2013

O Despacho Normativo nº 24-B/2012 introduziu algumas alterações no sistema tarifário da Região de Lisboa que a seguir se referem.

#### Descontinuação dos Passes Monomodais CARRIS e METROPOLITANO DE LISBOA

Esta medida, que já tinha sido prevista no Despacho Normativo nº 1/2012, determinou a **descontinuação de venda dos Passes Monomodais CARRIS e METROPOLITANO DE LISBOA** em todas as suas modalidades, desde o dia 1 de janeiro de 2013, data em que deixaram, assim, de ser vendidos os títulos abaixo indicados em todas as suas modalidades:

- **Passe CARRIS Urbano 30 dias**
- **Passe CARRIS Rede 30 dias**
- **Passe METRO Urbano 30 dias**
- **Passe METRO Rede 30 dias**

Deste modo, os clientes destes títulos tiveram de migrar para os correspondentes Passes Navegantes, Urbano e Rede em todas as suas modalidades, ou para um outro título intermodal ou combinado de sua preferência.

### Descontinuação dos Bilhetes Monomodais CARRIS e METRO /Criação do Bilhete Viagem CARRIS/ METRO

Foram, igualmente, descontinuados, desde de 1 de janeiro de 2013, os bilhetes Monomodais da CARRIS e do METRO:

- Bilhete Único CARRIS
- Bilhete Viagem METRO

Em sua substituição foi criado o Bilhete Viagem CARRIS/METRO, com carregamento eletrónico em cartão 7 Colinas ou Viva Viagem.

### Alargamento do serviço CP abrangido pelos Passes Navegantes

Devido ao alargamento dos limites geográficos da cidade de Lisboa no eixo Norte, a estação de Moscavide passou a estar integrada na área abrangida pelos Passes intermodais Navegante, quer Urbano, quer Rede, quer Navegantes Combinados.

### Criação do Navegante/SL/TCB

Em fevereiro foi criado o combinado Navegante/SL/TCB com todas as modalidades habituais, tendo sido eliminados os combinados correspondentes da CARRIS e do METRO.

### Desmaterialização de Passes

Em janeiro de 2013, foram desmaterializados os passes Combinados com a Rodoviária CA/RL e CA/ML/RL, bem como os LX/RL.

Em maio procedeu-se à desmaterialização dos Passes Intermodais L1, L12, L123, L123SX, L123MA, 12, 123 e 23, passando a proceder-se a carregamentos eletrónicos com validade mensal. Neste mês passaram igualmente a carregamento eletrónico os passes L/Vimeca e os combinados com este Operador.

#### **2.5.1.3. Subsídios atribuídos à CARRIS devido à prática das modalidades Bonificadas nos Passes Sociais**

##### **Modalidade de Estudante**

No ano anterior, em fevereiro de 2012, tinham passado a vigorar dois níveis de desconto relativamente às respetivas modalidades normais: de 50% para o escalão A (apenas na modalidade 4\_18) e de 25% para o escalão B.

As alterações introduzidas, então, pela Portaria 34-A/2012 de 1 de fevereiro relativamente a este escalão de bonificação foram as seguintes:

- A modalidade 4\_18/Sub 23 passou a ter apenas 25% de desconto (em vez de 50%) sobre as modalidades normais, denominando-se escalão B;

- Foi criado o escalão A na modalidade 4\_18 com 50% de desconto sobre a modalidade normal para beneficiários do escalão A do Apoio Social Escolar

Ainda em 2012, em setembro, esta bonificação foi novamente alterada pela Portaria n.º 268 -A/2012, de 31 de agosto, e Declaração de Ratificação n.º 52/2012 de 24 setembro, passando o “escalão A” a usufruir de 60% de desconto, desta vez alargado à modalidade Sub23, ou seja:

- A modalidade 4\_18 B passou a ter 25% de desconto sobre as modalidades normais para os beneficiários do Apoio Social Escolar escalão B e para estudantes inseridos em famílias com direito à concessão de bonificação Social+;
- Foi criado o escalão A na modalidade Sub23% com 60% de desconto sobre a modalidade normal para beneficiários de ação social direta no ensino superior;
- A modalidade Sub23 B passou a ter 25% de desconto sobre as modalidades normais para os estudantes inseridos em famílias com direito à concessão de bonificação Social+.

O Artigo 6º das Portarias 982-A/2009 e 982-B/2009 de 2 de setembro, determinou o direito das empresas de transportes a serem compensadas financeiramente pela venda das modalidades de estudante em função dos descontos concedidos, tendo em conta o preço pago pelo cliente e o que seria pago pelo passe correspondente de tarifa inteira ou de criança, consoante o título de transporte. Neste contexto, a CARRIS recebeu, pela prática das modalidades de estudante, em 2013, o valor de 1.077.470 €, (valores líquidos), o que representou uma redução de 48,6% em relação ao montante recebido no ano anterior.

### SUBSÍDIOS IMTT | RECEITA LÍQUIDA (10<sup>3</sup> €)

Subsídios IMTT 2013/2012	2013	2012	VAR %
Modalidade 4_18	531	1.117	-52,5%
Modalidade Sub23	546	983	-44,5%
<b>TOTAL</b>	<b>1.077</b>	<b>2.100</b>	<b>-48,7%</b>

#### Modalidade Social+

A Portaria 272/2011 de 23 de setembro, posteriormente alterada pela Portaria 36/2012 de 8 de fevereiro, preconizou a atribuição às empresas de compensações pela prática das modalidades Social+ dos passes.

O valor da compensação devido à CARRIS pela prática do Social+ no ano de 2013 atingiu o montante de 1.108.901 €, (valores líquidos), correspondendo a um acréscimo de 22,7% em relação ao montante recebido em 2012.

## SUBSÍDIOS SOCIAL + | RECEITA LÍQUIDA (10<sup>3</sup> €)

	2013	2012	VAR (%)
Subsídios Social + 2013/2012	1.109	904	22,7

### 2.5.1.4. Análise da Procura e Receita por Título de Transporte Pago

#### a) Receitas líquidas

A receita líquida (sem a inclusão de subsídios de compensação) apresentou, em 2013, um acréscimo de 4,9%, em relação ao ano anterior, tendo sido de cerca de 86,9 M€.

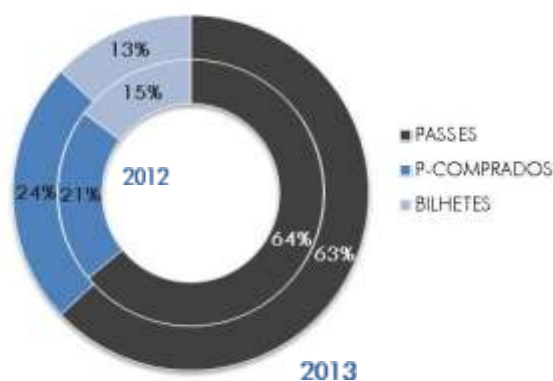
#### RECEITA LÍQUIDA POR TÍTULO DE TRANSPORTE (10<sup>3</sup> €) sem subsídios

Ano	2013	2012	VAR %
PASSES	54.777	52.996	3,4
P-COMPRADOS	20.826	17.606	18,3
BILHETES	11.322	12.242	-7,5
<b>TOTAL</b>	<b>86.924</b>	<b>82.845</b>	<b>4,9</b>

A variação positiva das receitas decorre da atualização tarifária verificada em 2013.

Não foi considerado neste quadro a verba dos subsídios relativos à prática das modalidades de estudante (4\_18 e Sub 23) e social + dos diferentes passes multimodais.

#### DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS RECEITAS



Considerando os valores dos subsídios recebidos pelos referidos passes, os montantes anuais de receita líquida foram os seguintes:

**RECEITA LÍQUIDA POR TÍTULO DE TRANSPORTE (10<sup>3</sup> €)**  
Com compensações Estudante e Social +

	2013	2012	VAR %
Passes	54.777	52.996	3,4
Comp. Estudante	1.077	2.100	-48,7
Comp. Social+	1.109	904	22,0
<b>TOTAL PASSES</b>	<b>56.963</b>	<b>56.000</b>	<b>1,7</b>
PRÉ-COMPRADOS	20.826	17.606	18,3
BILHETES	11.322	12.242	-7,5
<b>TOTAL</b>	<b>89.111</b>	<b>85.849</b>	<b>3,8</b>

b) Procura

**PROCURA COM TÍTULO DE TRANSPORTE PAGO (10<sup>3</sup>)**

	2013	2012	VAR %
PASSES	138.466	142.840	-3,1
PRÉ-COMPRADOS	19.815	20.084	-1,3
BILHETES	5.656	6.305	-10,3
<b>TOTAL</b>	<b>163.937</b>	<b>169.230</b>	<b>-3,1</b>

Muito embora o ano de 2013 tenha apresentado mais um dia útil que 2012, para o decréscimo da procura contribuíram outros indicadores que influenciam a procura:

- Equivalente de Passes: -2,1%
- Validações com título de transporte pago: -5,5%

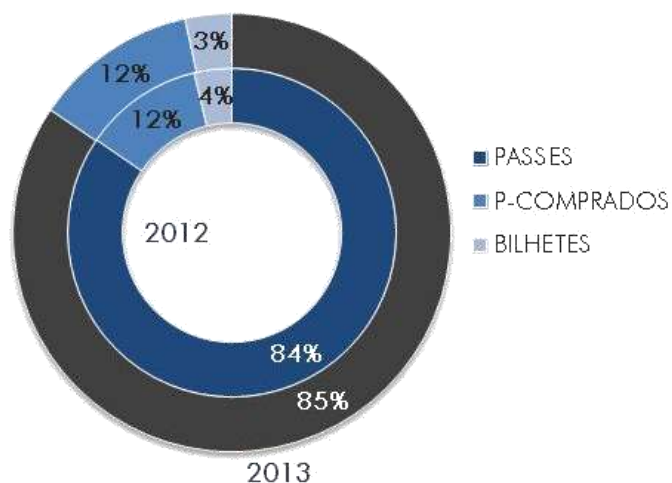
O decréscimo da procura de pré-comprados (-1,3%) é explicado pela fraca procura do Bilhete Viagem CARRIS/METRO na CARRIS. Contudo o acréscimo de 52,7% na procura de Zapping permitiu minimizar os efeitos desta quebra.

De igual forma, o decréscimo acentuado de procura de Tarifa de Bordo deve-se, essencialmente, aos clientes deste segmento de títulos terem optado por outro tipo de títulos, designadamente Zapping, com preços mais atrativos.

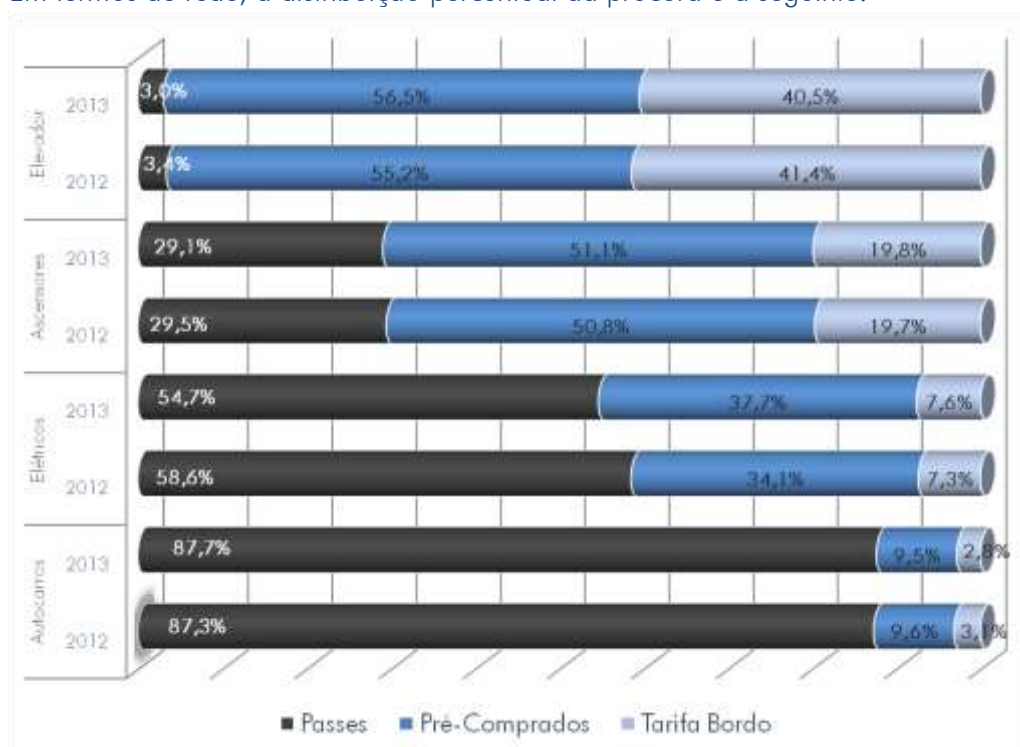


Em termos da distribuição percentual da procura por tipo de título verifica-se que, em 2013, aumentou ligeiramente o peso da procura com passe, estabilizou a procura de pré-comprados e diminuiu o peso da procura de bilhetes.

### ESTRUTURA DA PROCURA



Em termos de rede, a distribuição percentual da procura é a seguinte:



O segmento de Passes tem maior expressão na rede de Autocarros e Elétricos, ao passo que os Pré-Comprados são o título preferido nos Ascensores. Quanto ao Elevador de Santa Justa, a procura reparte-se entre os Pré-Comprados e a Tarifa de Bordo.

### c) Aplicação da Portaria 241-A/2013 de 31 de julho

A portaria 241-A/2013, de 31 de julho regula o sistema de passes intermodais e as condições de disponibilização destes títulos de transporte na Área Metropolitana de Lisboa (AML), bem como as regras relativas à respetiva repartição de receitas e compensação financeira, dos Operadores de Transporte Coletivo regular de passageiros da AML, por parte do Estado.

Assim, foi estabelecido naquele diploma legal que o cálculo das compensações financeiras e a repartição de receitas entre Operadores são efetuados com base nos dados obtidos dos sistemas de bilhética sem contato.

A repartição das receitas dos passes intermodais referidos no diploma é, ainda, efetuada com base na repartição de receitas decorrente do resultado do Inquérito à utilização dos passes intermodais realizado em 1989 nos passes L1, L12, L123, L123MA, L123SX, 12, 123 e 23 (este último não válido na CARRIS) e com base nos resultados do inquérito semelhante realizado em 2007 nos passes Navegante Urbano e Rede. Ou seja, a receita proveniente das vendas é distribuída de acordo com a quotização percentual estipulada por aqueles inquéritos para cada operador interveniente. A repartição determinada pelo diploma 241-A/2013 implica que a receita proveniente das vendas dos títulos intermodais seja distribuída de acordo com as validações de cada título e modalidade em cada operador interveniente.

Este procedimento, está previsto ser posto em prática, em 2014, com efeitos retroativos a 2013.

#### 2.5.1.5. Passes

A venda de passes registou em 2013 um acréscimo de 2,6% relativamente ao ano anterior.

Vendas de passes	2013	2012	ABS	%
Próprios	3.960	266.991	-263.031	-98,5
Navegante Urbano	1.653.893	1.245.018	408.875	32,8
Navegante Rede	215.788	146.820	68.968	47,0
Intermodais ( L1, L12,L123,12,123,L123MA;L123SX)	949.267	1.098.077	-148.810	-13,6
Outros Intermodais	198.646	211.636	-12.990	-6,1
Total intermodais	3.017.594	2.701.551	316.043	11,7
Combinados (inclui Navegantes)	553.981	515.354	38.627	7,5
<b>Total Vendas Passes</b>	<b>3.575.535</b>	<b>3.483.896</b>	<b>91.639</b>	<b>2,6</b>

A decisão governamental de extinguir os passes próprios da CARRIS e do METRO, a partir de janeiro de 2013, originou a transferência dos clientes exclusivos dos dois Operadores para os Intermodais Navegante Urbano e Rede, que, assim, apresentaram acréscimos de vendas muito acentuados, tendo-se verificado o acréscimo de 11,7% na venda de intermodais.

No segmento de Combinados o crescimento de 7,5% deve-se às vendas dos combinados Navegante:

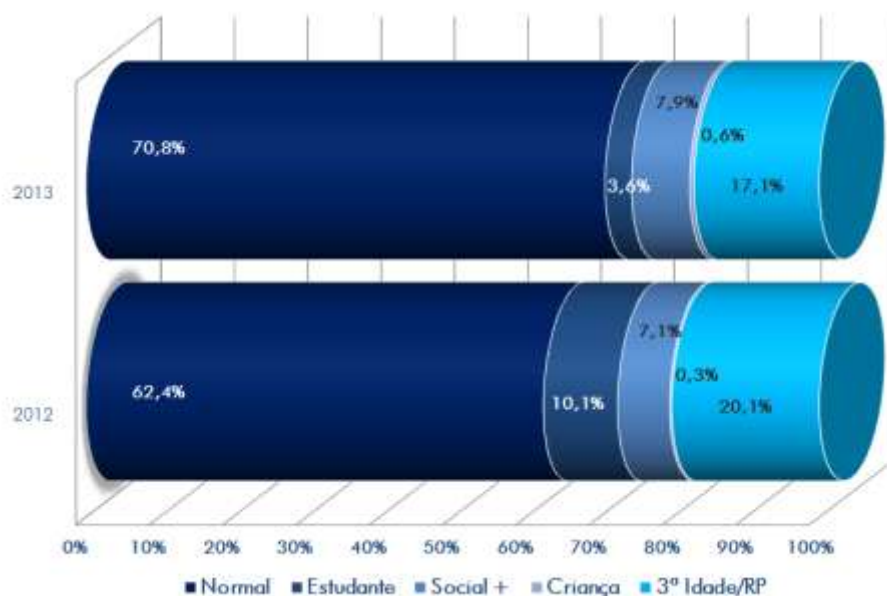
- Navegante/TT CA-Tr;
- Navegante/TT Sx-Mt;
- Navegante/ SL Br
- Navegante/SL/TCB

As modalidades de Estudante e de 3º Idade/Reformado Pensionista continuaram o seu decréscimo mercê das alterações dos critérios para a concessão de bonificação, verificada em 2012 e que se mantiveram em 2013 (decréscimo de vendas de -63,4% e -12,9% respetivamente).

O acentuado decréscimo de venda das modalidades de Estudante permitiu um ligeiro acréscimo nas vendas da modalidade Social+ (+14,6%) para onde alguns clientes fizeram a sua transferência.

Assim, o peso dos clientes bonificados, que, em 2012, foi de 37,6%, passou, em 2013, a ser de 29,2%.

#### ESTRUTURA DE VENDAS DE PASSES/MODALIDADES



### 2.5.1.6. Pré-comprados e Tarifa de Bordo

A procura de pré-comprados registou, em 2013 um decréscimo de 1,3% relativamente ao ano anterior. A eliminação do Bilhete Único CARRIS conduziu a uma grande migração destes clientes para o Zapping.

#### PRÉ COMPRADOS | PASSAGEIROS C/TPP

	2013	2012	VAR %
Bilhete Único	449.916	6.711.585	-93,3
Bilhete Viagem CA/ML	2.190.389	0	
Zapping	12.133.190	7.945.707	52,7
Bilhete 24 h CA/ML	4.538.691	4.948.335	-8,3
Lisboa Card	502.824	478.798	5,0
<b>Total Pré-Comprados</b>	<b>19.815.010</b>	<b>20.084.425</b>	<b>-1,3</b>

No entanto, a receita líquida de pré-comprados registou um acréscimo de 18,3%, refletindo o efeito dos ajustamentos verificados no preço nos últimos anos.

	RECEITA LIQ. CORRENTE (€)		
	2013	2012	VAR %
Bilhete Único	93.082	6.129.369	-98,5
Bilhete Viagem CA/ML	4.379.160	0	
Zapping	11.442.292	6.982.912	63,9
Bilh 1 Dia Carris/ML	4.349.263	4.034.029	7,8
L Card	562.291	459.993	22,2
<b>P-COMPRADOS</b>	<b>20.826.089</b>	<b>17.606.304</b>	<b>18,3</b>

Por seu lado, a procura de Tarifa de Bordo registou em 2013 um decréscimo de 10,3% relativamente ao ano anterior.

#### TARIFA DE BORDO | PASSAGEIROS C/TPP

	2013	2012	VAR (%)
Tarifa de Bordo	5.656.069	6.305.439	-10,3

A receita líquida de tarifa de bordo registou um decréscimo de 7,5%, como reflexo da acentuada perda da procura.

	RECEITA LIQ. CORRENTE (€)		
	2013	2012	VAR (%)
Tarifa de Bordo	11.321.570	12.242.164	-7,5

### 2.5.1.7. ÁREA DE VENDAS

A 31 de dezembro de 2013, a rede de vendas da CARRIS era a seguinte:

Rede de Vendas	2013	2012
Espaços Cliente Carris/Metro(*)	2	2
Quiosques mob Carris	4	4
Pontos mob Carris	99	99
Agentes Payshop	222	232
Estações CTT	55	74
<b>Total</b>	<b>382</b>	<b>411</b>

(\*) – Designação adotada em 2013.

No que concerne à rede de vendas, gerida diretamente pela CARRIS, não há a registrar alterações, no tocante ao número de balcões, embora se tenham verificado algumas rescisões de contrato que foram compensadas por novos contratos com outros estabelecimentos. No entanto, verificou-se um decréscimo acentuado do número de estações dos CTT, refletindo decisões de gestão desta empresa que a CARRIS aceitou.

A CARRIS continuou a oferecer aos seus clientes uma vasta rede de vendas, dispersa por toda a área geográfica abrangida pelas carreiras da empresa, complementada, ainda, com a rede de vendas do METRO e do MULTIBANCO (máquinas ATM's). Continuou-se, assim, a proporcionar aos clientes, níveis elevados de acessibilidade para a aquisição dos títulos de transporte.

Relativamente ao total das vendas efetuadas pela CARRIS, a posição relativa de cada canal é a seguinte:

- Lojas mob CARRIS – 5,6%
- Quiosques mob CARRIS – 7,6%
- Pontos mob CARRIS – 64,0%
- Payshop – 21,8%
- CTT – 1,0%

Como forma de estímulo à manutenção e angariação de novos clientes, pelos pontos mob, implementou-se, em outubro, um novo sistema de incentivos à venda de títulos de transporte.

Também com o mesmo objetivo, deu-se continuidade ao concurso “Ponto mob +”, que continua a gerar bons resultados, sobretudo pelo Atendimento ao Cliente, premiando e distinguindo os melhores vendedores, conforme demonstram os resultados do Relatório de Satisfação do Cliente.

Na Área de Vendas, há, ainda, a destacar a criação do Centro de Produção de Cartões Lisboa Viva, localizado nas instalações do METROPOLITANO DE LISBOA do Campo Grande, onde, desde março de 2013, passaram a ser emitidos todos os cartões requisitados na CARRIS e no METRO. Esta solução teve em vista uma otimização dos recursos existentes e a conseqüente redução dos custos de produção.

No âmbito do processo em curso de integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, foram criados espaços integrados de atendimento e vendas, designados por Espaços Cliente CARRIS/METRO, disponíveis nos seguintes locais:

- Santo Amaro e Arco Cego, em instalações da CARRIS;
- Campo Grande, Marquês Pombal e Aeroporto, em instalações do METROPOLITANO DE LISBOA;

Foram definidos procedimentos conjuntos, por forma a que, em cada um destes locais, os clientes possam resolver, indiferentemente, qualquer assunto ou obter quaisquer informações sobre o serviço, relativas, quer à CARRIS, quer ao METROPOLITANO DE LISBOA.

## 2.6. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

### 2.6.1. Abordagem Estratégica

Após uma fase de reposicionamento estratégico da marca, na qual se reforçou a identificação da CARRIS, associada a valores de modernidade, sustentabilidade e qualidade de vida, promovendo a mobilidade e o uso do transporte público, no âmbito de um estilo de vida urbano de referência, 2013 foi o ano da convergência estratégica do reforço da marca e do esforço de captação de clientes.

O contexto global de mudança, reforçado pelo constrangimento financeiro da empresa e do país, geraram necessidades acrescidas de posicionamento da CARRIS, enquanto empresa concessionária do transporte público à superfície na cidade de Lisboa, procurando estabelecer com o cliente uma relação de confiança e de futuro.

As plataformas tecnológicas continuaram a ser uma das grandes apostas para alcançar estes objetivos, permitindo facilitar a informação e a utilização dos serviços com elevada comodidade e eficácia.

A reestruturação do Museu da CARRIS, passando, também, a integrar algum espólio do METROPOLITANO DE LISBOA, foi um passo marcante para reforçar, ainda mais, a função cultural deste espaço na cidade de Lisboa. A introdução de um novo modelo de serviço educativo do MUSEU veio, também, garantir um maior número de visitantes para o museu e uma maior sustentabilidade económica desta área da empresa.

### 2.6.2. Campanhas e ações desenvolvidas

Com o objetivo de potenciar a integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA foram desenvolvidas um conjunto de campanhas, ações e ferramentas que permitiram aproximar ambas as marcas dos seus clientes, potenciando, desta forma, a sua oferta, de forma mais segmentada, tendo em conta as atuais necessidades do mercado.

Assim, de forma a melhorar a informação ao cliente e potenciar a mobilidade integrada na cidade de Lisboa, a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA definiram um diagrama comum da rede de transportes de Lisboa, integrando as redes de operação das duas empresas. Esta nova abordagem foi divulgada através dos respetivos sítios eletrónicos das empresas, tendo, ainda, sido distribuída nos Espaços Cliente e em diversas iniciativas lançadas ao longo do ano de 2013.

Em 2013, foi, também, desenvolvido um novo conceito de revista comum à CARRIS e ao METROPOLITANO DE LISBOA, substituindo, na CARRIS, a tradicional revista LISBOA CARRIS, passando este novo meio de comunicação a denominar-se VIA LX, sendo, atualmente, um meio de comunicação privilegiado, dirigido ao público interno e externo da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA. Esta revista tem uma tiragem de 10.500 exemplares.

Ainda durante o ano de 2013, foi criada uma newsletter, dirigida ao público externo de ambas as empresas, enviada por correio eletrónico para uma base de dados de clientes registados nas plataformas online respetivas e que subscreveram a respetiva lista de distribuição de conteúdos, ascendendo a base de dados da CARRIS, no final de 2013, a um total de 15.000 utilizadores.

Conforme já referido, a comunicação e a dinamização da rede de vendas da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, com vista a fomentar e consolidar a fidelização dos clientes ao transporte público e a angariação de novos públicos, foi um dos focos da estratégia de comunicação da CARRIS, durante o ano de 2013, tendo sido desenvolvidas algumas campanhas, salientando-se a criação e distribuição do folheto “Saiba qual o bilhete certo para si” e, ainda, a criação de um mapa com a localização de toda a rede de vendas CARRIS no sítio eletrónico da empresa.

Em 2013, reforçou-se a integração tarifária, através, designadamente da criação do novo bilhete “viagem CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA”, o qua permite viajar nos dois operadores por 1,40€, com apenas um título de transporte. Os clientes puderam passar a utilizar, indiferentemente, a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA, durante o período de uma hora, entre uma origem e um destino, realizando todos os transbordos necessários. Foi realizada uma campanha informativa dando a conhecer as principais vantagens deste novo bilhete.

Em 2013, foram, ainda, realizadas algumas campanhas de comunicação conjuntas, com vista a potenciar a captação de novos clientes para o transporte público, salientando-se a realização da campanha “Crescer com o Transporte Público”, desenvolvida em colaboração com a UITP - União Internacional do Transporte Público, tendo como objetivo último dobrar a quota de mercado do transporte público até 2025 e promover uma cultura de mobilidade urbana sustentável, sensibilizando o público, em particular os condutores de automóvel, para um conjunto de benefícios ligados à utilização do Transporte Público. Esta campanha foi desenvolvida em junho e em setembro de 2013, coincidindo esta última fase, com as comemorações da Semana Europeia da Mobilidade (SEM).

Ainda em 2013, a CARRIS, em conjunto com o METROPOLITANO DE LISBOA, lançou uma campanha fomentando a correta validação do título de transporte, sob o lema “EU VALIDO VERDE”, incentivando os clientes à correta validação do título de transporte e, consequentemente, ao combate à fraude.

Esta campanha apelou à validação do título de transporte sempre que se inicia uma viagem num veículo da CARRIS ou na passagem nos canais de acesso do METRO, tendo colocado a ênfase na responsabilidade e no civismo de cada cliente. Esta campanha foi distinguida pelos membros do Conselho Editorial da revista Marketeer uma das melhores campanhas.

Por outro lado, a ligação do transporte público e da mobilidade às novas tecnologias foi uma aposta que a CARRIS prosseguiu e intensificou, durante o ano de 2013, com vantagens para os clientes da empresa.



Salienta-se, neste domínio, o lançamento do “Portal VIVA”, em que a CARRIS, enquanto membro fundador da OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa promoveu o lançamento e a divulgação desta nova plataforma que reúne toda a informação sobre transportes públicos e serviços de mobilidade, disponível online em [www.portalviva.pt](http://www.portalviva.pt). Este Portal concentra informação sobre transportes e mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

O portal permite ao utilizador aceder a informação sobre cartões VIVA, tarifários, serviços, notícias dos operadores de transporte, agenda cultural e a informação sobre os descontos e vantagens associados ao cartão Lisboa VIVA.

Para além da sua componente informativa, constitui, também, um serviço disponibilizado pela OTLIS e Operadores para o carregamento de passes e zapping em cartões VIVA.

O lançamento da app “Lisboa MOVE-ME” foi outro dos projetos, no domínio do desenvolvimento tecnológico, concretizados em 2013, demonstrando claramente a utilidade e a eficácia para o utilizador da oferta de mobilidade disponibilizada pela CARRIS.

Esta aplicação foi lançada pela OPT - Optimização e Planeamento de Transportes para a cidade de Lisboa, é gratuita e está disponível em ambiente Android e iPhone, dando acesso a toda a informação sobre a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa, permitindo aos utilizadores planear rotas intermodais em tempo real, de forma intuitiva, rápida e segura.

Ao utilizar o “lisboa.MOVE-ME” os clientes beneficiam de informações atualizadas sobre as próximas partidas, a partir do local onde se encontram ou através de outra localização que indiquem, tempos de espera associados e localização das paragens e principais pontos de interesse na rota pretendida. A aplicação permite, também, construir, em tempo real, rotas e planear viagens através da descrição de pontos de passagem definidos pelo utilizador e que, interligados, originam uma rota à sua escolha.

O “lisboa.MOVE-ME” nasceu de um sistema inicialmente implementado na cidade do Porto que, em 2012, foi distinguido com o prémio de “Inovação Tecnológica”, pelo projeto internacional CIVITAS Elan.

Ainda em 2013, a CARRIS associou-se ao lançamento, pela OTLIS e pela Caixa Geral de Depósitos, do primeiro cartão de débito bancário que permite pagar automaticamente as viagens nos transportes utilizados na Área Metropolitana de Lisboa, denominado cartão Caixa VIVA. A adesão a este cartão é realizada no Caixadirecta on-line ou em qualquer agência da Caixa.

A CARRIS, em 2013, continuou a participar no projeto ENERQI, um projeto-piloto em que a qualidade do transporte público é monitorizada regularmente, através de observações de clientes, englobado no programa Intelligent Energy Europe de 2009 (IEE/09/718/SI2.558241) que decorreu entre 29 de maio de 2010 e 28 de maio de 2013.

A base de clientes-observadores voluntários da CARRIS, no âmbito deste projeto, conta com 500 clientes que respondem com regularidade a um questionário de avaliação da qualidade dos serviços.

No decurso do ano de 2013, a CARRIS, fomentando ações de “MARCATING”, participou e promoveu, também, diversas ações e campanhas de promoção da sua marca e de consolidação da sua imagem positiva, sendo de salientar entre outras, a parceria desenvolvida com o METROPOLITANO DE LISBOA e com a LeYa, de promoção da leitura, fomentando a cultura junto dos seus clientes. Sob o lema “Leia mais, viaje mais nos Transportes de Lisboa”, a ação esteve presente nas carreiras 15E, 728, 736 e 783 da CARRIS e nas estações do METROPOLITANO DE LISBOA do Cais do Sodré e do Marquês de Pombal, onde colaboradores da LeYa ofereceram cerca de 6.000 livros aos clientes, por forma a poderem usufruir de momentos de leitura durante as suas viagens.

Neste domínio, a CARRIS apoiou, também, a inauguração do novo espaço do Banana Café, no atrelado n.º 173 de elétrico, junto ao Mosteiro dos Jerónimos, em Belém, uma iniciativa que contou com o apoio do Museu da CARRIS.

O “28 Café” foi, também, criado em parceria com o Museu da CARRIS, tendo sido aberto em agosto, junto ao Castelo de São Jorge, sendo um espaço que recria ao pormenor um elétrico das mais emblemáticas carreiras da capital, a 28, contribuindo assim para reforçar a promoção da marca CARRIS e do transporte público.

De salientar, ainda, a realização pela CARRIS, em 2013, de algumas iniciativas de âmbito institucional, designadamente as comemorações do 129.º aniversário do ascensor do Lavra, do 121.º aniversário do ascensor da Bica, do 111.º aniversário do Elevador de Santa Justa e, ainda, do 128.º aniversário do ascensor da Glória e das comemorações do 141º aniversário da CARRIS.

A CARRIS desenvolveu, também, em 2013, dentro da iniciativa conjunta com o METROPOLITANO DE LISBOA, “Presente Consigo”, no período compreendido entre os dias 9 a 20 de dezembro, uma ação de cariz social e de solidariedade, em que os clientes e colaboradores foram convidados a colocar os seus donativos nos pontos de recolha “Presente Consigo” presentes nos Espaços Cliente e nas várias estações da empresa, tendo-se conseguido angariar cerca de 598 quilos de bens, os quais foram entregues à associação ENTRAJUDA/Banco de Bens Doados.

Pelo trigésimo terceiro ano consecutivo, a CARRIS realizou, em 2013, a iniciativa “Elétrico de Natal”, no percurso Santo Amaro – Praça da Figueira – Santo Amaro, tendo contado com a presença de cerca de 60 escolas e tendo transportado mais de 3.000 crianças.

Ao longo de 2013, a CARRIS apostou, também, na realização de um conjunto de parcerias de forma a criar benefícios para os seus clientes, através da oferta de bilhetes para ingresso em vários espetáculos, museus e exposições.

À semelhança dos outros anos, a CARRIS associou-se, em 2013, à EGEAC, nas comemorações das Festas de Lisboa'13, colaborando na organização de três iniciativas,

durante o mês junho, destacando-se a ação de Fado nos elétricos 12E e 28E, o concurso para decoração dos ascensores, cujo projeto vencedor foi da autoria de Mariana Cidade e, ainda, a ação "Rimas sobre Rodas" dirigida aos utilizadores dos transportes públicos em Lisboa.

No domínio dos clientes empresariais, o ano de 2013 foi marcado pela renovação da abordagem a este segmento do mercado, tendo-se verificado um ajustamento na oferta dos produtos, em articulação com a área comercial e de marketing do METROPOLITANO DE LISBOA. Visando alcançar os objetivos comerciais estabelecidos para 2013, a equipa conjunta da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA concretizou um conjunto de ações inovadoras, que conduziu a um aumento da comercialização de títulos de transporte, tendo, consequentemente, promovido, a atração progressiva de mais clientes para o transporte público.

Neste contexto e com particular atenção no setor do turismo, a constante monitorização e acompanhamento à rede de vendas permitiu aferir a necessidade de ajustar a tipologia de produto às características específicas deste segmento de mercado. Esta evolução permanente no produto, procurando simplificar a integração no sistema tarifário, por parte de quem visita Lisboa, em trabalho ou em lazer, facilitando níveis de elevada mobilidade na cidade de Lisboa, resultou na introdução dos novos Pacotes "Living Lisbon" (24 Horas e 72 Horas). Tratando-se de um produto novo, associado a uma nova atitude, mais proativa, por parte da área de marketing, as vendas neste segmento aumentaram, em 2013, cerca de 25 vezes, estando prevista, em 2014, a expansão destes produtos "corporate".

### 2.6.3.1. MUSEU DA CARRIS

Aberto desde 12 de janeiro de 1999, o Museu da CARRIS é um testemunho do contributo que a empresa tem dado à cidade de Lisboa, sendo, igualmente, um marco cultural na história e na vida da Cidade e de todos os que a visitam, tendo vindo a consolidar-se como um Museu de referência em Lisboa.

O ano de 2013, foi um ano de consolidação para o Museu da CARRIS, através do desenvolvimento de um processo de reestruturação e de dinamização dos espaços, do conceito expositivo e de captação de visitantes, processo que foi iniciado em 2012. Este processo de reestruturação museológica contemplou, também, a integração de algum espólio do METROPOLITANO DE LISBOA, nas suas coleções, bem como a recuperação dos núcleos I e II do Museu. Este foi, também, o ano de arranque do Serviço Educativo do Museu, com uma ação educativa, vocacionada e adaptada a crianças, jovens, escolas, famílias e públicos com necessidades específicas.

O Museu da CARRIS quis continuar a acompanhar esta tendência e chegar, cada vez mais próximo dos seus visitantes, proporcionando-lhes um conjunto de atividades e ações mais dinâmicas e atrativas no domínio da cultura, da descontração e do lazer, promovendo visitas repetidas às suas diferentes coleções.

Ainda em 2013, o Museu da CARRIS associou-se a mais um projeto de grande importância para toda esta dinâmica, o Lisboa Quem És Tu, um vídeo projeção que conta a história da Cidade de Lisboa, através dos monumentos e dos locais estratégicos, dos factos e das personagens marcantes do percurso histórico de Lisboa, integrando este filme o percurso de qualquer visitante.

O Museu da CARRIS prosseguiu, também, a parceria iniciada em 2012 com o “Village Underground” (VU), uma plataforma internacional para a cultura e para a criatividade, que existe em Londres e que está em fase de implementação em Berlim e em Lisboa, aqui no Museu da CARRIS, com a criação de locais de trabalho, em dois antigos autocarros e dentro de contentores marítimos, para indústrias criativas, servindo, também, de espaço multicultural. Prevê-se a abertura deste projeto até final do primeiro trimestre de 2014.

No que toca ao espaço Galeria, em 2013, o Museu da CARRIS recebeu um conjunto de exposições, numa parceria com a Galeria Caroline Pagès, apresentando obras de quatro artistas que traçaram um paralelismo entre a arte e o mundo dos clientes da CARRIS e dos transportes públicos.

Fruto da nova dinâmica implementada em 2013, o Museu da CARRIS registou, pelo terceiro ano consecutivo, uma melhoria das suas receitas, as quais atingiram cerca de 74.580 €, evidenciando um aumento de cerca de 46% em comparação com o ano de 2012, cujas receitas tinham atingido o montante de 51.087€.

## 3. RECURSOS HUMANOS

### 3.1. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Acompanhando os processos de melhoria, os procedimentos institucionalizados e os projetos e programas desenvolvidos pela Direção de Gestão de Pessoas e Capital Humano, o desenvolvimento organizacional tem tido um papel importante, sobretudo, no que diz respeito aos processos de gestão da mudança, de interpretação e gestão do clima organizacional, de gestão da proximidade, aspetos essenciais, no âmbito da integração, em curso, da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, bem como na valorização dos colaboradores, enquanto pessoas e profissionais, na medida em que estes são o recurso mais valioso e impactante da empresa.

#### 3.1.2. Comunicação Interna

Uma das vertentes estratégicas do desenvolvimento de qualquer organização é a comunicação interna, aspeto em que a CARRIS muito tem apostado, desde 2010, considerando e reconhecendo que esta funciona como um veículo facilitador na transmissão de mensagens objetivas e transparentes sobre o negócio, políticas e estratégia da gestão de topo, permitindo a todos os colaboradores terem uma visão mais global sobre a evolução da empresa e, assim, poderem participar, de forma mais ativa, utilizando os múltiplos canais de comunicação existentes, podendo expor as suas opiniões, sugestões ou mesmo apresentar reclamações ou denúncias, nomeadamente através do portal interno “myCARRIS”.

Os outros suportes de comunicação existentes continuaram a ser objeto de melhoria contínua, designadamente:

- e-mail - com criação de caixas de correio específicas para diferentes objetivos (Academia; myCARRIS; Ofertas CARRIS, etc.);
- Newsletter Interna - com renovação do layout e introdução de novas rúbricas;
- Especial CARRIS - com divulgação de atividades gratuitas e de descontos e promoções disponibilizados no âmbito das parcerias existentes para o benefício dos colaboradores;
- myCARRIS – portal interno com disponibilização de novos conteúdos e novas funcionalidades, acessível através da rede interna ou pela internet;
- MOBTv – televisão corporativa com conteúdos atualizados.

#### 3.1.3. Estudo do Clima CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA 2013

Em 2103, de modo a melhor avaliar o impacto do processo de integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, realizou-se o primeiro diagnóstico interno

conjunto, aferindo opiniões, percepções e recolhendo sugestões sobre as práticas de ambas as empresas, bem como o clima organizacional, considerando, inclusive, uma dimensão que permitiu à gestão de topo identificar de que forma os colaboradores de cada uma das empresas percecionam a outra empresa congénere.

Os resultados apurados no relatório final da CARRIS destacam que o nível geral de satisfação é positivo na maioria dos indicadores, registando-se alguma insatisfação relativamente a alguns aspetos respeitantes às recompensas, benefícios e incentivos. Conclui-se que os colaboradores da CARRIS estão satisfeitos com o clima de funcionamento interno, salientando-se, particularmente, a implementação do correio eletrónico para todos. Mantêm um nível elevado de identificação com a empresa, apreciando a modernização da CARRIS, bem como a qualidade do serviço ao cliente. Os resultados relativos ao grau de satisfação sugerem que é conveniente investir nas práticas de Gestão de Recursos Humanos, bem como melhorar a produtividade e a eficiência interna, nomeadamente no que diz respeito às práticas de liderança e de participação dos colaboradores ao nível decisório da estratégia da empresa.

#### **3.1.4. Programa de Desenvolvimento**

O programa Academia, destinado aos Quadros Superiores, desenvolveu, em 2013, a 1.ª edição CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA. Assim, a Academia juntou os formandos em equipas mistas constituídas por colaboradores das duas empresas, atribuindo um tema de desenvolvimento a cada uma, visando a criação de um Fórum de Discussão em que participaram ambas as empresas. O programa foi acompanhado de uma componente formativa de desenvolvimento de competências comportamentais, uma vertente de *Mentoring* de forma a permitir a partilha de experiências e conhecimentos entre diferentes gerações profissionais, bem como a criação de uma rede de contactos alargada. Contemplou, ainda, a realização de um Workshop vocacionado para a área comportamental. Este programa permitiu, acima de tudo, fortalecer a proximidade entre os colaboradores das duas empresas, criando espaços comuns de reflexão sobre o negócio e a realidade do setor e dos diferentes operadores que o integram.

#### **3.1.5. Meritocracia**

No âmbito da distinção Desempenho +, promovida para os Tripulantes que desempenham as suas funções, de forma excepcional e meritória, continuaram a ser realizadas sessões quadrimestrais, nas quais se procuraram criar momentos de convívio e de partilha, entre pares com as respetivas hierarquias, fortalecidos por ações de *TeamBuilding* que visam reforçar esta proximidade e o espírito de pertença à CARRIS.

#### **3.1.6. Conheça-nos melhor nesta viagem que nos une**

Conscientes de que a gestão da proximidade é um fator determinante no desempenho, designadamente pelo fortalecimento das relações interpessoais, pela criação de uma rede de contactos alargada e pelo aumento da produtividade das equipas, várias têm sido as ações promovidas neste sentido. De entre estas, destaca-se o programa de visitas às instalações da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, com o objetivo de dar a conhecer, não só, as

instalações, como, também, as áreas corporativas (localização, estrutura, responsabilidades e funcionamento) de cada uma das empresas, permitindo, ainda, um conhecimento mútuo e recíproco dos colaboradores e fomentando um espírito de equipa entre ambas as empresas.

## 3.2. PRÁTICAS DE RECURSOS HUMANOS

Na CARRIS, a gestão do capital humano é encarada como um fator crítico para o sucesso. A CARRIS tem-se destacado com as suas práticas de excelência, focando a sua estratégia no aumento da eficácia e produtividade, através de metodologias inovadoras de gestão do desempenho e do desenvolvimento de competências estratégicas.

No ano de 2013, a CARRIS continuou a apostar fortemente no desenvolvimento dos seus colaboradores e, para esse efeito, implementou internamente uma série de programas de desenvolvimento, alinhados com os objetivos organizacionais, que têm como principais objetivos a otimização e reconhecimento do talento, do valor e dos desempenhos na organização.

### 3.2.1. Modelo integrado de gestão de capital humano – gestão por competências e objetivos

O Modelo de Gestão de Desempenho é baseado em duas vertentes essenciais, a gestão por competências e a gestão por objetivos.

Este Modelo é a base para a promoção de todos os projetos de desenvolvimento de Capital Humano.

Em 2013, apostou-se fortemente na divulgação e envolvimento de toda a empresa neste novo Modelo, tendo sido realizadas ações de apresentação e sensibilização. Com base nos dados dos “assessments” a Direção de Gestão de Pessoas e Capital Humano (DPC) elaborou diversos relatórios estatísticos e de análise das competências com a finalidade de:

- Apoiar os Gestores de Desempenho na gestão das suas equipas;
- Identificar as oportunidades de melhoria para a realização do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

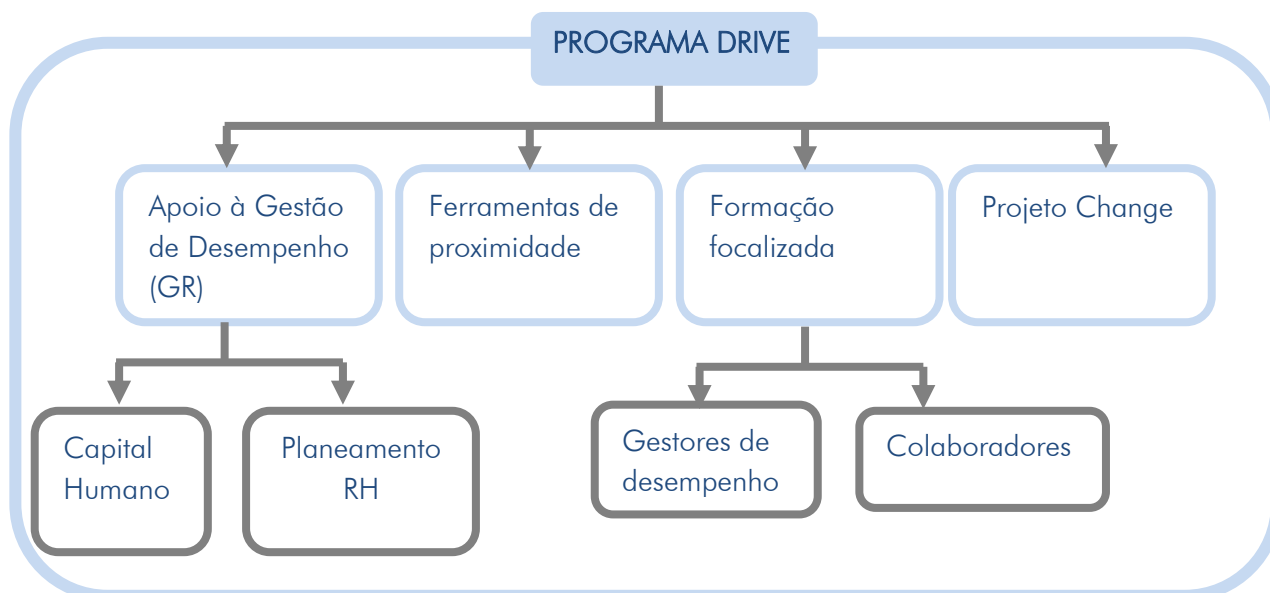
A Direção de Gestão de Pessoas e Capital Humano tem vindo, desde o final de 2012, a trabalhar com a equipa de Desenvolvimento Organizacional do METROPOLITANO DE LISBOA, com o objetivo de implementar um Modelo de Gestão de Desempenho semelhante nas duas empresas.

### PROGRAMA DRIVE

O programa DRIVE tem como principal objetivo apoiar e desenvolver os Gestores de Desempenho, com a finalidade de otimizar desempenhos e desenvolver as competências dos seus colaboradores. Este programa sintetiza os princípios da Gestão do Capital Humano da

CARRIS (DRIVE = DESENVOLVER + RECONHECER + INFLUENCIAR + VALORIZAR + ENERGIZAR)

O DRIVE assenta em quatro vetores estratégicos:



#### Apoio à Gestão de Desempenho

Através da corporização da figura do Gestor de Relação, como facilitador e elemento de maior proximidade que potencia o capital humano em conjugação com os Gestores de Desempenho.

No decorrer de 2013 foram efetuadas diversas análises e pontos de situação, conciliando informação sobre competências com Indicadores de Gestão (Absentismo, Trabalho Suplementar, Indicadores de Produtividade, entre outros).

#### Projeto CHANGE

O CHANGE é um modelo de mudança e gestão comportamental focado no colaborador, que ambiciona promover e impulsionar a otimização dos indicadores de desempenho em claro alinhamento com as orientações estratégicas da organização.

Pretende-se, assim, identificar e promover a mudança de colaboradores, cujo comportamento não se ajusta às reais necessidades da organização, através de técnicas psicológicas acompanhadas por um apoio e um acompanhamento de proximidade (Gestão de Proximidade), numa lógica centrada na resolução de problemas e cumprimento de objetivos (redução do absentismo, sinistralidade, reclamações, entre outros).



Simultaneamente, pretende-se motivar e fomentar o desenvolvimento de competências individuais, correspondentes às novas experiências realizadas no plano comportamental.

### Formação Focalizada

Com base no relacionamento com o Gestores de Desempenho e no Modelo de Gestão de Desempenho, foram identificadas e proporcionadas diversas formações, nomeadamente: Atitude Comercial; Conhecimentos de Inglês; Conhecimentos de Veículos, e outras competências específicas.

### Ferramentas de Proximidade

Na dinâmica do programa “DRIVE” com os diversos Gestores de Desempenho da empresa, foram identificadas algumas ferramentas necessárias para o desenvolvimento de competências.

Neste âmbito, foi desenvolvida e implementada a pasta de partilha MyInfo, disponibilizada no Portal do colaborador - myCARRIS, que pretende dar continuidade à estratégia de envolvimento e proximidade de todos os colaboradores no negócio da empresa. Esta aplicação consiste na disponibilização de informação relevante para a atividade dos colaboradores, permitindo aos mesmos estar permanentemente atualizados.

Sendo a comunicação com os colaboradores fundamental para fomentar a proximidade entre os colaboradores e a empresa, a Direção de Gestão de Pessoas e Capital Humano, desde 2013, desenvolveu o ESPAÇO CH, no qual são publicados mensalmente artigos, na newsletter e revista, sobre temas de desenvolvimento de competências, dicas de desempenho e análises estatísticas do desempenho.

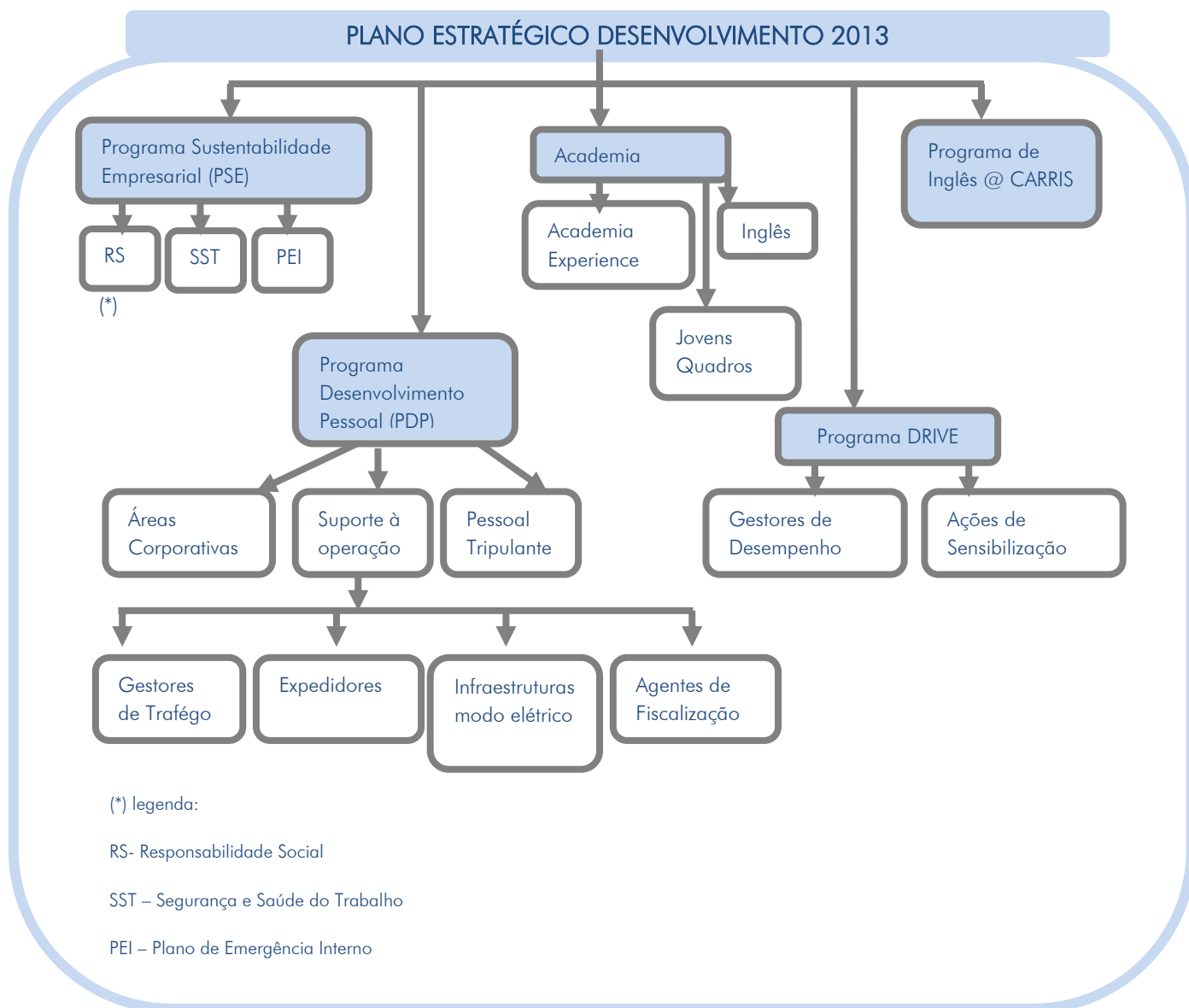
Em 2013 foi, também, iniciado o desenvolvimento de mais três ferramentas:

- Pocket Inglês, que visa desenvolver a competência de conhecimentos de Inglês;
- Normativo por Função, que visa agilizar o acesso ao normativo da empresa e desenvolver essa competência;
- Manual de Avarias, que pretende dar continuidade à formação ministrada neste âmbito e desenvolver a competência de conhecimento de Veículos.

### **3.2.2. Formação**

Ao longo dos anos, a CARRIS tem vindo a apostar fortemente no desenvolvimento dos seus colaboradores, tornando a formação um processo contínuo e dinâmico que visa valorizar o colaborador, a sua função e a própria empresa, potenciando o seu desenvolvimento, sob o ponto de vista profissional, mas, também, pessoal. Acreditamos que o desenvolvimento de competências, de forma alinhada com os objetivos da organização conduz à otimização do desempenho individual, das equipas, e, por consequência, do desempenho global da organização.

Apesar dos constrangimentos orçamentais, o Plano Estratégico de Desenvolvimento de 2013 foi constituído por:



Em termos estratégicos, as competências *target* desenvolvidas no ano 2013 foram: Técnicas de condução de autocarros e veículos elétricos; Qualidade na relação com o cliente, em termos relacionais e comerciais; Competências de gestão de desempenho, nomeadamente capacidade de gestão, liderança e gestão de equipas; Compromisso e envolvimento organizacional; Sustentabilidade empresarial, no que respeita ao conhecimento e aplicação dos princípios do Sistema de Gestão Integrado em Segurança e Saúde no Trabalho.

Conforme obrigatoriedade legal, foi dada continuidade à formação CAM - certificado de aptidão para motorista, iniciada em 2010, a tripulantes e pessoal de enquadramento, tendo, em 2013, esta formação envolvido 165 colaboradores e 5.649 horas de formação.

Também no que respeita às matérias de Segurança e Saúde no Trabalho e no que toca aos Planos de Emergência Interna, foram realizadas ações de sensibilização e formação, que culminou com um simulacro no Complexo de Cabo Ruivo.

De acordo com a certificação da empresa em Responsabilidade Social, alcançada em 2012, foi ministrada uma formação em Auditoria neste domínio, a alguns dos colaboradores da empresa, para que, num futuro próximo, possam fazer parte de uma bolsa de auditores internos.

Sistematizou-se a forte aposta no Programa de Inglês e nas suas várias vertentes, alargando, cada mais, a sua abrangência e transversalidade.

Esta formação abrangeu várias vertentes, nomeadamente:

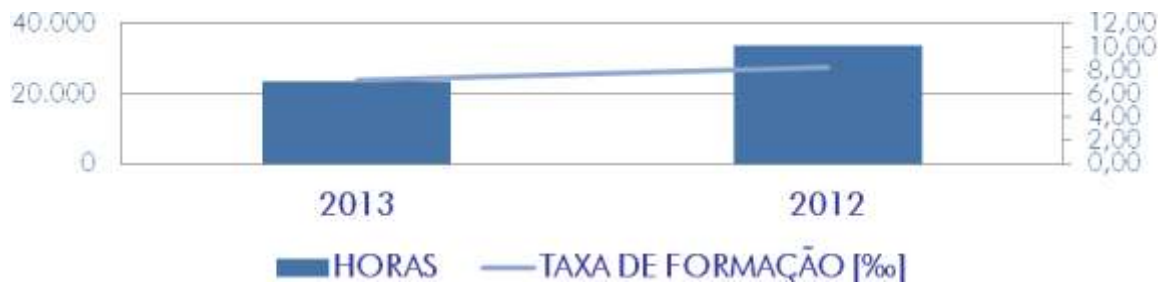
- Programa de inglês individual a quadros da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA;
- Programa especialmente dirigido às chefias intermédias da operação, de forma a elevar o seu nível de conhecimento, e reforçando o primeiro efeito do pocket de inglês;
- Iniciação ao inglês a tripulantes em módulo próprio integrado na formação CAM;
- Programa de inglês para os colaboradores do Museu, focando-nos na sua especificidade.

Dentro do projeto Academia continuou a aposta formativa, quer na vertente inglês, com a melhoria de conhecimentos, alinhada com vertentes temáticas da atualidade e do setor dos transportes, quer na formação de desenvolvimento pessoal e comportamental, designadamente em matéria de Comunicação e Relacionamento Interpessoal e de Gestão de Projetos e Liderança.

Em 2013, foi iniciada a Campanha de Atitude Comercial, na qual foram já envolvidos 165 colaboradores, dos quais, inspetores, controladores de tráfego e tripulantes.

É, igualmente, de salientar uma forte aposta em formações dirigidas a tripulantes e colaboradores da operação, tocando em aspetos técnicos, condução, segurança e reciclagens abarcando estes e outros aspetos, como por ex: Avarias para Tripulantes, Prevenção de Acidentes e Técnicas de Condução, Segurança Pessoal Preventiva para Tripulantes, assim como Aspetos Técnicos e Condução de Autocarros e Elétricos por Ausência Prolongada, envolvendo estas ações um total de 415 colaboradores e 3.441 horas de formação. É pertinente destacar, também, a formação proporcionada aos gestores de desempenho da CARRIS, com vista ao desenvolvimento de competências de liderança e relacionamento interpessoal.

## EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO



Em 2013, foram ministradas 23.627 horas de formação para 1.221 colaboradores, o que resultou numa taxa de formação de 7,18%, representando uma redução de 13% em comparação com o ano de 2012. No que respeita aos custos, e face ao ano anterior, verificou-se um decréscimo de cerca de 50% na formação realizada.

Apesar desta diminuição e conforme contextualizado, é importante realçar e evidenciar a aposta da CARRIS no desenvolvimento, cada vez mais focalizado, em novas estratégias de formação e sensibilização à proximidade e desenvolvimento, alinhado às estratégias organizacionais.

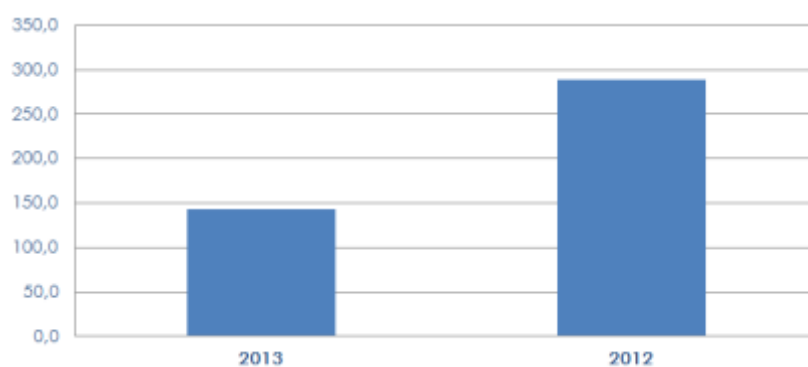
Representação gráfica comparativa dos últimos três anos.

## FORMAÇÃO

	2013	2012
HORAS	23.627	33.710
PARTICIPANTES	1.221	1.146
CUSTO [m€]	142,6	288,4

TAXA DE FORMAÇÃO [%]	7,18	8,25
----------------------	------	------

## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DA FORMAÇÃO



### 3.2.3. Indicadores de Absentismo

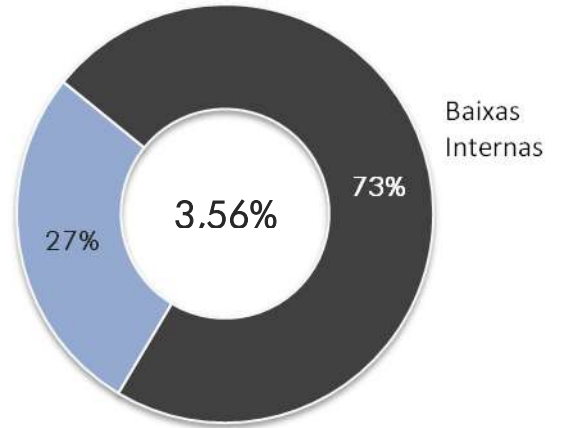
Destaca-se um conjunto de fatores que contribuíram para a alteração verificada nos indicadores em análise, no ano de 2013, mantendo a tendência que se vinha verificando em 2012 e que se traduziram num aumento da taxa de absentismo global.

Embora se tenha registado um acréscimo em quase todas as variáveis do absentismo, este aumento ficou a dever-se essencialmente às ausências por doença, com especial incidência nas baixas prescritas internamente (73% do total de absentismo por doença).

A outra variável que mais peso demonstrou ter nos valores em análise, foram as faltas justificadas, nomeadamente as fundamentadas para “atividades sindicais”, as quais, demonstraram ser um fator significativo na evolução negativa verificada, não obstante o indicador de adesão às greves ter baixado ligeiramente, face ao esforço contínuo da proximidade e da valorização que tem sido implementada na gestão dos recursos humanos da CARRIS.

## ABSENTISMO DETALHADO 2013

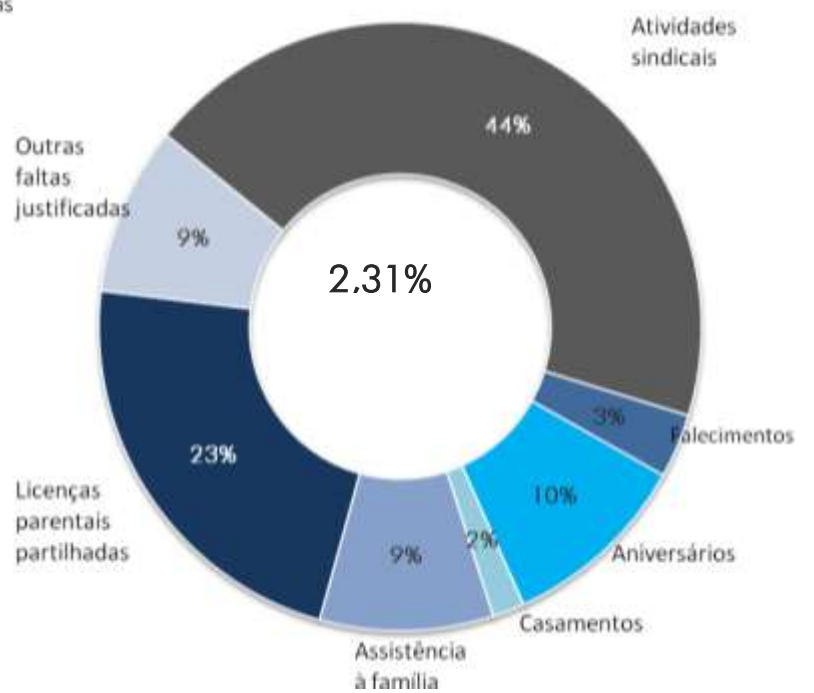
Absentismo por doença



Absentismo total



Absentismo por faltas justificadas



O quadro seguinte apresenta os resultados comparativos do absentismo dos dois últimos anos, onde constam todas as variáveis com peso na gestão corrente dos nossos recursos humanos.

#### ABSENTISMO DETALHADO

	2013	2012
Doença	3,56%	2,08%
Acidentes de Trabalho	0,78%	0,62%
Faltas Injustificadas	0,23%	0,23%
Greves	0,66%	0,72%
Faltas Justificadas	2,31%	2,21%
Atividades sindicais	1,01%	0,90%
outras faltas justificadas	1,30%	1,31%
AE - Cláusula 33º a) (Alínea "M")	0,41%	0,38%
<b>TAXA DE ABSENTISMO GLOBAL</b>	<b>7,94%</b>	<b>6,24%</b>

Desta forma e face aos argumentos anteriormente referidos, a taxa de absentismo global sofreu um acréscimo de 27% face ao ano 2012.

#### 3.2.4. Trabalho Suplementar

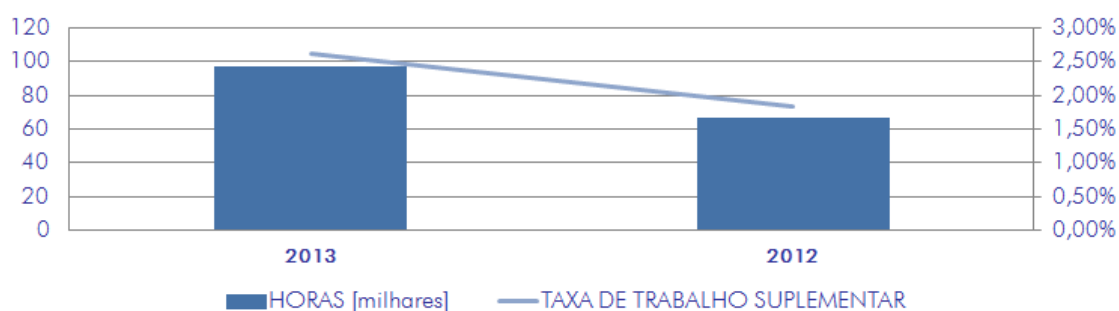
Face ao que foi referido no ponto anterior, verificou-se, em 2013, o aumento do trabalho suplementar, conforme o quadro a seguir evidencia:

## TRABALHO SUPLEMENTAR

	2013	2012
HORAS [milhares]	96,6	66,2
CUSTO [m€]	609,1	427,1
<b>TAXA DE TRABALHO SUPLEMENTAR</b>	<b>2,62%</b>	<b>1,83%</b>

Os principais motivos que contribuiram significativamente para o aumento do trabalho suplementar foram, o absentismo provocado por motivo de doença, conforme referido no ponto anterior e o decréscimo do número de trabalhadores afetos à função de tripulante, resultante de saídas por pedidos de demissão.

O gráfico seguinte mostra a evolução sofrida no ano de 2013.



São analisados aspetos vitais que demonstram que a CARRIS, para além de ter praticamente cumprido com as orientações da tutela no que diz respeito à redução do seu quadro de pessoal, ainda assim, conseguiu manter uma prestação de serviço com o rigor e excelência que é a sua imagem de marca.

Para que melhor se entenda a dinâmica alcançada pela CARRIS no que refere à otimização dos Recursos Humanos, no ano de 2013, de seguida destaca-se a evolução global do efetivo.



### 3.3. EVOLUÇÃO DO EFETIVO

No ano de 2013, o efetivo da CARRIS sofreu uma diminuição de 141 colaboradores seguindo uma tendência verificada nos últimos anos. Como se pode verificar no quadro seguinte, as saídas registadas, no ano de 2013, devem-se maioritariamente a saídas por mútuo acordo e pedidos de demissão, perfazendo estas duas variáveis um total de 127 colaboradores.

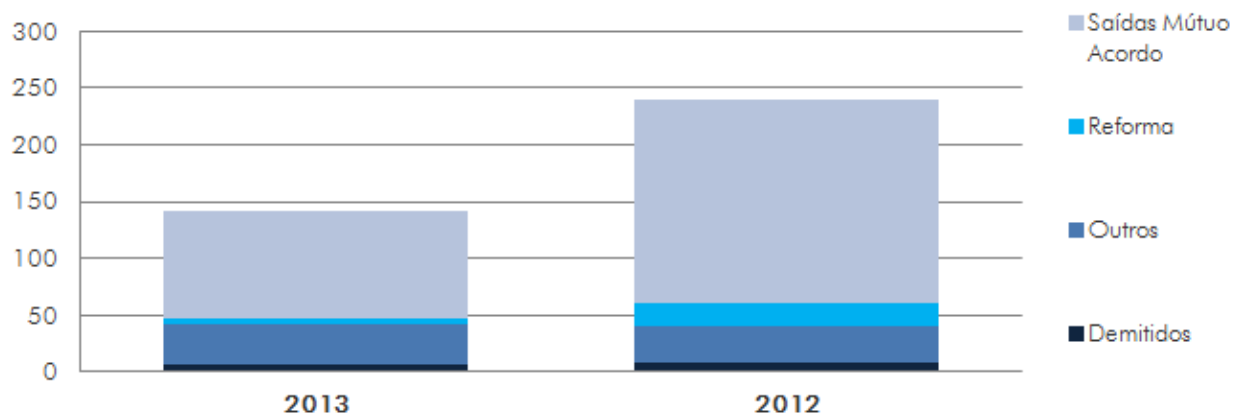
#### EFETIVO CARRIS

	2013	2012
<b>EFETIVO AO SERVIÇO</b>	2.063	2.175
<b>OUTRAS SITUAÇÕES</b>	192	221
Pré- Reformados	58	65
Requisitados à empresa	6	7
Regime de Cedências pela empresa	128	149
<b>EFETIVO GLOBAL</b>	<b>2.255</b>	<b>2.396</b>

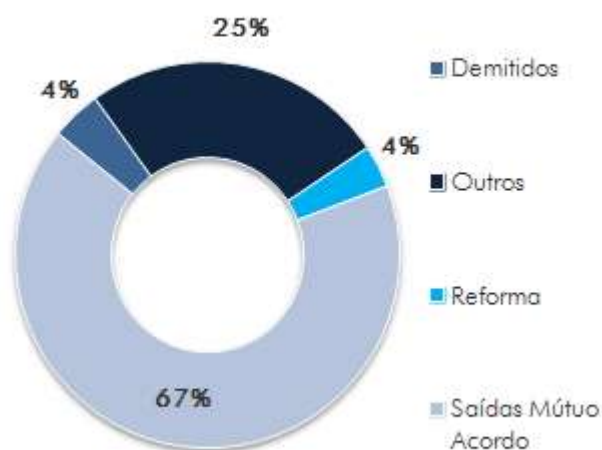
Para que melhor se compreenda a forma como se efetuou a redução do efetivo da empresa, o quadro seguinte aborda a temática de forma detalhada, sendo, ainda possível, verificar o comparativo relativo aos dois últimos anos.

#### SAÍDAS

	2013	2012
Reforma Invalidez	2	8
Reforma Limite Idade	3	3
Reforma Antecipada	0	9
Falecimento	3	5
Pedido Demissão	33	28
Demitidos	6	8
Saídas Mútuo Acordo	94	178
Cessaçao Contrato Termo	0	0
<b>TOTAL DE SAÍDAS</b>	<b>141</b>	<b>239</b>



À semelhança dos anos anteriores, o ano de 2013 destaca-se pelo elevado número de saídas por mútuo acordo.



No que respeita ao número de admissões efetuadas pela CARRIS e dando cumprimento ao definido na Lei do Orçamento do Estado, onde são impostas restrições nesta matéria, a CARRIS não registou, no ano de 2013, quaisquer admissões nos seus quadros de pessoal.

Face ao desafio determinado pelo LOE, traduzido na redução de 20% do efetivo no triénio 2011-2013, a empresa cumpriu o objetivo em 18,5%, tendo, em fevereiro de 2014, atingido o resultado global referido.

Relativamente à distribuição funcional do efetivo da CARRIS, destaca-se uma ligeira diminuição em todos os setores da empresa, com exceção da área da fiscalização comercial.

## DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO EFETIVO

	2013	2012
Dirigentes + Resp. Área	33	36
Quadros Técnicos	78	85
Apoio Administrativo	236	247
Apoio Operacional	58	65
Pessoal Tripulante	1.491	1.560
Controlo de Tráfego	57	58
Fiscalização	33	33
Manutenção	80	91
Outros (*)	189	221
<b>EFETIVO GLOBAL</b>	<b>2.255</b>	<b>2.396</b>

(\*) Inclui pessoal em regime de cedência pela empresa, requisitados e pré-reformados.

### 3.4. ACIDENTES DE TRABALHO

Em 2013, não foi possível atingir uma redução no número total de sinistros, face ao ano anterior, tendo-se verificado, ao invés, um aumento de 15.52% no número total de acidentes de trabalho (AT's) participados. No que respeita aos períodos de Incapacidade Temporária Absoluta (ITA), sendo esta uma variável de extrema importância, da responsabilidade de gestão pela seguradora, o controlo pela CARRIS torna-se mais difícil.

No ano de 2012, esse valor foi de 4.379 dias, traduzindo-se numa efetiva redução de cerca de 36%, face a valores de 2011. Em 2013, sem motivo concreto que explique esta situação, os valores foram mais elevados (5.266 dias), refletindo um acréscimo em relação ao ano anterior, de 20,26%.

## ACIDENTES DE TRABALHO

	2013	2012
N.º ACIDENTES DE TRABALHO	67	58
ÍNDICE DE FREQUÊNCIA	16,5	14,8
ÍNDICE DE GRAVIDADE	1,4	1,1
DIAS ÚTEIS PERDIDOS	5.266	4.379

<b>PESO RELATIVO DOS ACIDENTES DE TRABALHO NO ABSENTISMO GLOBAL</b>	<b>0,78%</b>	<b>0,62%</b>
---	--------------	--------------

Neste âmbito, as agressões ao pessoal das áreas operacionais - motoristas de Serviço Público (MSP), guarda-freios (GF) e agentes da fiscalização comercial (AFC) – são, sem dúvida, um dos principais fatores a que a empresa tem dedicado o maior esforço na prevenção, através de ações de formação.

São, também, de destacar os sinistros participados que, alegadamente, ocorreram em serviço no interior dos veículos da empresa, as alegadas quedas nas instalações, bem como no percurso casa/trabalho e trabalho/casa que, dada a sua natureza, não permitem à empresa fazer uma avaliação correta sobre a sua causalidade.

### ACIDENTES DE TRABALHO DETALHADOS 2013

Por Estação		Causas dos AT		
Pessoal Tripulante	UCT/ EM	15	In itinere	9
	UCT/ EP	11	Serviço no veículo	15
	UCT/ EF	14	Serviço fora do veículo	4
	UCT/ EA	13	Queda instalações	14
	<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	Queda fora Instalações	3
UCOP/ Fiscalização		9	Agressão	20
Pes. não Tripulante		5	Outras causas	3

### 3.5. SAÚDE

Através das alterações levadas a cabo no decorrer do ano de 2013, no funcionamento dos diversos postos médicos da CARRIS, agora localizados numa só unidade localizada no Complexo de Miraflores, foi possível, com a criação de um horário alargado, permitir aos colaboradores o acesso às diversas valências de atendimento, visando sempre a otimização dos recursos materiais e humanos afetos à Direção de Gestão de Pessoas e capital Humano.

Assim, apresenta-se o número de atividades desenvolvidas referentes a 2013.

Consultas de Medicina Curativa			Total
Clinica geral	Psiquiatria	Urologia	
8288	211	801	9300
Medicina no Trabalho			
Ex. Periódicos	Ex. Ocasionais	Outros	
2051	627	18	2696
Atos de Enfermagem			
Tratamentos	Rastreios	Biometrias	
2103	4668	2272	9043

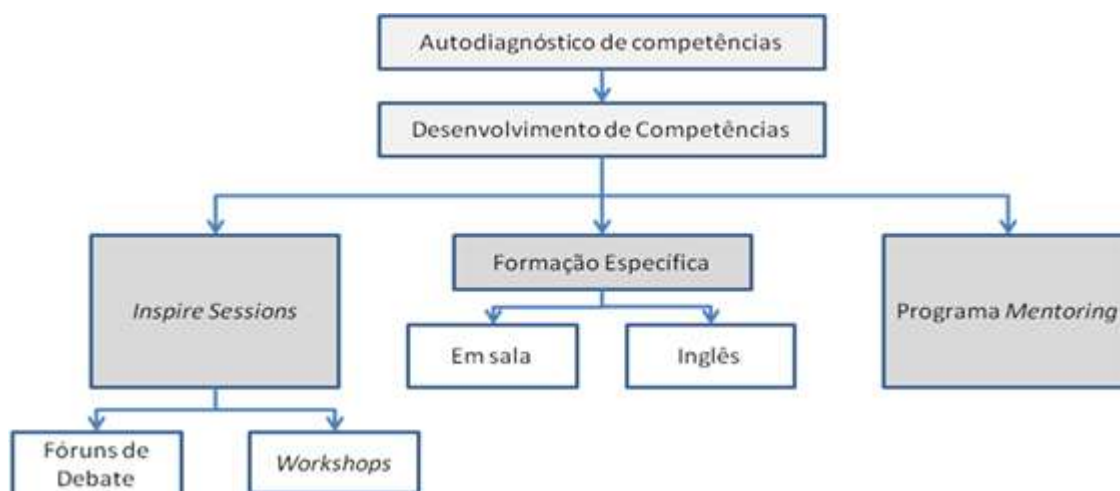
### 3.6. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Os serviços de Higiene e Segurança no Trabalho estão abrangidos pela certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, assentando no conhecimento do *core business* dos técnicos internos, na atividade de identificação, avaliação e controlo de riscos profissionais e das necessidades de informação e formação associadas, no sentido da melhoria contínua das condições de trabalho.

AÇÕES DESENVOLVIDAS - 2013	
Intervenções de HST – Avaliação e Controlo de Riscos (27 das quais com acompanhamento de terreno de técnicos da Saúde)	139
Planeamento da Prevenção	4
Formação, Informação e Consulta aos Trabalhadores	39
Outras Atividades - auditorias, pareceres técnicos, estudos ergonómicos de postos de trabalho, etc.	22
<b>TOTAL</b>	<b>204</b>

### 3.7. ACADEMIA CARRIS

Em 2013, foi desenvolvida uma nova edição da Academia CARRIS, numa lógica integradora CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA. A Direção de Pessoas e Capital Humano, em colaboração com o Gabinete de Desenvolvimento Organizacional, deram, desta forma, continuidade ao programa Academia CARRIS, tendo iniciado a 2.º Edição, que contou com a participação de 15 quadros técnicos da CARRIS e 10 do METROPOLITANO DE LISBOA, promovendo-se a troca de conhecimentos e de boas práticas, pensando-se em soluções e formas de superar desafios na CARRIS e nas empresas do setor.



A 2.ª Edição do programa Academia foi composta por quatro vertentes:

1. Auto-diagnóstico orientado para o desenvolvimento de competências;
2. *Inspire Sessions*, onde foram proporcionados fóruns de debates sobre temáticas estratégicas no domínio dos transportes e da sustentabilidade da empresa;
3. Formação Específica, dividida em sessões de Inglês e formação em sala orientada para o desenvolvimento pessoal e comportamental;
4. Programa de *Mentoring*, que visa reforçar a relação e a passagem de *know-how* entre os quadros mais experientes e os mais jovens.

Os Quadros da 1.ª Edição foram envolvidos, de forma participativa, nos trabalhos desenvolvidos na Academia 2013.

### 3.8. PROCESSO DIGITAL DO COLABORADOR

Em 2013 ficou concluído o processo de digitalização dos processos individuais dos colaboradores (cadastros individuais). Deste modo, a CARRIS, através da Direção de Pessoas e Capital Humano, reforça a política “paper free”, assentando na perspetiva da poupança económica e na boa prática ambiental.

### 3.9. TRIPULANTES: DESEMPENHO +

A CARRIS continua a sua aposta no reconhecimento do empenho dos seus colaboradores. Assim, em 2013 foram reconhecidos pela prestação de um serviço de excelência 226 tripulantes, sendo que se manteve o prémio não pecuniário, mas, a meritocracia e valorização do Capital Humano da organização CARRIS, foi um fator que teve elevado relevo e destaque.

### 3.10. PROTOCOLOS E PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES

Apesar do atual contexto económico, a CARRIS tem procurado fazer mais e melhor, através de parcerias inovadoras e geradoras de elevado valor acrescentado para os seus colaboradores e para seu agregado familiar, apostando numa estratégia de suporte e de apoio aos seus Colaboradores, com o objetivo final de promover o máximo de benefícios concedidos.

Foram estabelecidas parcerias, no âmbito das práticas de Responsabilidade Social interna, com diversas entidades numa ótica “win-win”, beneficiando, por um lado, os colaboradores e, por outro, promovendo a angariação de clientes por parte dos nossos parceiros.

Neste momento os protocolos celebrados abrangem um total de 65 parcerias, divididas por diversas categorias, nomeadamente, Educação, Saúde e Bem-Estar, Veículos, Telecomunicações, Viagens e Lazer, Animais de Companhia.

### 3.11. APOIO +

Em 2013, prosseguiu a consolidação das ações da equipa de apoio psicossocial “Apoio+”, na intervenção precoce e mitigação de problemáticas que afetam diretamente o desempenho da atividade profissional dos Colaboradores.

AÇÕES DESENVOLVIDAS - 2013	
Intervenções	
Intervenções em Incidentes Críticos – <i>in loco</i> , tempo real 24h (CCT)	14
Intervenções (“em gabinete”) a pedido dos próprios ou assinalados pela Chefia	8
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>

## 4. RECURSOS MATERAIS E TECNOLOGIAS

### 4.1. FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

#### 4.1.1. Situação Geral

Em 2013, a CARRIS voltou a não adquirir autocarros, tendo retomado 5 Volvo B 10L que estiveram ao serviço da CARRISTUR e abatido 4 Volvo B 7RLE e 1 Mercedes O405. Os constrangimentos impostos no contexto económico-financeiro do país obrigaram a empresa, não só a manter a contenção dos investimentos, como, igualmente, a reformular o plano operacional da oferta. Outra consequência foi o aumento da idade média da frota de autocarros, subindo de 7,6 anos, no final de 2012, para os 8,6 anos, no final de 2013.

#### FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO

TIPO	31.12.2013	31.12.2012
<b>AUTOCARROS</b>	<b>632</b>	<b>632</b>
Standard	488	488
Médios	20	20
Minis	34	34
Articulados	90	90
<b>ELÉTRICOS</b>	<b>57</b>	<b>57</b>
Ligeiros (automatizados)	8	8
Remodelados	39	39
Articulados	10	10
<b>ASCENSORES + ELEVADOR</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>697</b>	<b>697</b>

#### 4.1.2 Reserva Estratégica de Autocarros

Face à evolução do plano operacional de oferta, a reserva de autocarros, constituída em 2011, que, no início de 2013, era de 97 autocarros tipologia Standard e marca MB 405, foi evoluindo ao longo do ano e, em 31.12.2013, foi, apenas, de 41 viaturas, tendo os restantes sido abatidos ou vendidos a entidades externas.

#### 4.1.3. Taxa de Imobilização

A taxa de imobilização de autocarros foi de 8,6%, representando um ligeiro acréscimo, face ao valor verificado em 2012 (8,0%). No entanto, a taxa registada situa-se dentro dos valores adequados ao cumprimento dos objetivos do serviço público.



#### 4.1.4. Manutenção da Frota de Autocarros

Foi efetuada apenas uma Reparação Intercalar a um autocarro articulado Volvo B 10M, tendo sido revisto o plano plurianual de grandes reparações de autocarros, com reflexo nos próximos anos.

O envelhecimento geral da frota e a suspensão do processo de renovação da frota obrigou a um maior esforço na manutenção dos veículos existentes. Esse acréscimo de esforço acabou por se refletir nos custos de manutenção, já em 2013, nomeadamente nos montantes das avenças de diversos contratos, entretanto renegociados com a CARRISBUS.

	2013	2012	Δ(%)
Custo de manutenção do Modo Autocarro	8.125.422	8.015.204	1,4

#### 4.1.5. Monitorização do consumo específico de combustível

Na continuação do processo de expansão do sistema X-TranDrive foram instalados em mais 37 autocarros, no 1.º trimestre de 2013, os módulos de eficiência energética, existindo, atualmente, um total de 80 autocarros com este sistema instalado a bordo. Ao longo do ano, foram introduzidos vários desenvolvimentos ao nível do software, tornando-o mais funcional e fiável, situação que irá ser acompanhada e aprofundada em 2014.

#### 4.1.6. Ajustamentos na estrutura orgânica

Procedeu-se, no final de 2013, a diversas alterações na estrutura orgânica da Unidade de Coordenação de Transportes (UCT), visando a racionalização de meios e de procedimentos, de modo a flexibilizar a organização e o seu funcionamento, mantendo a gestão de proximidade implementada e que tem constituído uma característica fundamental no enquadramento dos tripulantes. Os ajustamentos introduzidos contemplaram as áreas:

- **MANUTENÇÃO**, com a extinção da UCT/GM e com a migração de atividades para a Direção de Logística e de Tecnologias de Informação e para a CARRISBUS. Foram, também, transferidas algumas funções que eram asseguradas pelas áreas de manutenção das estações para a CARRISBUS.
- **ADMINISTRATIVAS**, com a racionalização de procedimentos e a centralização na Unidade de Controlo Operacional e Planeamento de Rede na Direção de Gestão de Pessoas e Capital Humano de algumas das atividades asseguradas pelas secretarias das estações;
- **ENQUADRAMENTO**, através da ponderação do número de tripulantes por Inspetor, o que permitiu a movimentação de chefias qualificadas para a área de fiscalização comercial, área a potenciar em 2014.

#### **4.1.7. Frota de Carros Elétricos**

A CARRIS prosseguiu, em 2013, o Plano de Reparações Comerciais dos carros elétricos remodelados, tendo sido reparados 4 veículos.

Prosseguiu, também, o Plano de Reparação Intercalar dos carros articulados, dado estes já terem atingido metade da sua vida útil, tendo sido reparados quatro veículos e iniciada a reparação de um outro. Foi, ainda, efetuada a reparação geral do ascensor da Glória.

A taxa de imobilização da frota de elétricos aumentou significativamente em relação a 2012, tendo subido para 19,9 %.

### **4.2. INFRAESTRUTURAS DE TRAÇÃO ELÉTRICA**

#### **4.2.1. Colaboração com Entidades Externas**

Em 2013, prosseguiu a colaboração com a CENTRAL no projeto de Reestruturação do Sistema de Bondes de Santa Teresa, Rio de Janeiro, no âmbito do protocolo estabelecido entre as partes.

Na senda de anos anteriores, foi dado apoio à câmara municipal de Lisboa (CML) nas obras de repavimentação da via pública ou de requalificação viária, com vista à melhoria das condições de circulação.

Pela sua importância destacam-se as obras das Ruas do Ouro e Angelina Vidal, onde se procedeu à melhoria da rede de cabos subterrâneos, com a eliminação de caixas subterrâneas redundantes e à remoção de carril que se encontrava desativado.

Prosseguiu, igualmente, o processo de colaboração entre a CARRIS e a CML, para melhoria das condições de circulação de autocarros e elétricos, através da pintura de corredores BUS e de sinalização horizontal, assim como na colocação de pilaretes para dissuasão do estacionamento desordenado.

#### **4.2.2. Energia e Rede aérea**

Durante o ano de 2013, foram substituídos 732 metros de fio de contacto, no âmbito da renovação deste tipo de infraestrutura.

Com o objetivo de melhorar a alimentação elétrica na zona da Estrela, aumentando fiabilidade e reduzindo perdas, foram instalados 880 metros de condutor auxiliar (“feeder”) entre as Ruas João de Deus e S. Domingos à Lapa.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pelo indicador “Taxa de Disponibilidade da Rede – Energia”, cujo valor atingiu 99,9 %.

### 4.2.3. Via-férrea

No ano de 2013, foram efetuadas substituições de carril em nove locais da Rede, totalizando uma extensão de 174 metros. Pela sua importância, destacam-se os troços da Rua Damião de Góis/Rua de Pedrouços, Rua Paiva de Andrade/Largo do Chiado e Ruas Augusto Rosa e do Limoeiro.

No que se refere à conservação da via-férrea e seus aparelhos, foram efetuadas as seguintes intervenções, entre outras:

- Reperfilagem de carril, com soldadura - 95 m
- Reparação de juntas de carril com soldadura – 80 un.
- Reparação de juntas de carril com limagem – 96 un.
- Correção de desgaste ondulatório do carril – 3.250 m
- Limpeza e lubrificação de aparelhos de manobra de via (agulhas) - 5.125 un.
- Afinação e reparação de aparelhos de manobra de via (agulhas) – 848 un.
- Limpeza de canal do carril – 454 km
- Limpeza de sumidouros e caixas de visita – 650 un.

Estas ações contribuíram para a manutenção das condições de operacionalidade e segurança e para o prolongamento da vida útil dos equipamentos desta infraestrutura. Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pelo indicador “Taxa de Disponibilidade da Rede – Linha Férrea”, cujo valor atingiu 100 %.

### 4.3. APROVISIONAMENTO

#### 4.3.1. Existências em 31 de dezembro

O montante imobilizado em existências no final do ano de 2013 teve um acréscimo de 1,1% relativamente aos níveis registados em 2012, que decorreu de um aumento das existências de gasóleo em 31 de dezembro.

RUBRICAS	EXISTÊNCIAS EM 31 DE DEZEMBRO ( Em Euros a Preços Correntes )		
	2013	2012	VAR. (%)
Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público	506.344	539.848	-6,2
OUTRO MATERIAL (sem Bilhetes e Senhas)	493.889	518.310	-4,7
SUB-TOTAL	1.000.233	1.058.158	-5,4
GASÓLEO, GÁS NATURAL e OUTROS COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	383.099	309.509	23,7
<b>TOTAL</b>	<b>1.383.331</b>	<b>1.367.667</b>	<b>1,1</b>

Rubricas consideradas em Outro Material: Economato, Fardamentos, Rede Aérea, Via, Outro Material, Museu e Sucatas

#### 4.3.2. Stock Médio

O stock médio total registou um valor a rondar os 1.347 milhares de euros (sem Bilhetes e Senhas), montante este, que traduz uma diminuição de 2,0% a que correspondeu menos 28.813 euros imobilizados em existências ao longo do ano de 2013 comparativamente com o ano anterior, continuando a verificar-se a tendência de descida do stock médio ativo.

RUBRICAS	STOCK MÉDIO ATIVO		
	( Em Euros a Preços Correntes )		
	2013	2012	VAR. (%)
Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público	511.689	533.630	-4,1
OUTRO MATERIAL (sem Bilhetes e Senhas)	510.075	568.261	-10,2
SUB-TOTAL	1.021.764	1.101.892	-7,2
GASÓLEO, GÁS NATURAL e OUTROS COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	325.383	274.069	18,7
<b>TOTAL</b>	<b>1.347.147</b>	<b>1.375.960</b>	<b>-2,0</b>

Rubricas consideradas em Outro Material: Economato, Fardamentos, Rede Aérea, Via, Outro Material, Museu e Sucatas

#### 4.3.3. Índice de Rotação

Este indicador manteve a tendência de descida, 4,8%, devido em grande medida à diminuição dos custos suportados com Gasóleo, Gás Natural e Outros Combustíveis e Lubrificantes, -8,29%, mas aos quais correspondem um grande valor em termos absolutos, assim como à diminuição dos consumos de materiais para Veículos de Serviço Público que registou um decréscimo de 34,33%.

RUBRICAS	STOCK MÉDIO (Em Euros a Preços Correntes)			CUSTOS TOTAIS (Em Euros a Preços Correntes )			INDICE DE ROTAÇÃO		
	2013	2012	VAR. (%)	2013	2012	VAR. (%)	2013	2012	VAR. (%)
Peças e Acessórios para Veículos de Serviço Público	511.689	533.630	-4,1	107.121	163.110	-34,3	0,21	0,31	-31,5
OUTRO MATERIAL (sem Bilhetes e Senhas)	510.075	568.261	-10,2	762.712	457.389	66,7	1,50	0,80	85,7
SUB-TOTAL	1.021.764	1.101.892	-7,2	869.834	620.499	40,1	0,85	0,56	51,1
GASÓLEO, GÁS NATURAL e OUTROS COMBUSTÍVEIS e LUBRIFICANTES	325.383	274.069	18,7	18.072.206	19.705.805	-8,2	55,54	71,90	-22,7
<b>TOTAL</b>	<b>1.347.147</b>	<b>1.375.960</b>	<b>-2,0</b>	<b>18.942.040</b>	<b>20.326.304</b>	<b>-6,8</b>	<b>14,06</b>	<b>14,77</b>	<b>-4,8</b>

Rubricas consideradas em Outro Material: Economato, Fardamentos, Rede Aérea, Via, Outro Material, Museu e Sucatas

#### 4.4. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Neste capítulo, descrevem-se as atividades e as áreas de intervenção em que a equipa da área das tecnologias de informação da direção de logística e de tecnologias de informação interveio, durante o ano de 2013, enquanto prestador de serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação à CARRIS, à CARRISTUR e à CARRISBUS.

Para além dos projetos novos, salientam-se atividades de carácter permanente, cruciais para a atividade das 3 empresas (CARRIS, CARRISTUR e CARRISBUS):

- Help Desk e Suporte técnico;
- Alojamento e Administração de Sistemas;
- Segurança Informática;
- Telecomunicações;
- Desenvolvimento e Manutenção de Aplicações.

#### 4.4.1 Desenvolvimento e Manutenção de Software

##### Intranet

Manutenção e gestão de conteúdos da Intranet, com atualização permanente de informação.

Migração de todas as aplicações do servidor Carris2004 para o servidor IntranetPRD.

##### Aplicações WEB – Novos Desenvolvimentos

##### CARRISTUR

- Gestão de Pessoal, Gestão de Fardamentos, Gestão de Vouchers

##### CARRIBUS

- Manutenção do portal da CARRIBUS e manutenção das aplicações WEB associadas

##### CARRIS

- (DLT/AP) Gestão de Fardamentos
- (DPC/SH) Marcação de Exames Clínicos e Relatórios
- (GID) Novas opções no Espaço Inovação, Innovation Scoring
- (DPC) Projecto myINFO
- (UCT/CT) Consulta e Exportação de Ocorrências SIGO
- (DCO/VD ) Aplicação Passes Perdidos (Lisboa VIVA)
- PORTAL myCARRIS

##### Aplicações WEB – Manutenção

- Projeto da Mobilidade (PDA'S para o pessoal de enquadramento do trafego)
- Gestão de Equipamentos Telemáticos
- Fiscalização
- Sinistralidade
- Controlo de Saídas com Atraso
- Controlo de Imobilização
- Fichas de Dados de Segurança
- Controlo de Avarias com Impacto no cliente
- Situação da Frota (Automatização das Imobilizações)
- Provedor do cliente
- Projeto SIIM – Sistema Integrado de Informações de Manutenção (Ajuste dos processos ao modo Elétrico)
- Serviço de Saúde – Módulos de Medicina Curativa e Preventiva
- Gestão de Ideias e Sugestões

- Impressos de Economato
- Parcerias CARRIS

#### SGO – Sistema de Gestão de Ocorrências

#### BSC – Balanced Scorecard

#### SAP R/3

- Criação do módulo de “Guias de Transporte”.
- Desenvolvimento de diversas RFC (remote function call) para comunicação do SAP com outras aplicações.

### 4.4.2 Alojamento e Administração de Sistemas

Análise do comportamento da rede, sistemas operativos de rede, sistemas de base de dados, hardware de servidores, sistema de correio, atualizações de software.

#### e-BC (e-Billing Connector)

Desenvolvimentos na solução de faturas eletrónicas.

#### Migração de servidores físicos para Virtuais

#### Servidor ArtSoft

Implementação de uma máquina virtual para o sistema ArtSoft, da CARRISTUR, para gestão dos processos contabilísticos.

#### Virtualização do servidor SAE

#### Atividades de Carácter Permanente

- Gestão de desempenho e falhas
- Monitorização das UPSs
- Gestão de Backups
- Gestão de contas
- Suporte a utilizadores e parceiros em projetos
- Gestão da Plataforma EAI
- Gestão da plataforma WSUS (Windows Server Update Services).
- Gestão do Servidor de Impressão
- Gestão da plataforma de e-mail (webmail, pushmail, filtro anti-spam)

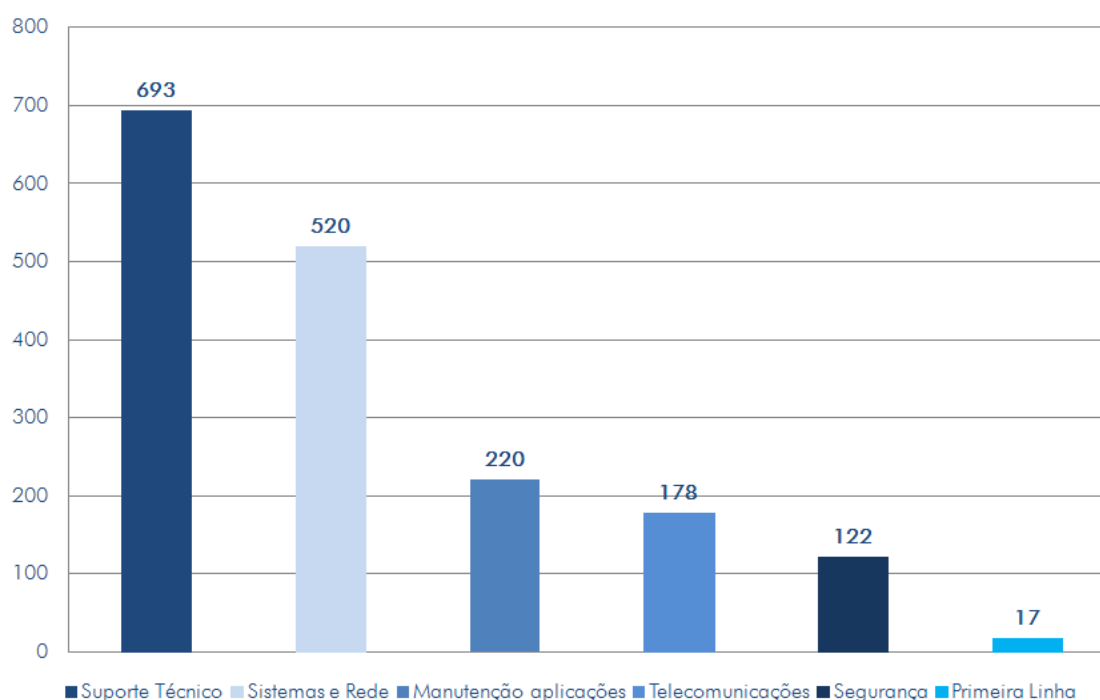
### 4.4.3 Suporte Técnico



## Gestão do Parque Informático CARRIS. Manutenção de Equipamentos e Apoio aos Utilizadores

O parque informático manteve-se estável no que respeita a PC's (575) e a equipamentos de impressão (101). A equipa técnica presta, também, todo o suporte ao parque das empresas CARRISTUR e CARRISBUS.

Durante o ano de 2013, foram solicitados 1.750 pedidos de suporte técnico, distribuídos pelas equipas especializadas da área das tecnologias de informação da direção de logística e de tecnologias de informação, de acordo com o gráfico abaixo:



### 4.4.4 Telecomunicações

#### Prestadores de Serviços de Telecomunicações

- Rede Fixa

Gestão operacional dos circuitos de voz e dados contratados à COLT, PT e ONI.

Projeto de interligação das Redes de Voz Fixa, entre a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA para a criação de um Call Center único.

Implementação de sistema de FAX WEB (Fax2Mail).

Projeto upgrade EMV (pagamentos eletrónicos).

- Redes Móveis

Gestão dos contratos:

- Serviço de voz e dados para suporte dos sistemas de comunicação em tempo real nos autocarros, elétricos e painéis de informação aos passageiros;
- Serviços de telecomunicações móveis (voz e dados);
- Serviço de Banda Larga (3G).

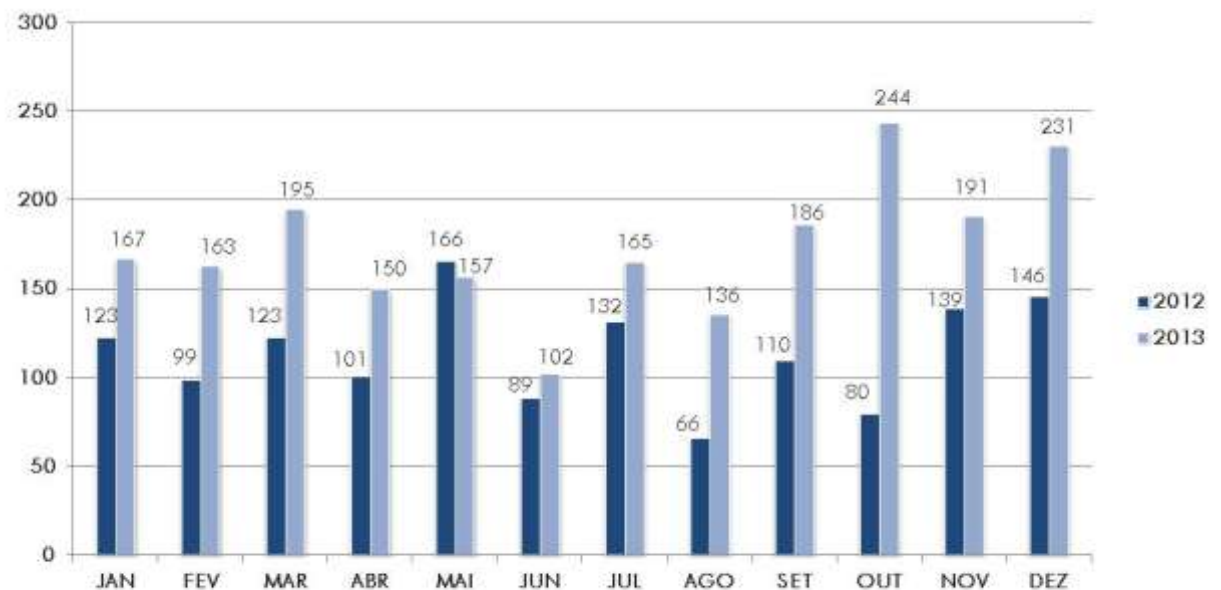
Interligação Fixo/ Móvel e Móvel/Móvel entre a CARRIS e o METROPOLITANO DE LISBOA

- **Gestão de Equipamentos Telemáticos**

#### SAEIP

Em 2013, verificou-se um acréscimo do número de anomalias, relativamente a 2012, resultante do número de anos dos equipamentos ao serviço (ver gráfico abaixo).

#### MOVIMENTOS DE EQUIPAMENTOS SAEIP



Lançamento de um processo de Consulta Direta à empresa TECMIC, para apresentar um contrato de prestação de serviços de assistência técnica evolutiva ao Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros.

- **Video vigilância**

Gestão do contrato de prestação de serviços de manutenção de equipamentos embarcados.

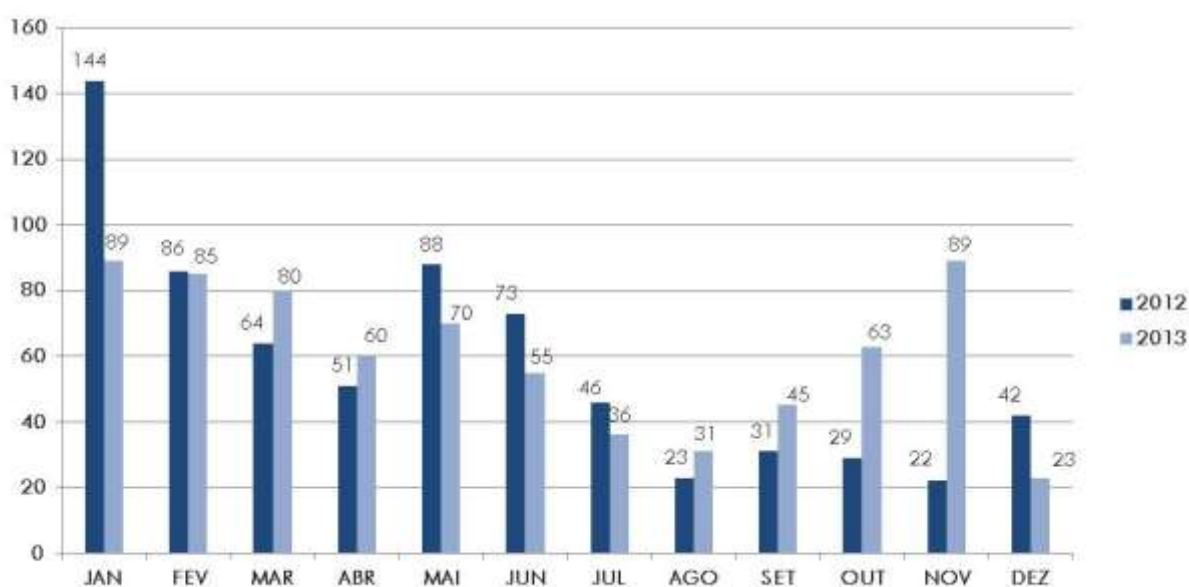
- **Bilhética**

Gestão de incidentes relacionados com circuitos ADSL para interligação dos postos de venda ao sistema central de Bilhética

Gestão de equipamentos telemáticos: Bilhética e Venda a Bordo.

Verificou-se em 2013, relativamente a 2012 um ligeiro aumento do número de anomalias (ver gráfico abaixo).

### MOVIMENTOS DE EQUIPAMENTOS BILHÉTICA



- **Gertrude**

- **Alarmes e sistemas anti-intrusão, deteção e extinção de incêndios**

- **Projeto PDA**

Acompanhamento técnico e gestão da manutenção, nomeadamente, atualizações de firmware, correções de anomalias funcionais.

#### 4.4.5 Segurança das TIC

##### McAfee

Renovação do contrato, com reajustes técnicos da solução. Gestão e atualização da plataforma de software, presente em todos os computadores da CARRIS, CARRITUR e

CARRISBUS, incluindo os Módulos de anti-malware e Host Intrusion Prevention System (HIPS).

Monitorização diária da plataforma, obrigatória para a otimização de processos e ações preventivas e correções com vista à defesa dos utilizadores finais.

### **Firewalls**

Ações diárias de manutenção, monitorização e ajustamento das plataformas de defesa de perímetro (firewall), de modo a assegurar um nível de proteção adequada ao funcionamento diário de todos os sistemas com acesso externo.

Manutenção do portal myCARRIS de modo a reduzir tempos de downtime.

### **VPN**

A CARRIS tem instalada uma solução de controlo dos acessos remotos à sua infraestrutura de IT, assente numa filosofia de virtual private network. Esta solução suporta os acessos relacionados com colaboradores e com empresas com as quais temos relações de parceria que derivam os projetos em exploração.

Gestão das VPN's associadas à Bilhética e respetivos postos de venda (rede superior a 100 POS) e à manutenção remota dos equipamentos de controlo e gestão da rede de distribuição de energia de tração aos elétricos.

### **Painéis de Informação ao Passageiro**

Manutenção dos equipamentos de segurança que segregam as redes de comunicação utilizadas para a transmissão de dados para os Painéis de Informação ao Passageiro (PIP).

### **CARRISTUR e CARRISBUS**

Suporte técnico a todos os utilizadores destas 2 empresas, no que respeita a acessos à Internet, quer sejam realizados através de browser quer através de aplicações específicas.

### **Monitorização WEB**

Manutenção de níveis de acesso para gestão da largura de banda disponível.

Monitorização dos acessos externos e gestão dinâmica dos recursos, que utilizam a Internet, com vista a garantir os níveis de serviço adequado, conformidade com as licenças disponíveis e atualização das regras e políticas de segurança em vigor.

## Servidor FTP

Manutenção do Servidor FTP, dedicado à troca de ficheiros com alguns parceiros e Instituições.

## 5. RECURSOS FINANCEIROS

### 5.1. FLUXOS FINANCEIROS

Em termos económicos, o ano de 2013 acabou por reforçar a sustentabilidade operacional da CARRIS, uma vez que os meios gerados pela atividade permitiram não só cumprir as obrigações desta como também gerar os fluxos suficientes para fazer face ao investimento realizado.

No que respeita aos fluxos das atividades de financiamento, importa realçar que:

- O peso da dívida histórica continuou a fazer-se sentir, pois os reembolsos dos financiamentos de M/L Prazo e os encargos financeiros adicionalmente devidos, foram liquidados com recurso a novos financiamentos de Curto Prazo junto da Banca Comercial;
- O mercado financeiro não mostrou disponibilidade para contratar créditos de maturidade superior a noventa dias, pelo que se verificou o aumento do peso do endividamento corrente relativamente ao passivo remunerado total e acentuou-se a rotação destes financiamentos como se pode inferir dos valores das “Utilizações Curto Prazo” e “Reembolsos Curto Prazo”.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(milhares de euros)	2013	2012
Fluxos das Atividades Operacionais	5.264,8	4.178,5
Fluxos das Atividades de Investimento	-3.330,2	-5.875,0
Fluxos das Atividades de Financiamento	-727,1	1.816,5
Destacando-se os seguintes movimentos:		
• Reembolsos de Médio Prazo	-79,4	-61,9
• Utilizações de Curto Prazo	1.121,6	351,7
• Reembolsos de Curto Prazo	-994,9	-242,6
<b>Varição de Caixa e seus Equivalentes</b>	<b>1.207,5</b>	<b>120,0</b>

### 5.2. INVESTIMENTO REALIZADO

A realização do plano de investimentos para 2013 continuou condicionada pelas restrições financeiras que se vêm verificando nos últimos anos.

Dos 2,6 milhões de euros do investimento realizado em 2013, menos 0,7 milhões que em 2012, cerca de 85% dizem respeito a (grandes) reparações inadiáveis nos veículos da frota de serviço público e nas infraestruturas de elétricos.

## INVESTIMENTOS

(milhares de euros)	2013	2012
<b>FROTA DE AUTOCARROS</b>	<b>1.630</b>	<b>1.794</b>
Grandes Reparções	1.600	1.794
Outros	30	0
<b>FROTA DE ELÉTRICOS</b>	<b>498</b>	<b>418</b>
Grandes Reparções	426	407
Outros	72	11
<b>INFRAESTRUTURAS</b>	<b>168</b>	<b>159</b>
Grandes Reparções de Linha e Rede Aérea	165	159
Outros	3	0
<b>EDIFÍCIOS</b>	<b>88</b>	<b>285</b>
<b>BILHÉTICA E SISTEMA DE AJUDA À EXPLORAÇÃO</b>	<b>83</b>	<b>464</b>
<b>OUTROS INVEST. CORPÓREOS</b>	<b>103</b>	<b>93</b>
<b>TOTAL INVEST. NÃO FINANCEIROS</b>	<b>2.570</b>	<b>3.213</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.570</b>	<b>3.235</b>

### 5.3. ESTRUTURA PATRIMONIAL

Como o valor do investimento realizado foi inferior às amortizações praticadas no exercício verificou-se uma redução significativa do Ativo Fixo Líquido (-13,1 milhões de euros) e da globalidade do Ativo (-14,9 milhões de euros) relativamente a 2012.

## VARIAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(milhares de euros)

Rubrica do Balanço	2013	2012	Variação	
			Em valor	Em %
<u>ATIVO</u>				
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	87.675	100.823	-13.148	-13,0
Participações e Outros Ativos Financeiros	5.298	5.788	- 490	-8,5
Ativo Corrente - Inventários	2.291	2.453	-161	-6,6
Ativo Corrente – Outros e Disponibilidades	21.859	22.938	-1.079	-4,7
<b>TOTAL</b>	<b>117.123</b>	<b>132.002</b>	<b>-14.879</b>	<b>-11,3</b>
<u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u>				
Capital Próprio	-870.527	-865.891	-4.636	0,5
Provisões	8.920	2.238	6.682	298,6
Passivo não Corrente	457.444	566.797	-109.353	-19,3
Passivo Corrente	521.286	428.858	92.428	21,6
<b>TOTAL</b>	<b>117.123</b>	<b>132.002</b>	<b>-14.879</b>	<b>-11,3</b>

O Capital Próprio apresenta uma variação de -4,64 milhões de euros, resultante do efeito conjugado da incorporação de -7 milhões de euros do resultado líquido do exercício e de 2,3 milhões de excedentes de revalorização.

No exercício de 2013 as rubricas do Passivo registaram uma redução global de 10,2 milhões de euros, justificada essencialmente por:

- Constituição de provisões para encargos com dois swaps cujo pagamento está suspenso a aguardar decisão de tribunal, no valor de 6,36 milhões de euros;
- Redução de 25 milhões de euros nas responsabilidades com pensões de reforma, resultante da redução do efetivo de beneficiários e da suspensão, em 2014, do pagamento das pensões para dar cumprimento ao Orçamento de Estado para este mesmo ano;
- Redução de 36,9 milhões de euros na rubrica de outras contas a pagar resultante da valorização marked-to-market dos swaps;
- Acréscimo de 42 milhões de euros no valor global dos financiamentos, dada a necessidade de endividamento adicional para fazer face aos compromissos financeiros da Empresa.

Em resultado da boa performance operacional e da contenção nos investimentos, o valor da dívida remunerada no final de 2013, no montante de 776,927 milhões de euros, ficou



abaixo do que estava orçamentado (789,058 milhões de euros). Contudo, este indicador subiu 5,7 %, em relação a 2012.

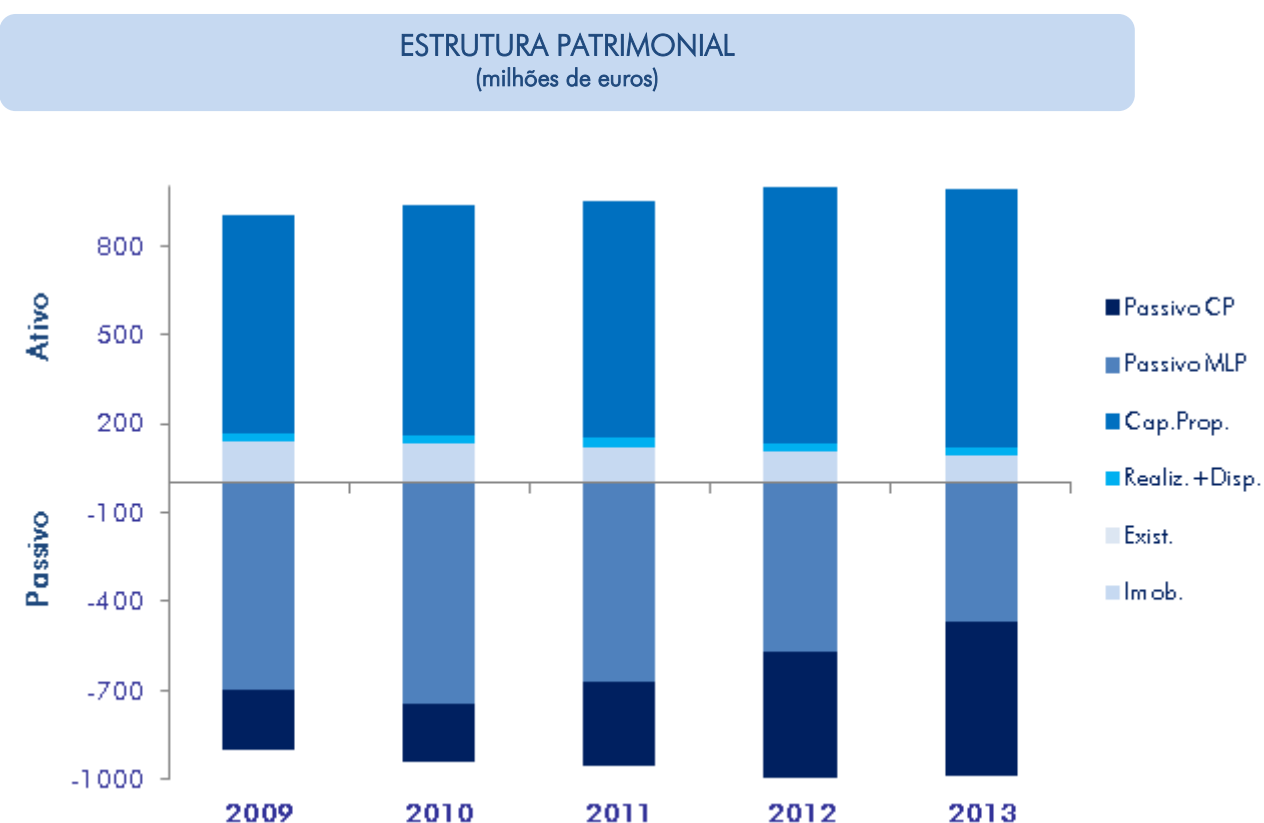
Importa ainda salientar que a Empresa reembolsou cerca de 79,4 milhões de euros de empréstimos de médio e longo prazo, com recurso a financiamentos de curto prazo (a 30, 60 e 90 dias) com *spreads* e taxas de juro globais muito mais elevadas do que as dos empréstimos reembolsados. Em 31 de dezembro a taxa média efetiva dos financiamentos a médio prazo era de 1,5%, enquanto a de curto prazo era de 6,54%. A substituição de dívida de médio e longo prazo por dívida de curto prazo aumenta ainda fortemente a exigibilidade dos capitais.

Neste cenário, a CARRIS irá reembolsar em 2014, 79,4 milhões de euros de empréstimos de médio e longo prazo com recurso a igual montante de dívida de curto prazo, ao qual se irá acrescer o endividamento adicional de 2014, estimando-se que a dívida de curto prazo venha a representar cerca 70% do passivo remunerado.

Este cenário repetir-se-á em 2015, 2016 e 2017 em que as necessidades para reembolsos de médio e longo serão de 86,9, 59,7 e 45,0 milhões de euros, respetivamente.

Esta situação implicará um acréscimo elevadíssimo dos gastos financeiros que absorverão por completo a melhoria dos resultados operacionais.

O desequilíbrio da estrutura patrimonial da Empresa manter-se-á, se não forem encontradas com o apoio do acionista soluções para a resolução do problema dos capitais próprios negativos, que em 2013 atingiram os 871 milhões de euros.



## 5.4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Conforme foi já referido, a CARRIS apresenta uma estrutura financeira muito desequilibrada com capitais próprios significativamente negativos e, por contingências do mercado financeiro, vê-se forçada a financiar a sua atividade corrente com recurso a crédito bancário de muito curto prazo, que acarreta elevados gastos financeiros.

Não obstante o disposto no Despacho nº 101/09 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a empresa não conseguiu, em 2013, diversificar os instrumentos de financiamento com reforço dos seus capitais permanentes através da obtenção de empréstimos de longo prazo.

As entidades credoras não estão permeáveis a maturidades mais longas, com taxas mais atrativas e que permitam libertar o custo financeiro das comissões de renovação, do risco da sua não renovação ou da alteração das condições do financiamento nesses momentos.

A empresa carece, assim, do apoio do acionista, com vista à concretização de um plano de recapitalização que, a médio prazo, minimize a dependência da Banca.

Num prazo mais imediato, para repor a relação entre a dívida de curto prazo e o total do passivo numa situação mais aceitável em termos de exigibilidade, seria necessário a concretização de um empréstimo de médio ou longo prazo, visando a substituição de dívida de curto prazo, o que nas atuais condições do mercado só poderá ser concretizado com suporte do acionista.

No período de 2009 a 2013, a evolução dos gastos efetivos suportados pela empresa com os seus financiamentos evidencia a complexidade da sua situação financeira.

### EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

	2009	2010	2011	2012	2013
Taxa de juro efetiva (%)	2,97	2,56	2,76	3,12	3,37
Juros suportados (M€)	29,5	26,0	32,3	40,2	42,6

Entre 2005 e 2007, face à subida das taxas de juro, a empresa contratou quatro swaps para cobertura do risco (detalhados na Nota 15 do Anexo às demonstrações financeiras).

No quadro seguinte apresentam-se as ações e procedimentos adotados na gestão do risco financeiro.

Gestão de Risco Financeiro – Despacho nº 101/09- SETF, de 30-01	CUMPRIDO			DESCRIÇÃO
	S	N	N.A.	
<p>Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva</p> <p>Diversificação de instrumentos de financiamento</p> <p>Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis</p> <p>Diversificação de entidades credoras</p> <p>Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado</p>	X			<p>Empréstimos bancários e <i>leasing</i></p> <p>Euribor e Eonia</p> <p>A Empresa trabalha com todos os bancos</p> <p>Em 2013 não foi contratado qualquer instrumento de cobertura</p>
<p>Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes</p> <p>Consolidação do passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis</p> <p>Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação</p> <p>Minimização da prestação de garantias reais</p> <p>Minimização de cláusulas restritivas (covenants)</p>		X		<p>Em 2013 não foi possível obter empréstimos de longo prazo, dadas as condições dos mercados</p> <p>Sim, dentro das condições oferecidas</p> <p>Não foram prestadas garantias reais</p> <p>Sim, dentro das condições de mercado</p>
<p>Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa</p> <p>Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos</p> <p>Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP</p> <p>Utilização de auto financiamento e de receita de desinvestimento</p>	X			<p>A Empresa beneficiou de 257,3 milhares de euros do PIDDAC</p> <p>Só houve investimentos em grandes reparações inadiáveis</p> <p>O desinvestimento foi residual</p>
<p>Inclusão nos R&amp;C</p> <p>Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos</p> <p>Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos</p> <p>Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro</p>	X			<p>Consta neste capítulo</p> <p>Consta neste capítulo</p> <p>Em termos descritivos</p>
<p>Reflexão nas DF, desde 2009, do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira</p>	X			<p>Foi cumprido o Despacho nº 101/09-SETF (ver nota 15 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados)</p>

Legenda:

FC - Fundos comunitários | CP - Capital próprio | S – Sim | N – Não | N.A.- Não Aplicável

## 6. RESULTADOS ECONÓMICOS

### 6.1. RESULTADOS GLOBAIS DA EMPRESA

#### 6.1.1. No Exercício de 2013

O ano de 2013 caracterizou-se, mais uma vez, por fortes limitações orçamentais, pela continuação de uma política de ajustamento do quadro de efetivos, por reduções salariais determinadas por diplomas legais e pela contenção de gastos e escolha criteriosa de investimentos.

Este facto não impediu que a CARRIS oferecesse um serviço adequado às necessidades da procura que, no último trimestre do ano, influiu a tendência de queda que se vinha verificando desde 2011.

#### RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS

(milhares de euros)	2013	2012	VAR (%)
Rendimentos de Exploração SP <sup>(1)</sup>	107.916	105.263	2,5
Gastos de Exploração SP <sup>(2)</sup>	98.251	95.788	2,6
<b>Resultado de Exploração SP</b>	<b>9.665</b>	<b>9.475</b>	<b>2,0</b>
Resultado das Explorações Acessórias	592	1.093	-45,8
Gastos Gerais	13.634	18.085	-24,6
Outros Gastos e Rendimentos <sup>(3)</sup>	4.411	4.964	-11,1
<b>Resultado Operacional</b>	<b>1.034</b>	<b>-2.554</b>	<b>-140,5</b>
Resultado Financeiro	-8.629	-62.174	-86,1
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>-7.595</b>	<b>-64.728</b>	<b>-88,3</b>

Legenda: (1) – Inclui a Indemnização Compensatória (18,6M€ em 2013 e 19,5M€ em 2012) e a compensação pelos subsídios 4\_18, sub23 e Social+ (2,4M€ em 2013 e 2,9M€ em 2012).

(2) – Corresponde a Gastos de Produção e Comerciais.

(3) – Inclui Subsídios PAll e para Formação Profissional.

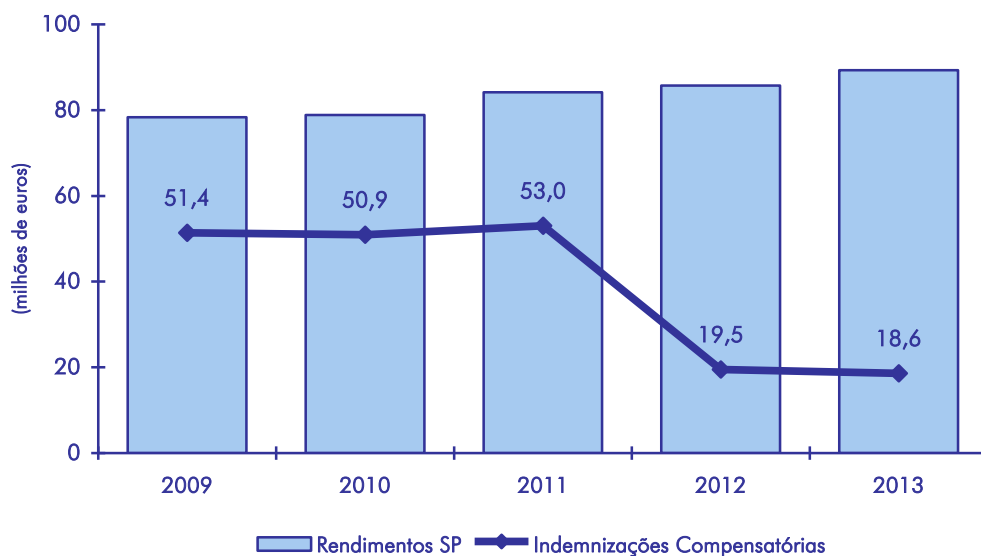
A CARRIS apresentou, em 2013, um EBITDA positivo de 26.553 milhares de euros (corrigido, como habitualmente, da variação de provisões) e um Resultado Líquido antes de impostos de -7.595 milhares de euros contra os -64.728 milhares de euros, do ano de 2012. Este resultado ficou a dever-se, em grande parte, ao comportamento de variáveis que importa realçar:

- Uma exploração mais eficiente, que permitiu que os resultados respetivos aumentassem em 2%;
- Redução da responsabilidade com pensões em 25 milhões de euros fruto de:
  - ▶ Uma política de incentivo à remissão dos complementos já atribuídos;
  - ▶ Redução do número de beneficiários potenciais, por efeito de uma política de rescisões por mútuo acordo com efetivo não tripulante;
  - ▶ Suspensão do pagamento de complementos de reforma em 2014 por aplicação da Lei do Orçamento de Estado para 2014.
- Aplicação do justo valor no registo das operações de cobertura de risco financeiro, swaps de taxa de juro, que registaram em 2013 uma valorização de 36,9 milhões de euros, contabilizada em rendimentos financeiros.
- Registo de 6,7 milhões de euros em provisões para cobertura de custos relativos a swaps de taxa de juro que se encontram suspensos a aguardar decisão de tribunal.

### 6.1.2. Evolução de Rendimentos e Gastos de Exploração

O esforço financeiro do Estado, sem que sejam consideradas as compensações por perda na receita com a atribuição dos passes 4\_18, sub23 e Social +, apresenta nos dois últimos anos uma redução considerável face à evolução que se vinha verificando desde 2009.

#### EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS E IC



Assim, apesar do esforço de contenção de gastos já referido e de atualizações do tarifário, a Indemnização Compensatória atribuída em 2013 voltou a não ser suficiente para proporcionar resultados antes de impostos positivos, tal como em 2012.

## 6.2. RESULTADOS POR EXPLORAÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO

O grau de cobertura aumentou mas não regista variações muito significativas em ambos os modos.

### RESULTADOS POR EXPLORAÇÃO ANTES DE SUBSIDIOS

(milhares de euros)	Modo Autocarro			Modo Elétrico		
	2013	2012	VAR (%)	2013	2012	VAR (%)
Rendimentos SP <sup>(1)</sup>	74.574	71.683	4,0	12.350	11.162	10,6
Gastos Operacionais <sup>(2)</sup>	87.654	86.058	1,9	10.597	9.729	8,9
<b>Resultado de Exploração SP</b>	<b>-13.079</b>	<b>-14.376</b>	<b>-9,0</b>	<b>1.753</b>	<b>1.432</b>	<b>22,4</b>
<b>Grau de Cobertura (%) <sup>(1)/(2)</sup></b>	<b>85,1</b>	<b>83,3</b>	<b>2,1</b>	<b>116,5</b>	<b>114,7</b>	<b>1,6</b>

De referir o acréscimo nos rendimentos do modo elétrico que, pelo facto de ter um maior peso da componente pré-comprados na sua estrutura de receitas, cerca de 47%, beneficiou em maior grau com o acréscimo de preços resultante da substituição dos títulos monomodais pelos bilhetes multimodais de Viagem CARRIS /METRO e Zapping.

No que se refere aos gastos operacionais, também foi no modo elétrico que se registou o maior acréscimo (8,9%). As restrições financeiras levaram a que as grandes reparações nos elétricos tenham vindo, em anos anteriores, a ser sucessivamente proteladas, com reflexos negativos ao nível da taxa de imobilização e dos custos correntes de manutenção. Para esse agravamento contribuiu também a reposição dos subsídios (de férias e de natal) suspensos no ano de 2012.

No tocante ao modo autocarro, este aumento foi parcialmente absorvido pelo decréscimo dos gastos com combustível - efeito conjugado da racionalização da oferta (-5,4%) e da diminuição do preço (-4,7%).

### 6.3. RENDIMENTOS TOTAIS POR NATUREZA

O ano de 2013 apresenta rendimentos totais superiores em 25,6% relativamente ao período homólogo.

#### RENDIMENTOS TOTAIS POR NATUREZA

(milhares de euros)	2013	2012	VAR (%)
Passes <sup>(1)</sup>	57.200	55.903	2,3
Pré-comprados	20.826	17.605	18,3
Tarifas de Bordo	11.322	12.244	-7,5
<b>Rendimentos SP</b>	<b>89.348</b>	<b>85.752</b>	<b>4,2</b>
Indemnização Compensatória	18.568	19.511	-4,8
Trabalhos p/ Própria Empresa	167	164	2,4
Outros Rendimentos	6.972	7.528	-7,4
Juros e Rendimentos Similares	36.945	8.021	-
<b>Rendimentos Totais</b>	<b>152.000</b>	<b>120.976</b>	<b>25,6</b>

(1) Inclui a compensação pelos subsídios 4\_18, sub23 e Social+ (2,4M€ em 2013 e 2,9M€ em 2012).

O rendimento relativo aos títulos de transporte aumentou 4,2%, apesar da queda de passageiros que se fez sentir com maior intensidade nos três primeiros trimestres do ano. No último trimestre assistiu-se a uma ligeira recuperação da procura que perspectiva, para 2014, uma inversão na tendência de queda que se fez sentir no último triénio.

O ajustamento tarifário médio foi de 1,07%, sendo de 0,9% em passes e de 13,6% em pré-comprados. Logo no início do ano, foi descontinuado o bilhete único CARRIS e foi criado o bilhete de viagem CARRIS/METRO e intensificou-se a utilização do título multimodal Zapping.

A indemnização compensatória, líquida de IVA, registou uma redução de 4,8%.

Quanto aos rendimentos financeiros, a evolução verificada ficou a dever-se ao registo em juros e rendimentos similares do justo valor (MtM) dos swaps a 31 de dezembro de 2013.

#### 6.4. GASTOS TOTAIS POR NATUREZA

Os gastos totais por natureza em que a empresa incorreu nos anos de 2013 e 2012 estão evidenciados no quadro seguinte:

#### GASTOS TOTAIS POR NATUREZA

(milhares de euros)	2013	2012	VAR (%)
<b>Gastos de Funcionamento</b>	87.755	96.282	-8,9
Gastos com Pessoal	47.727	54.932	-13,1
Consumos	19.124	20.519	-6,8
Fornecimentos e Serviços Externos	19.871	19.880	0,0
Gastos Diversos	1.033	952	8,5
<b>Depreciações, Imparidades e Provisões</b>	<b>26.266</b>	<b>19.227</b>	<b>36,6</b>
<b>Juros e Gastos Similares</b>	<b>45.574</b>	<b>70.195</b>	<b>-35,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>159.595</b>	<b>185.704</b>	<b>-14,1</b>

O acréscimo que se verificou nos gastos com pessoal, fruto da reposição dos subsídios e do aumento de 41% dos gastos com trabalho suplementar de pessoal tripulante a que foi necessário recorrer para cumprimento do serviço foi integralmente absorvido pela atualização das responsabilidades futuras com complementos de pensão e de reforma.

Os consumos, refletem a redução dos gastos com combustível resultante do efeito conjugado da racionalização da oferta e da diminuição do preço, tal como referido em 6.2.

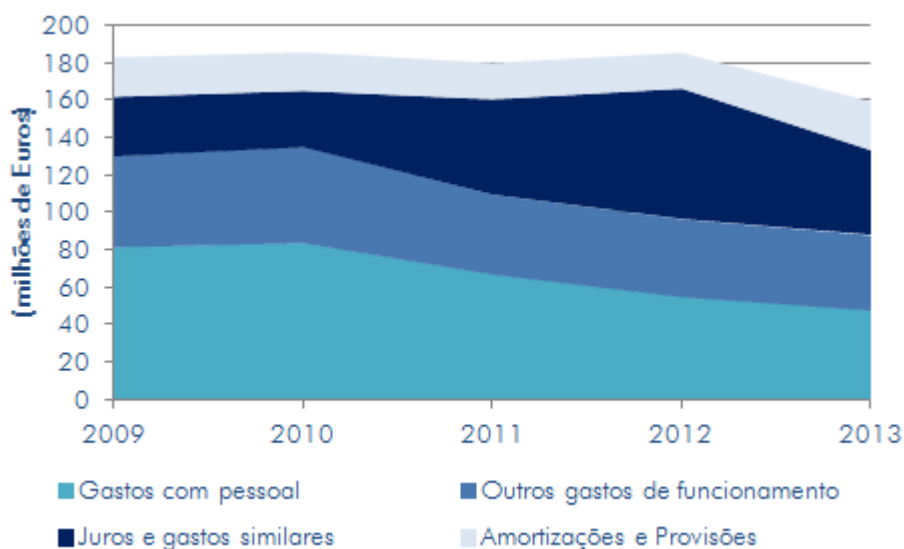
Foram registadas em provisões 6.357 milhares de euros para fazer face ao eventual pagamento de amortizações dos contratos swap que se encontram suspensos até decisão do tribunal.

A redução de 35,1%, que se observa no quadro anterior, relativamente aos juros e gastos similares é justificada pelo registo marked-to-market dos swaps que, em 2012 implicaram uma perda potencial de 24,5 milhões de euros, contrastando com o impacto positivo em 2013 de 36,9 milhões de euros, estes registados em proveitos financeiros.



O gráfico seguinte mostra a evolução registada pelas grandes rubricas de gastos no período 2009 a 2013.

### EVOLUÇÃO DOS GASTOS TOTAIS



O exposto permite, também, evidenciar que a CARRIS não se limitou a cumprir, mas superou o objetivo de redução de 15% dos gastos operacionais estabelecido para o período 2013/2010 pelas Tutelas, atingindo a redução global de 35,3%.

### PLANO DE REDUÇÃO DOS GASTOS

(milhares de euros)	2013	2010	VAR (%)
Consumos	19.124	21.034	-9,1
Fornecimentos e Serviços Externos	19.871	29.406	-32,4
Gastos com Pessoal	47.727	83.555	-42,9
<b>TOTAL</b>	<b>86.722</b>	<b>133.995</b>	<b>-35,3</b>

### 6.5. PRODUTIVIDADE

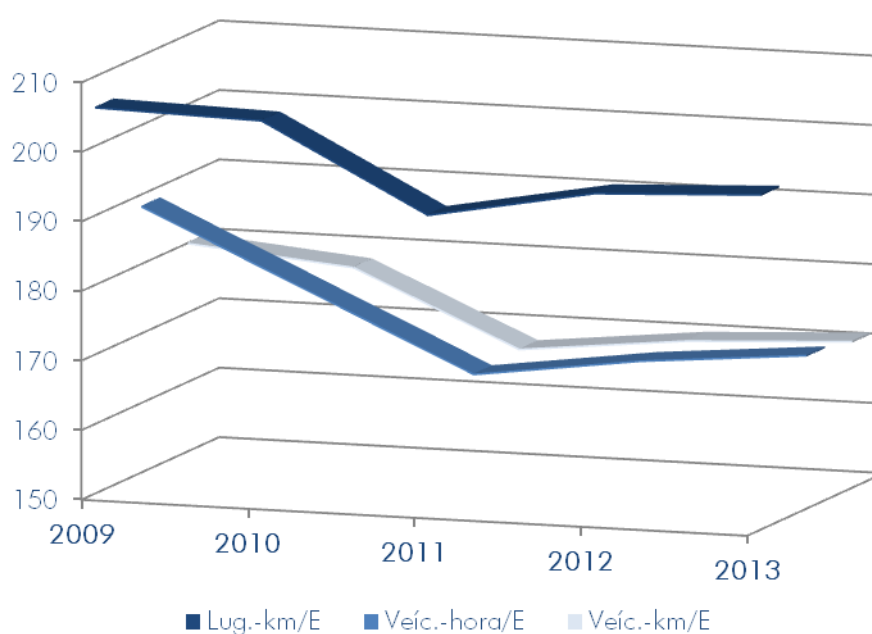
Em 2013 a CARRIS manteve o esforço de redução de efetivo, embora os constrangimentos de ordem financeira tenham impedido a concretização, até ao final do ano, do objetivo de redução de 20% sobre o efetivo em 1 de janeiro de 2011, acabando, no entanto, o mesmo por ser atingido em fevereiro de 2014.

As 141 saídas permitiram um ligeiro aumento nos indicadores de produtividade face ao período homólogo.

## INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

	2013	2012	VAR (%)
Lugares-km 10 <sup>3</sup> / Efetivo Médio	1.264	1.257	0,6
Veículos-hora / Efetivo Médio	994	981	1,4
Veículos-km / Efetivo Médio	13.991	13.870	0,9

Base: 1990 = 100



## 7. GOVERNO SOCIETÁRIO

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em vigor desde dezembro de 2013, as empresas públicas estão obrigada a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

A CARRIS, em cumprimento do disposto no artigo 54º. do referido diploma, elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2013.

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a CARRIS disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa e na intranet, bem como no sítio eletrónico do setor empresarial do estado- [www.dgtf.pt](http://www.dgtf.pt) -, mantendo-a, periodicamente, atualizada.

**Grelha referente às Práticas de Boa Governação Societária adotadas pela empresa em 2013 e descritas no Relatório de Boas Práticas de Governo Societário**

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
I	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		5-7	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida.	X		X		7-9	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		9-10	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		10-13	
II	<b>Estrutura de Capital</b>						
1.	Estrutura de capital.	X		X		14	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		14	Não existem
3.	Acordos parassociais.	X		X		14	Não existem

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
<b>III</b>	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		14	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		14	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X		X		14	
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		14	Não aplicável
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		14	Não aplicável
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X		X		15	
<b>IV</b>	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>						
<b>A.</b>	<b>Mesa da Assembleia Geral</b>						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		15	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		15	Não existem
<b>B.</b>	<b>Administração e Supervisão</b>						
1.	Modelo de governo adotado.	X		X		15	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		15	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		16	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		16	Não aplicável
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		17-21	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X		X		21	Não aplicável
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		21	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		24,25	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X		X		27	Não aplicável
<b>C.</b>	<b>Fiscalização</b>						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		27	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização.	X		X		27	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		28-30	
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		30	
<b>D.</b>	<b>Revisor Oficial de Contas</b>						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		30	
2.	Indicação das limitações, legais.	X		X		31	Não existem
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		30,31	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X		X		31	Não existem
<b>E.</b>	<b>Auditor Externo</b>						
1.	Identificação.	X		X		32	
2.	Política e periodicidade da rotação.	X		X		32	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X		X		32	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X		X		32	
<b>V.</b>	<b>Organização Interna</b>						
<b>A.</b>	<b>Estatutos e Comunicações</b>						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis.	X		X		32	
2.	Comunicação de irregularidades.	x		x		32	Não aplicável
3.	Indicação das políticas antifraude.	x		x		32,33	
<b>B.</b>	<b>Controlo interno e gestão de riscos</b>						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		33	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		33,34	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		x		34-36	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		36	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		36	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		37	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		37	
8.	Elementos do SCl e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		37	
<b>C.</b>	<b>Regulamentos e Códigos</b>						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		37, 38	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		38, 39	
<b>D.</b>	<b>Sítio de Internet</b>						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		39	
<b>VI</b>	<b>Remunerações</b>						
<b>A.</b>	<b>Competência para a Determinação</b>						
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		39	
<b>B.</b>	<b>Comissão de Fixação de Remunerações</b>						
	Composição.					39	Não aplicável
<b>C.</b>	<b>Estrutura das Remunerações</b>						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		39-42	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		39-42	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.		X		X		Não aplicável
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.		X		X		Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.		X		X		Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões.		X		X		Não aplicável
<b>D.</b>	<b>Divulgação das Remunerações</b>						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		16,39-42	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.		X		X		Não existem
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.		X		X		Não existem

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.		X		X		Não existem
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		27	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		15	
<b>VII</b>	<b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		32 – 38 e 42	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		42-44	
<b>VIII</b>	<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		9-10 44-45 55-57	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		44-45	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Responsabilidade económica.	X		X		46-56	
<b>IX</b>	<b>Avaliação do Governo Societário</b>						
1.	Cumprimento das Recomendações.	X				56, 57	
2.	Outras informações.	X				61-73	

## 8. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A CARRIS manteve, em 2013, a sua participação, de forma ativa, em grupos de trabalho e fóruns internacionais, promovendo a partilha de práticas essenciais para o incremento do seu negócio, bem como a importação de medidas e práticas que potenciam a sua responsabilidade empresarial, interna e externa, nomeadamente, através das seguintes organizações:

- CEEP - “European Centre of Employers and Enterprises providing Public Services”, intervenção prioritariamente focada no Comité “Local Enterprises”;
- UITP - “Union Internationale du Transport Public”. A CARRIS integra e participa em diversas Comissões, no âmbito desta entidade, destacando-se:
  - Bus Commission;
  - EBSF (European Bus System of the Future);
  - Commission on Business & Human Resources Management
  - Information, Technology & Innovation Commission;
  - Light Rail Commission;
  - Marketing and Product Development Commission;
  - Transport Economics Commission;
  - Seamless Mobility Platform - Car Sharing” – representada pela CARRISTUR, empresa participada da CARRIS;
  - Security Commission;
  - Sustainable Development Commission
- O IBBG - International Bus Benchmarking Group, criado em 2004, tem a participação de 13 empresas de autocarros, de diferentes partes do mundo, sendo a coordenação do Centro de Investigação do Imperial College de Londres.

Este Grupo, tem como objetivo a partilha de experiências, a comparação do desempenho e a identificação das melhores práticas. Tem desenvolvido a sua atividade centrado em três temas: transportes públicos urbanos, “benchmarking” e medições de desempenho, transporte urbano – estratégia e políticas.
- A CARRIS participa, ainda, no MMG – “Major Metropolises Group” que tem como missão, para além do “lobbying” junto das entidades comunitárias, acompanhar a implementação do processo legislativo da união europeia no domínio da mobilidade, promovendo, ainda, a organização de cimeiras anuais dos CEO’s das empresas aderentes ao Grupo para debate sobre a evolução do transporte público em cada uma das cidades representadas.



- A CARRIS tem, também, participado na EPWN (European Professional Women's Network), rede internacional que potencia o desenvolvimento profissional das mulheres, permitindo estabelecer parâmetros de equidade no acesso aos postos de trabalho, bem como na progressão das respetivas carreiras.

## 9. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

À administração conjunta da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, foi cometida, nos termos do estipulado no decreto lei n.º 98/2012, de 3 de maio, prioritariamente, a missão de concretização dos objetivos definidos no PET - Plano Estratégico de Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa, ou seja e em traços gerais, desenvolver e concretizar o processo de integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA, bem como estudar e preparar o modelo de abertura à exploração, por entidades privadas, dos serviços de transporte prestados por estas empresas.

Neste sentido, a nova administração conjunta tem vindo, desde o início das suas funções, a promover, numa lógica de gestão integrada CARRIS/METROPOLITANO DE LISBOA, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, nos seus diferentes modos (elétrico, autocarro e metropolitano), de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade.

A este propósito, importa acrescentar que as leis do Orçamento do Estado para 2012 e 2013 determinaram para o Setor Empresarial do Estado várias medidas, visando a redução de custos e o aumento da respetiva eficiência económica, as quais têm vindo a ser naturalmente cumpridas, pela empresa.

Neste capítulo descrevem-se os objetivos específicos de gestão, de forma quantificada, a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial da CARRIS, definidos em cada ano e para o triénio 2012-2014, em especial os económicos e os financeiros, bem como as respetivas metas a atingir pela empresa no referido período, nos termos previstos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

## OBJETIVOS DO CONTRATO DE GESTÃO: 2012-2014

OBJETIVOS	2011	Peso (%)	2012	2013	2014
			Valor Objetivo	Valor Objetivo	Valor Objetivo
Volume de Negócios (m€)	90.200	9,0	86.250	86.650	87.649
Margem do EBITDA	-21,17	10,0	-23,90	-18,43	-15,01
Gastos Operacionais (Sem indemn. por rescisão) (m€)	128.855	10,0	125.752	123.375	116.934
Gastos Operacionais por Passageiro (€)	0,55	10,0	0,73	0,72	0,68
Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Proveitos	70,00	10,0	68,59	70,23	74,96
Peso dos títulos intermodais (%)	72,11	12,0	72,00	83,00	84,00
Emissão de poluentes (g/Lk oferecidos)	14,83	12,0	15,70	15,60	15,50
Índice de Qualidade da Oferta	100,00	18,0	100,00	100,00	100,00
PMP (dias)	48,04	3,0	41,00	39,00	39,00
Grau de cumprimento do Plano de investimentos (%)	49,26	3,0	86,00	87,00	88,00
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA) (%)	-6,75	3,0	-6,10	-7,73	-8,89
<b>CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS</b>		<b>100,0</b>			

## INDICADORES DE QUALIDADE DA OFERTA: EVOLUÇÃO 2012-2014

INDICADORES	2011	Ponderador (%)	2012	2013	2014
			Valor Objetivo	Valor Objetivo	Valor Objetivo
Reclamações/ 10 <sup>6</sup> PK	4,10	15	5,30	5,00	4,90
Taxa de cumprimento de serviço (veíxkm) (%)	98,94	30	98,60	98,80	98,80
Taxa de cumprimento de serviço (HPM) (%)	99,99	15	99,30	99,30	99,30
Acidentes/ 10 <sup>6</sup> LK	0,39	5	0,48	0,48	0,48
Avarias/ 10 <sup>6</sup> LK	2,89	15	3,10	3,00	3,00
Idade média das viaturas (anos)	7,31	5	7,62	8,62	9,62
Veículos com AC/frota	1,00	5	1,00	1,00	1,00
Veículos com piso rebaixado/frota	0,90	5	0,88	0,88	0,88
Veículos com rampa/frota	0,50	5	0,55	0,55	0,55
<b>ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO)</b>		<b>100</b>			

A seguir identificam-se os seguintes pressupostos que estiveram na base da definição dos objetivos e dos indicadores a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial da CARRIS no triénio 2012-2014.

### OBJETIVOS DE GESTÃO 2013

Veículos x KM SP	33.907.915
Veículos x Hora SP	2.398.445
Passageiros SP	171.285.762
Redução de pessoal	170
Indemnizações por rescisões contrato de trabalho	7.000.000
Indeminização compensatória (€) iva incluído	20.682.000
Acréscimo de tarifário	0%
Acréscimo Salarial	0%
Inflação	0,90%
Preço/ L gasóleo (€)	1,1
Preço/Nm3 gás (€)	0,439
Investimento previsto	6.517.492
Adoção do Inquérito de 2007 para repartição receitas	SIM

### GLOSSÁRIO INDICADORES DE GESTÃO 2013

**Volume de Negócios:** soma dos proveitos com “Serviço Público”, alugueres e Outros Proveitos Operacionais – não levando em consideração as restantes rubricas de proveitos operacionais, nomeadamente Trabalhos para a Própria Empresa e subsídios à exploração/indemnizações compensatórias (IC’s);

**Margem do EBITDA:** EBITDA/Volume de Negócios, sendo o EBITA = Resultados Operacionais antes de IC’s + Amortizações + provisões (+ ajustamentos caso haja);

**Gastos Operacionais:** Valor global dos gastos operacionais, com exclusão dos gastos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões;

**Gastos Operacionais por passageiro:** divisão dos gastos operacionais totais, com exclusão dos gastos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões, pelos passageiros transportados;

**Taxa de cobertura dos gastos operacionais pelos Proveitos de Negócio:** divisão dos proveitos do negócio (tal como supra indicado incluem proveitos de Serviço Público, de Alugueres e Outros Proveitos Operacionais) pelos gastos operacionais totais, com exclusão dos gastos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalhos e remissões de pensões;

**Peso dos títulos intermodais:** inclui títulos intermodais e passes combinados;

**Emissão de poluentes:**-Medida da eficiência ambiental da oferta através da contabilização de emissão de poluentes (CO<sub>2</sub>, CO, HC, NO<sub>x</sub> e PT) por cada Lugar x Km disponibilizado pela CARRIS.

**Índice de Qualidade da Oferta (IQO):** tem em consideração fatores como: reclamações de clientes, taxa de cumprimento dos serviços programados, taxa de cumprimento dos serviços programados em hora de ponta, taxa de acidentes, taxa de avarias e diversos fatores de conforto (idade média da frota, peso de viaturas com ar condicionado, com piso rebaixado e com rampa);

**PMP** de acordo com a RCM n.º 34/2008 e Despacho n.º 9870/2009;

**Grau de cumprimento do Plano de Investimentos:** valor do investimento realizado/ valor do investimento orçamentado;

**Eficiência:** gastos operacionais/EBITDA (os gastos operacionais não incluem os custos com indemnizações por rescisões de contratos de trabalho e remissões de pensões).

## OBJETIVOS E DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO

A CARRIS assumiu um conjunto de objetivos, os quais foram ultrapassados (122,16%), conforme é bem evidenciado no quadro a seguir apresentado.

### Cumprimento dos objetivos de gestão em 2013

OBJETIVOS	Peso (%)	Dezembro 2013						2013	
		Valor 2011	Valor Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio % Índices	Objetivo	Índice
Volume de Negócios (m€)	9,0	90.200	86.650	9,0	94.655	9,8	9,24	86.650	9,0
Margem do EBITDA	10,0	-21,17	-18,43	10,0	7,08	26,0	160,43	-18,43	10,0
Gastos Operacionais (Sem indemn. por rescisão) (m€)	10,0	128.855	123.375	10,0	113.645	10,9	8,56	123.375	10,0
Gastos Operacionais por Passageiro (€)	10,0	0,55	0,72	10,0	0,65	11,1	10,59	0,72	10,0
Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Proveitos	10,0	70,00	70,23	10,0	83,29	11,9	18,59	70,23	10,0
Peso dos títulos intermodais (%)	12,0	72,11	83,00	12,0	84,28	12,2	1,54	83,00	12,0
Emissão de poluentes (g/Lk oferecidos)	12,0	14,83	15,60	12,0	14,77	12,7	5,62	15,60	12,0
Índice de Qualidade da Oferta	18,0	100,00	100,00	18,0	98,53	17,7	-1,47	100,00	18,0
PMP (dias)	3,0	48,04	39,00	3,0	59,38	2,0	-34,32	39,00	3,0
Grau de cumprimento do Plano de investimentos (%)	3,0	49,26	87,00	3,0	39,43	1,4	-54,68	87,00	3,0
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA) (%)	3,0	-6,75	-7,73	3,0	16,97	6,6	119,60	-7,73	3,0
<b>CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS</b>	<b>100</b>			<b>100,00</b>		<b>122,16</b>			<b>100,00</b>

## Detalhe do indicador de qualidade da oferta

INDICADORES	Ponderador (%)	Dezembro 2013						2013	
		Valor 2011	Valor Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio % Índices	Objetivo	Índice
Reclamações/ 10 <sup>6</sup> PK	15	4,10	5,00	15	5,26	14,26	-4,94	5,00	15
Taxa de cumprimento de serviço (vefckm) (%)	30	98,94	98,80	30	98,70	29,97	-0,10	98,80	30
Taxa de cumprimento de serviço (HPM) (%)	15	99,99	99,30	15	99,95	15,10	0,65	99,30	15
Acidentes/ 10 <sup>6</sup> LK	5	0,39	0,48	5	0,40	6,00	20,00	0,48	5
Ávarias/ 10 <sup>6</sup> LK	15	2,89	3,00	15	3,39	13,27	-11,50	3,00	15
Idade média das viaturas (anos)	5	7,31	8,62	5	8,62	5,00	0,00	8,62	5
Veículos com AC/frota	5	1,00	1,00	5	1,00	5,00	0,00	1,00	5
Veículos com piso rebaixado/frota	5	0,90	0,88290	5	0,87975	4,98	-0,36	0,88	5
Veículos com rampa/frota	5	0,50	0,55380	5	0,54747	4,94	-1,14	0,55	5
<b>ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO)</b>	<b>100</b>			<b>100,00</b>		<b>98,53</b>			<b>100,00</b>

Relativamente às orientações e objetivos estratégicos, definidos para o ano de 2013 verificou-se, nomeadamente a:

- Continuação da melhoria significativa do Resultado Operacional, que atingiu um valor positivo;
- Contribuição positiva para a melhoria das condições necessárias para a prática da intermodalidade;
- Introdução de ajustamentos na oferta, reforçando a articulação com o METROPOLITANO DE LISBOA e eliminando redundâncias;
- Introdução de ações de inovação que contribuiriam para uma melhor sustentabilidade ambiental, designadamente reduzindo o consumo específico de combustível;
- Consolidação da componente social do Transporte Público;
- Consolidação de um clima de paz social na CARRIS e nas empresas suas participadas.

Da gestão do risco financeiro, nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2013, no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril;

### Gestão do Risco Financeiro

Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros (€) (*)	15.618.904,87	12.809.575,59	20.842.634,19	24.628.256,79	28.680.838,77
Taxa Média de Financiamentos (%)	2,97	2,56	2,76	3,12	3,37

(\*) Encargos financeiros correspondentes ao Passivo Remunerado.

Passivo Remunerado (€)	2013	2012	Var. absol.	Var. (%)
Passivo não corrente	438.768.253,06	354.069.254,29	-84.698.998,77	-19,30
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	
Passivo Corrente	295.816.396,67	422.651.716,23	126.835.319,56	42,88
Financiamentos obtidos	42.121.259,75	42.136.320,79	15.061,04	0,04
<b>Total Passivo Remunerado</b>	<b>734.584.649,73</b>	<b>776.720.970,52</b>	<b>42.136.320,79</b>	<b>5,74</b>

### Prazo Médio de Pagamentos e Dívidas Vencidas

Em 2013, o prazo médio de pagamentos calculado, calculado em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, sofreu um agravamento, desviando-se do objetivo.

PMP	2013				2012				Var (%) 4.º T
	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	
Prazo (*)	50,4	55,0	56,8	55,2	48,1	47,3	46,5	46,7	18,2%

(\*) O prazo subiu atendendo às dificuldades de financiamento no 1º semestre.

Para além de conjuntura adversa no mercado financeiro com as inerentes dificuldades de financiamento da Empresa, a fórmula de cálculo do PMP, ao corresponder à média móvel dos últimos quatro trimestres contribui para que este indicador esteja fortemente influenciado pelos constrangimentos verificados, em termos de tesouraria, ao longo do primeiro semestre do ano de 2013, não permitindo evidenciar o esforço de recuperação registado nos últimos trimestres com a redução do volume de dívidas a fornecedores. Continua, no entanto, a ser um bom índice entre as empresas de transporte.

Contudo, se o PMP fosse determinado para 31 de Dezembro, como a generalidade das empresas o calcula (Saldo de fornecedores, excluindo locações financeiras / (Compras + FSE) \* 365) verificaríamos o esforço de recuperação realizado ainda durante 2013 pois obteríamos o valor de 47,1 dias em vez dos 55,2.

Dívidas Vencidas	Dívidas vencidas de acordo com Art. 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-140 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. De Bens e Serviços	1.568.012,73	611,14	35.516,04	16.103,00	33.755,26
Aq. de Capital	272.995,94	0,00	0,00	0,00	2.668,80
<b>TOTAL</b>	<b>1.841.008,67</b>	<b>611,14</b>	<b>35.516,04</b>	<b>16.103,00</b>	<b>36.424,06</b>

Nota: As verbas superiores a 90 dias referem-se a entidades que apresentam para com a CARRIS dívidas em valor superior.



## REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) <sup>1</sup>	Remuneração Anual (€)		
				Bruta <sup>(2)</sup>	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2012/2014	Presidente	Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	650,00	650,00	65,00	585,00
2012/2014	Vice-Presidente	Dra. Luisa Maria Rosário Roque	525,00	525,00	52,50	472,50
2012/2014	Secretário	Dr. Pedro Miguel Cerqueira Abreu	400,00	400,00	14,00	386,00

Legenda: (1) – Valor da Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2012/2014	Presidente	Dr. José Manuel da Silva Rodrigues (a)	DUE	23-08-2012
2012/2014	Vogal (1)	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	DUE	23-08-2012
2012/2014	Vogal (2)	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	DUE	23-08-2012
2012/2014	Vogal (3)	Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	DUE	23-08-2012

(a) - Demitido por resolução do conselho de ministros n.º 40/2013 publicada no DR n.º 115 de 18 de junho 2013

Nome	EGP				OPRLO	
	Fixado [S/N]	Classificação [S/N]	Vencimento (valor mensal)	Despesas Representação (valor mensal)	Identificar Entidade [identifica/n.a]	Pagadora [O/D]
Dr. José Manuel da Silva Rodrigues (a)	S	A	2.861,38	1.144,55	n.a.	D
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	A	2.289,10	915,64	n.a.	D
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	A	2.289,10	915,64	n.a.	D
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	A	2.289,10	915,64	n.a.	D

Nota: EGP – Estatuto do Gestor público; OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

(a) - Demitido por resolução do conselho de ministros n.º 40/2013 publicada no DR n.º 115 de 18 de junho 2013

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa (*)	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução (Lei OE)	Redução anos anteriores	Bruta após reduções
Dr. José Manuel da Silva Rodrigues (a)		34.325,27		1.716,22	3.260,88		29.348,17
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas		43.035,10		2.151,69	4.088,30		36.795,11
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso		43.035,10		2.151,69	4.088,30		36.795,11
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo		43.035,10		2.151,69	4.088,30		36.795,11

\* Inclui a remuneração + despesas de representação

(a) - Demitido por resolução do conselho de ministros n.º 40/2013 publicada no DR n.º 115 de 18 de junho 2013

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais (€)						
		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes Pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
Dr. José Manuel da Silva Rodrigues (a)	567,61	SS	5.584,21	-	-	126,25		
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	1.087,54	SS	8.098,30	-	-	266,33		
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	1.125,70	CGA	5.370,49	-	-	266,33		
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	1.101,85	SS	8.098,30	-	-	266,33		

(a) - Demitido por resolução do conselho de ministros n.º 40/2013 publicada no DR n.º 115 de 18 de junho 2013

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido(1)	Valor Anual	Observações
Dr. José Manuel da Silva Rodrigues (a)	40,00	178,88	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	40,00	213,38	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	40,00	191,16	
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	40,00	216,82	

(1) – Na Empresa

(a) - Demitido por resolução do conselho de ministros n.º 40/2013 publicada no DR n.º 115 de 18 de junho 2013

### Encargos com Viaturas

	Viatura atribuída [S/N]	Celebração de contrato [S/N]	Valor de referência da viatura [S/N]	Modalidade	Ano Início	Ano termo	N.º Prestações	Valor da Renda Mensal [€]	Valor Anual [€]
Dr. José Manuel da Silva Rodrigues (a)	S	20-01-2010	42.750,00	ALD	2010	2014	48	427,50	2.565,00
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	-	26.317,93	ALD	2011	2014	36	833,53	(b) 10.002,37
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	05-03-2010	45.305,00	ALD	2010	2014	48	348,76	4.185,12
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	05-08-2010	42.822,00	ALD	2010	2014	48	395,81	4.749,66

(a) - Demitido por resolução do conselho de ministros n.º 40/2013 publicada no DR n.º 115 de 18 de junho 2013

(b) - Valores faturados pelo METRO. Contrato realizado pelo METRO e faturado por esta empresa (50%)

Nome	Plafond Mensal definido	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Dr. José Manuel da Silva Rodrigues (a)	286,14	518,07	95,81	988,06	251,04	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	228,91	1.588,13	688,74	971,13	326,54	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	228,91	1.651,14	210,80	1.208,06	543,84	
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	228,91	1.205,52	435,95	1.227,08	566,42	

(a) - Demitido por resolução do conselho de ministros n.º 40/2013 publicada no DR n.º 115 de 18 de junho 2013

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens Σ [€]
	Deslocações em Serviço [€]	Custo com alojamento [€]	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor [€]	
Dr. José Manuel da Silva Rodrigues (a)	2.305,37	1.987,21	464,29			4.756,87
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	1.486,34	-	260,65			1.746,99
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	385,20	-	118,94			504,14
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	385,21	-	156,40			541,61

(a) - Demitido por resolução do conselho de ministros n.º 40/2013 publicada no DR n.º 115 de 18 de junho 2013

## FISCALIZAÇÃO

### CONSELHO FISCAL

Mandato (início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) [€]
			Doc	Data	
2012/2014	Presidente	Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	DUE	23-08-2012	801,19
2012/2014	Vogal Efetivo	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DUE	23-08-2012	603,89
2012/2014	Vogal Efetivo	Dra. Maria Onilda Oliveira Sousa	DUE	23-08-2012	603,89
2012/2014	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DUE	23-08-2012	-

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	11.215,42	1.121,60	10.093,82
Dr. José Carlos Pereira Nunes	8.412,41	833,67	7.578,74
Dra. Maria Onilda Oliveira Sousa	8.412,41	821,79	7.590,62
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	-	-	-

## ROC

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração [€]		N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º	Doc	Data	Limite fixado	Contratada	
2008/2014	Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por Dr. José Duarte Assunção Dias	74	AG	29-07-2008	21.632,00	19.500,00	1
208/2014	Suplente	Dr. José Luís Areal da Cunha	585	AG	29-07-2008	-	-	1

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por Dr. José Duarte Assunção Dias	19.500,00	682,00	18.818,00
Dr. José Luís Areal da Cunha	-	-	-

## AUDITOR EXTERNO

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da contratação		Remuneração Anual [€]		
Nome	N.º inscrição na OROC	N. Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
Deloitte & Associados, SROC S.A.	43	231	24-01-2000	(a)	(b)	22.000,00	0,00

(a) - Vem sendo contratado por consulta direta desde 24-01-2000

(b) - Trabalho de Auditoria adjudicado por consulta direta anualmente realizada

Relativamente ao cumprimento das obrigações legais, no que respeita às renumerações dos **restantes trabalhadores**, o regime em vigor no exercício 2013 encontra-se detalhado no quadro das páginas 112,113 e 114.

No tocante à aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, bem como o reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal, a matéria encontra-se igualmente detalhada no quadro das páginas 112,113 e 114.

### Da contratação pública

No âmbito da Contratação Pública e durante o ano de 2013, a CARRIS lançou, através da plataforma de contratação pública VORTALnext e em cumprimento das disposições constantes no Código dos Contratos Públicos, vários procedimentos concursais (2 Concursos Públicos com Publicidade Internacional, e 3 Ajustes Diretos), conforme a seguir é indicado:

- CPI/2013/01/DFG - Contratação de Serviços de Seguros de Acidentes de Trabalho, de Responsabilidade Civil, Riscos Múltiplos, Roubo, Transporte de Mercadorias e Acidentes Pessoais.
- CPI/2013/02/DLT - Contratação de Serviços de Limpeza.
- AD/2013/01/DLT - Prestação de Serviços de Assistência Técnica Evolutiva ao SAEIP (Sistema de Ajuda e Exploração e Informação aos Passageiros).

- AD/2013/02/DFG - Contratação de Serviços de Seguros de Acidentes de Trabalho.
- AD/2013/03/DFG - Contratação de Serviços de Seguros de Responsabilidade Civil, Riscos Múltiplos, Roubo, Transporte de Mercadorias e Acidentes Pessoais.

Os setores especiais, no qual se inclui a CARRIS, estão sujeitos às regras da formação dos contratos previstas no Código da Contratação Pública (Parte II do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro) relativamente aos Contratos de Aquisição de Bens, Materiais ou Serviços que sejam de valor superior aos limiares comunitários.

Nos casos em que a CARRIS pretende celebrar contratos de valores inferiores aos limiares comunitários, foi criado e implementado o seguinte normativo interno:

- Norma Geral (NG) 0013 para as “Aquisições de Bens, Materiais ou Serviços e Abates”, 6.ª Edição de 24/05/2012, que veio revogar e substituir a NG 0013, 5.ª Edição, de 18/09/2008.

Relativamente ao processo de celebração de Contratos de Aquisições de Bens, Materiais ou Serviços, a referida norma interna (NG 0013) estabelece que a aquisição de Bens, Materiais ou Serviços será precedida de Consulta Direta sempre que o valor estimado para a sua realização seja inferior ao limiar comunitário.

O número de entidades a consultar será o seguinte, em função do valor estimado para a aquisição:

- Para aquisições de bens, materiais ou serviços de valor inferior a € 500,00, a entidade adquirente pode adjudicar livremente o fornecimento sem estar sujeita a um número mínimo de entidades a solicitar proposta;
- Para aquisições de bens, materiais ou serviços de valor igual ou superior a € 500,00, com limite de € 50.000,00, a entidade adquirente deverá convidar um mínimo de 2 (dois) fornecedores;
- Para aquisições de bens, materiais ou serviços de valor superior a € 50.000,00, com o limite do valor fixado no Decreto-Lei n.º 18/2008, a entidade adquirente deverá convidar um mínimo de 3 (três) fornecedores.

Caso esses valores sejam iguais ou superiores aos referidos limiares comunitários, então aplicar-se-ão as regras do Código dos Contratos Públicos e ser-lhe-ão aplicáveis as normas de direito público.



No exercício de 2013, não foram celebrados quaisquer atos ou contratos com valor superior a € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros).

**Medidas tomadas, no âmbito das orientações previstas na Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado, bem como a respetiva quantificação.**

A CARRIS possui uma “pool” de viaturas ligeiras (mercadorias e passageiros) constituída por 72 veículos. As viaturas afetas a serviços de apoio ao serviço público de transporte, apenas são substituídas, quando estritamente necessário, para substituição de veículos em fim de vida e sempre por contrapartida do abate de outros veículos, conforme orientações em vigor e nos termos definidos no OE 2014.

A redução de gastos associados à frota automóvel tem sido, também, alcançada, através da revisão das categorias dos veículos em utilização, maximizando o seu uso comum por colaboradores das respetivas áreas.

A CARRIS vai prosseguir, em 2014, este esforço de redução dos gastos, conforme previsto no OE 2014, pelas razões atrás referidas, continuando, também, a reduzir os custos relacionados com a manutenção, combustíveis, seguros e, por último, com a fixação de limites com gastos relacionados com utilização das viaturas, já em vigor há vários anos.

A CARRIS aderiu, em 2011, como entidade compradora voluntária à ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas, EPE), cujas funções foram absorvidas pela ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP), nunca tendo realizado qualquer aquisição ao abrigo de Acordos Quadro, conforme já referido, no capítulo 9 referente à Contratação Pública.

## Medidas de redução de gastos operacionais

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010		Cumprimento
						Absoluta	%	Identificar (S/N)
CMVMC (m€)	19.489	21.034	21.251	20.519	19.124	-1.910	-9,1%	
FSE (m €)	28.573	29.406	20.571	19.880	19.871	-9.535	-32,4%	
Deslocações/Estadias	127	57	70	63	69	12	21,1%	N a)
Ajudas de custo	-	-	-	-	-	-	-	
Comunicações	838	772	633	627	613	-159	-20,6%	N b)
Gastos com pessoal (m€)	81.330	83.555	66.893	54.931	47.727	-35.828	-42,9%	
<b>TOTAL</b>	<b>129.392</b>	<b>133.995</b>	<b>108.715</b>	<b>95.330</b>	<b>86.722</b>	<b>-47.273</b>	<b>-35,3%</b>	
Volume de Negócios (m€) (c)	80.276	78.309	81.536	85.002	88.924	10.615	13,6%	
Peso dos Gastos no VN (%)	161,2%	171,1%	133,3%	112,2%	97,5%			

a) - Desde 2010, as deslocações/estadas foram restringidas à participação em reuniões periódicas dos grupos de trabalho internacionais a que a Carris pertence.

b) - A rubrica comunicações inclui o sistema de radiocomunicação da frota e de informação ao público, que representa mais de 60% do valor total das comunicações, o que condiciona o cumprimento do objetivo.

(c) - Não inclui os Subsídios em que o Estado se substitui aos clientes no pagamento à empresa. (4\_18 / sub23 e social+)

### Redução do número de efetivos e cargos dirigentes

QUADRO DE PESSOAL	2010	2011	2012	2013
Número de RH sem órgãos sociais	2770	2727	2486	2347
Número de cargos dirigentes sem O.S.	28	25	23	21
Número de órgãos sociais (CA, CF e AG)	10	10	9	8
<b>GASTOS TOTAIS COM PESSOAL</b>	<b>83.555.229</b>	<b>66.892.717</b>	<b>54.931.784</b>	<b>47.727.244</b>
Gastos com órgãos sociais	517.094	458.475	279.847	194.162
Gastos com dirigentes	2.586.348	1.993.511	1.646.645	1.884.014
Gastos com RH sem O.S. e sem dirigentes	80.451.787	64.440.731	53.005.292	45.649.068
<b>RESCISÕES/INDEMNIZAÇÕES (€)</b>	<b>791.717</b>	<b>1.628.976</b>	<b>4.315.034</b>	<b>4.350.531</b>

Nota: o efetivo por grupos funcionais está apresentando em termos médios

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	Divulgação			comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da empresa				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Renumerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	X			
<b>Avaliação do cumprimento dos PBG</b>	X			
<b>Código de Ética</b>	X			
<b>Informação Financeira histórica e atual</b>	X			
<b>Esforço Financeiro do Estado</b>	X			

### Auditoria ao desempenho da CARRIS levada a cabo pelo Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas realizou uma auditoria temática, de natureza operacional à CARRIS, referente aos exercícios económicos de 2009, 2010 e 2011 e incluída nos Planos de Fiscalização deste Tribunal dos anos 2011 e 2012, com vista à apreciação do desempenho da empresa neste período, tendo elaborado o Relatório de Auditoria n.º 11/2013-2.º Seção, remetido à CARRIS através do Ofício TC ref.º ST/DAP-III-2013, de 03.07.2013.

Os objetivos gerais e específicos da auditoria foram os seguintes:

- Identificação e análise das Orientações e Objetivos de Gestão estabelecidos para a CARRIS para os anos 2009 a 2011;
- Análise das medidas de controlo e racionalização de custos tomadas pela empresa no período 2009 a 2011;
- Análise da situação patrimonial da empresa;
- Análise da estrutura de governo da sociedade.

O Tribunal de Contas, nas respetivas conclusões, efetuou uma avaliação positiva da gestão da CARRIS, no período acima identificado, evidenciando os resultados alcançados em diversos domínios.

Neste relatório o Tribunal de Contas formulou as seguintes recomendações ao Conselho de Administração da CARRIS:

- Garanta a diminuição mais acelerada do prazo médio de pagamentos;
- Que consolide as reduções de gastos com o pessoal efetuadas nos anos recentes, considerando o carácter temporário das medidas que permitiram essa redução;
- Em futuras revisões dos Acordos de Empresa pondere a alteração dos complementos remuneratórios pagos aos trabalhadores da empresa, focalizando-os naqueles que contribuam para um aumento da produtividade e na qualidade do desempenho;
- Nos termos já contemplados no Plano de Estabilidade e Crescimento, reveja os Acordos de Empresa, no sentido de fechar os planos de pensão, que não se configurem como sendo de contribuição definida, à admissão de novos beneficiários. Do mesmo modo o Tribunal de Contas recomenda que a empresa proceda à constituição de novos planos de pensões e de saúde para os novos colaboradores, que se configurem como de contribuição definida, com sujeição à regulação e supervisão do Instituto de Seguros de Portugal;
- Consolide as reduções de gastos efetuadas nos anos recentes respeitantes aos fornecimentos e serviços externos, atendendo à manutenção de um nível de qualidade adequado e da segurança dos passageiros e rodoviária.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO OFÍCIO N.º 832 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014 DA DIREÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação/identificação	Justificação/ Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão/ Planos de atividades e orçamento					
Objetivos previstos no Contrato de Gestão	X			122,16%	Pág.95
Gestão do Risco Financeiro	X			3,37%	Taxa média de financiamento. Consta pág. 76 (Cap. 5, ponto 5.4)
Limites de crescimento do endividamento		X		5,74%	De acordo com os limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2013 pelo PEC, aprovados pela Resolução da Assembleia da República n.º29/2010 de 12 de Abril e explicitados no Despacho n.º 155/2011-MEF, a Empresa ultrapassou o limite de 4% fixado pelo Governo. A dívida remunerada no final de 2013, no valor de 776.927 milhares de euros, situou-se 5,74% acima do valor registado em 2012 (734.895 milhares de euros). A continuação do acréscimo dos juros dos financiamentos e a nova redução da indemnização compensatória não permitiram o cumprimento do objetivo.
Evolução do PMP a fornecedores		X		+8,5 dias correspondentes a um acréscimo de 18,2% relativamente a 2012	A justificação consta na pág. 97
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			88654,54 €	A empresa reduziu os 'arrears' em cerca de 81% relativamente a 2012.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas (Assembleia-geral de 26.03.2013)					
Intensificação das diligências necessárias com vista ao cumprimento do :					
- Objetivo de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro; e		X			
- Limite de acréscimo do endividamento estabelecido no Plano de Estabilidade e Crescimento.		X			
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37 da lei 66-B/2012	X				Não foram pagos prémios de gestão
Órgãos sociais – redução remuneratória nos termos do art.º 27 da Lei 66-B/2012	X			18.434,34 €	
Órgãos Sociais – redução de 5% por aplicação artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010	X			8.171,29 €	
Auditor Externo – redução remuneratória nos termos art.º 75 da Lei 66-B/2012				0,00 €	
Restantes trabalhadores – redução remuneratória, nos termos do art.º 27 da Lei 66-B/2012	X			586.433,35 €	
Restantes trabalhadores – proibição de valorizações remuneratórias nos termos art.º 35º da lei 66 – B/2012	X				Apesar de se encontrar vedada a valorização remuneratória do seu efetivo, a Empresa continua a reconhecer o empenho do seu capital humano através da atribuição de prémios não pecuniários (desempenho +) ao efetivo tripulante que se destacou, em 2013, no exercício das suas funções (Cap. 3- ponto 3.9, pág. 56).

Artigo 32.º do EGP					
Utilização de cartões de crédito		X			Em 2013 não foram utilizados cartões de crédito
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			Não foram reembolsadas despesas de representação pessoal
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				Quanto aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a Empresa cumpre as normas previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, conforme detalhado na pág. 106. A Empresa avalia sempre a necessidade de contratar, antes de desenvolver os processos concursais, procedendo, também, à avaliação da realização face às estimativas.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Auditorias do Tribunal de Contas					
Diminuição mais acelerada do prazo médio de pagamentos		X			
Consolidação das reduções de gastos com o pessoal efetuadas nos anos recentes, considerando o carácter temporário das medidas que permitiram essa redução	X				
Ponderação em futuras revisões dos Acordos de Empresa, da alteração dos complementos remuneratórios pagos aos trabalhadores da empresa, focalizando-os naqueles que contribuam para um aumento da produtividade e na qualidade do desempenho	X				
Revisão, nos termos já contemplados no Plano de Estabilidade e Crescimento, dos Acordos de Empresa, no sentido de fechar os planos de pensão, que não se configurem como sendo de contribuição definida, à admissão de novos beneficiários.	X				
Constituição de novos planos de pensões e de saúde para os novos colaboradores, que se configurem como de contribuição definida, com sujeição à regulação e supervisão do Instituto de Seguros de Portugal		X			
Consolidação das reduções de gastos efetuadas nos anos recentes respeitantes aos fornecimentos e serviços externos, atendendo à manutenção de um nível de qualidade adequado e da segurança dos passageiros e rodoviária.	X				
Parque Automóvel	X			72	Entre 2012 e 2013 verificou-se uma redução de 9 % na pool de viaturas ligeiras (mercadorias e passageiros)
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 64.º da Lei n.º 66-B /2012	X				A Empresa reduziu os seus gastos operacionais (CMVMC+FSE+Gastos com o Pessoal) de 35,3% no período 2013/2010, tendo superado o objetivo fixado pelas Tutelas (15%).
Redução de Trabalhadores (artigo 63º da Lei n.º 66-B/2012)					
N.º de Trabalhadores	X			-139 efetivos, em termos médios correspondente a uma redução de 5,6% de 2013 face a 2012.	

N.º de cargos dirigentes	X			-2 dirigentes, em termos médios correspondente a uma redução de 8,7% de 2013 face a 2012.	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124º da Lei 66-B/2012)	X				No que se refere ao cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, a Empresa em 2011, procedeu à abertura de conta no IGCP. Os valores pagos pelo Estado são creditados na conta do IGCP, donde são transferidos para os bancos comerciais para reembolso de empréstimos e pagamento a fornecedores e salários.



## 10. EVOLUÇÃO PREVISTA - PERSPETIVAS PARA 2014

O regresso de Portugal a um financiamento estável de mercado a partir do próximo mês de maio de 2014 é um processo exigente e requer a prossecução estrita dos compromissos assumidos pelo país, conforme já referido no presente relatório no capítulo 1 - Apresentação.

Esta é uma condição indispensável para a firme credibilização do ajustamento económico no médio e longo prazo. Este ajustamento surge reforçado no atual quadro de aprofundamento da integração europeia, com destaque para o processo de criação de uma verdadeira união bancária e para a aplicação das novas regras orçamentais na União Europeia. A nível interno, é fundamental que se estabeleçam compromissos credíveis de horizonte alargado, de modo a aprofundar a coesão social e o consenso institucional em torno destes objetivos nacionais.

Neste contexto em que se prevê a inversão do ciclo económico, com a retoma gradual do crescimento e do emprego, em 2014, a CARRIS prosseguirá a sua atividade, designadamente, aprofundando e consolidando o respetivo processo de reestruturação e de integração operacional com o METROPOLITANO DE LISBOA, no quadro da administração e gestão comum, em que hoje funcionam as duas empresas.

Assim, será dada especial atenção à manutenção de elevados níveis de qualidade da Oferta, reforçando a perspetiva sistémica de uma rede urbana, ainda que operada por duas empresas, evidenciando uma melhor articulação entre as duas redes, quer no plano operacional, quer no comercial e tarifário, quer, ainda, no domínio do marketing.

A CARRIS vai continuar a apostar na procura de novas formas de fidelização e de captação de novos clientes, bem como de reforço do combate à fraude na utilização do Transporte Público, de que se espera o início da recuperação da procura.

Ao mesmo tempo, em 2014, vão prosseguir as ações de redução dos gastos e de aumento da produtividade, de modo a acomodar a redução do apoio financeiro do Estado, pela significativa redução das Indemnizações Compensatórias, mantendo os níveis de EBITDA positivos, condição indispensável para a sustentabilidade económica e financeira da empresa.

Será, também, preocupação da CARRIS preservar e consolidar o equilíbrio do tecido social na empresa, reforçando o clima de diálogo e de concertação indispensáveis ao seu normal funcionamento.

Ao mesmo tempo, a CARRIS prosseguirá, com o METROPOLITANO DE LISBOA, os trabalhos técnicos, financeiros e jurídicos necessários para que o acionista possa concretizar o processo de concessão do respetivo serviço público a privados, conforme previsto no PET e refletido na Lei do Orçamento do Estado para 2014.

Assegurar a sustentabilidade da CARRIS, bem como a sua capacidade para continuar a atuar, de forma ativa, na mobilidade de Lisboa e da sua área metropolitana envolvente, são, afinal, os desafios principais que, em 2014, a empresa terá que vencer e que enfrentar com confiança.

## 11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

---

Para cumprimento da alínea f) do número 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício - prejuízo de - 7.038.931,23€ - sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2013, embora enquadrado por condições adversas, internas e externas, permitiu à CARRIS continuar a melhorar o seu desempenho, o que é bem evidenciado, quer pela generalizada redução dos gastos operacionais, quer pelo aumento de proveitos verificado.

Uma vez mais, o EBITDA foi positivo, não obstante a indemnização compensatória ter vindo a diminuir progressivamente ao longo dos últimos anos, tendo sido este ano, apenas, de 18,6 milhões de Euros.

Estes resultados só foram possíveis mercê do trabalho competente e empenhado da grande maioria dos colaboradores da CARRIS. Não obstante as medidas de ajustamento e de redução salarial que tiveram de ser implementadas, os colaboradores da CARRIS revelaram um elevado sentido de responsabilidade em nada tendo feito repercutir no seu desempenho uma eventual desmotivação gerada por tais medidas. Ao invés, demonstraram querer participar, de forma ativa, no processo, em curso, de recuperação da empresa e do país.

É devida uma palavra de agradecimento aos colaboradores da CARRIS que, com a sua dedicação e esforço diários, fazem da CARRIS, uma empresa de referência em todo o setor e, em especial, no domínio da mobilidade urbana.

Uma palavra de agradecimento é, também, devida às empresas participadas CARRISTUR e CARRISBUS, pelo bom trabalho desenvolvido e pelo contributo que têm dado para o desempenho da CARRIS.

Por último, um agradecimento, também, aos diferentes titulares dos órgãos sociais que, em estreita cooperação com o Conselho de Administração, sempre trabalharam com o objetivo de assegurar o bom funcionamento da CARRIS.

Lisboa, fevereiro de 2014

O Conselho de Administração



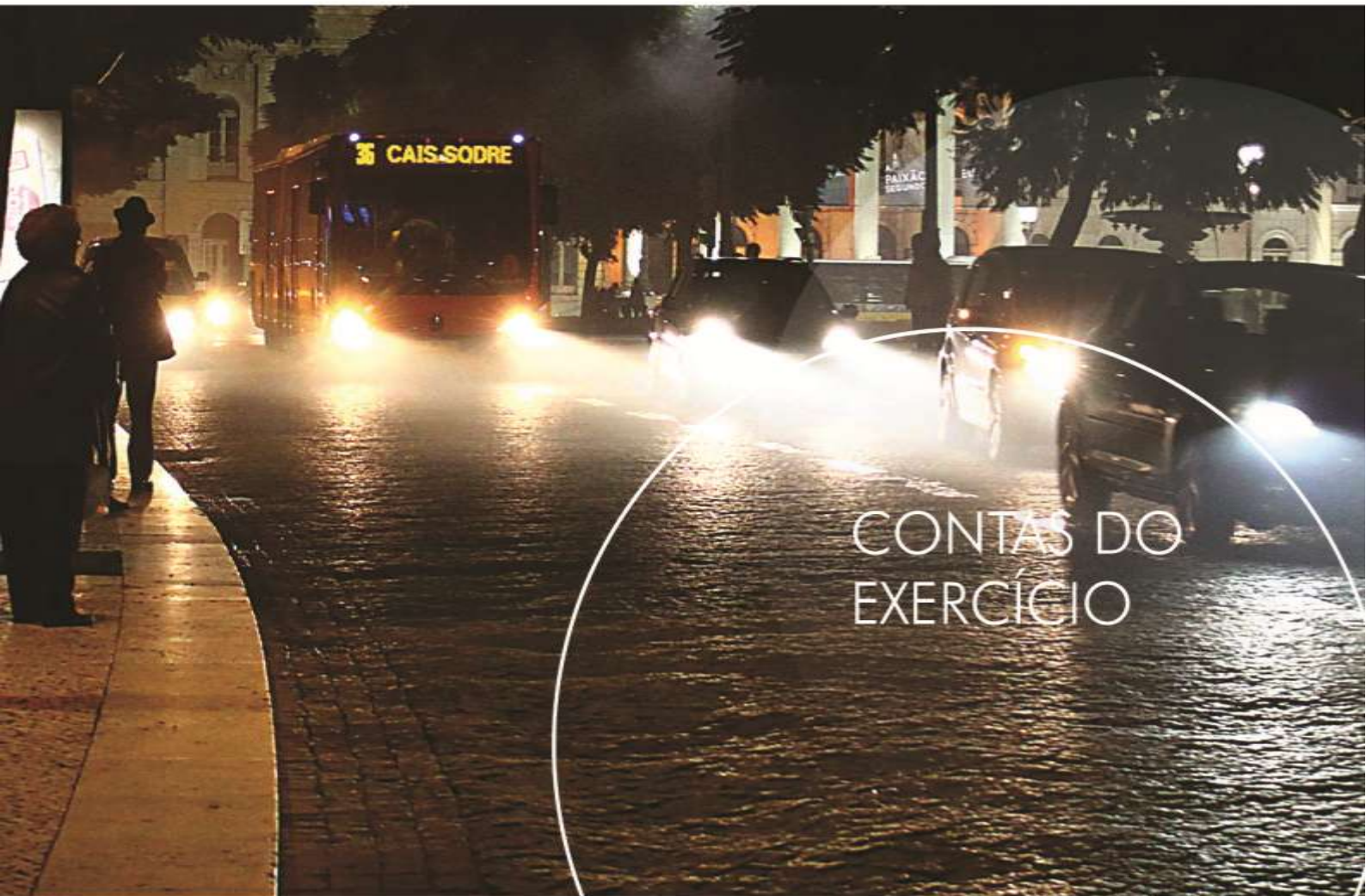
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo



# CONTAS DO EXERCÍCIO

carris 

Transportes de Lisboa



Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2013	31-12-2012
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	87.303.871,88	100.122.048,66
Propriedades de investimento		-	-
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis	7	370.710,33	700.703,27
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	5.190.865,16	4.730.043,86
Participações financeiras - outros métodos	8	97.833,15	84.937,38
Acionistas/sócios		-	-
Outros ativos financeiros	10	9.122,29	873.103,19
Ativos por impostos diferidos		-	-
		<b>92.972.402,81</b>	<b>106.610.836,36</b>
Ativo corrente			
Inventários	11	2.291.217,57	2.452.614,31
Ativos biológicos		-	-
Clientes	12	1.538.531,28	1.734.490,43
Adiantamentos a fornecedores	12	48.328,41	26.267,85
Estado e outros entes públicos	16	1.698.665,75	2.278.182,54
Acionistas/sócios	12	111.307,45	81.766,66
Outras contas a receber	12	15.524.462,85	16.645.330,18
Diferimentos	17	-	441.617,80
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos bancários	4 e 12	2.938.141,44	1.730.679,38
		<b>24.150.654,75</b>	<b>25.390.949,15</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>117.123.057,56</b>	<b>132.001.785,51</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	13	163.532.270,02	163.532.270,02
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas legais		-	-
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		(1.085.188.390,66)	(1.020.889.105,78)
Ajustamentos em ativos financeiros		1.791.682,18	1.791.682,18
Excedentes de revalorização	13	56.060.121,81	53.674.555,23
Outras variações no capital próprio		316.637,35	298.920,81
		<b>(863.487.679,30)</b>	<b>(801.591.677,54)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(7.038.931,23)</b>	<b>(64.299.284,88)</b>
Interesses minoritários		-	-
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(870.526.610,53)</b>	<b>(885.890.962,42)</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente			
Provisões	14	8.919.710,46	2.237.879,25
Financiamentos obtidos	15	354.069.254,29	438.768.253,08
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	92.359.891,00	117.427.328,00
Passivos por impostos diferidos	9	11.015.215,61	10.601.543,56
Outras contas a pagar		-	-
		<b>466.364.071,36</b>	<b>569.035.003,87</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	15	5.100.537,82	6.142.913,73
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	16	1.894.774,61	2.512.465,30
Acionistas/sócios		-	10.157,67
Financiamentos obtidos	15	422.651.716,23	295.816.396,67
Outras contas a pagar	15	90.395.217,18	123.088.978,93
Diferimentos	17	1.243.350,89	1.286.831,76
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
		<b>521.285.596,73</b>	<b>428.857.744,06</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>987.649.668,09</b>	<b>997.892.747,93</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>117.123.057,56</b>	<b>132.001.785,51</b>

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2013

O Conselho de Administração

Vogal: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas  
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso  
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

*Ag. I. B. B. B.*  
*Luis Carlos Antunes Barroso*  
*Maria Manuela Bruno de Figueiredo*

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

*Isabel Dias Fonseca*

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	19	88.924.365,33	85.002.362,20
Subsídios à exploração	19 e 27	22.289.416,47	23.118.941,50
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	500.519,76	595.351,45
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		167.468,48	163.561,81
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(19.123.807,50)	(20.518.705,15)
Fornecimentos e serviços externos	20	(19.871.010,65)	(19.879.572,42)
Gastos com o pessoal	21	(47.727.244,21)	(54.931.783,59)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	11	-	6.639,68
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(475.728,94)	(49.130,80)
Provisões (aumentos/reduções)	14	(6.681.831,21)	1.713.724,80
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		(15.210,17)	126.876,51
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	23	2.806.954,23	2.117.691,50
Outros gastos e perdas	24	(922.629,72)	(851.110,93)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>19.871.261,87</b>	<b>16.614.846,56</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22	(18.837.253,88)	(19.168.573,82)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.034.007,99</b>	<b>(2.553.727,26)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	36.946.476,79	8.021.096,60
Juros e gastos similares suportados	25	(45.574.186,94)	(70.195.269,57)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(7.594.702,16)</b>	<b>(64.727.900,23)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	9	555.770,93	428.615,35
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(7.038.931,23)</b>	<b>(64.299.284,88)</b>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2013

O Conselho de Administração

Vogais: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas

Dr. Luis Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

# COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em euros)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTAS	2013	2012
Recebimentos de Clientes		103.819.569,19	102.108.383,42
Recob. de Indemnizações Compensatórias e Outros Subsídios	27	21.751.755,65	25.379.315,61
Pagamentos a Fornecedores		-54.424.931,71	-57.355.334,19
Pagamentos ao Pessoal (inclui encargos)		-68.907.697,30	-67.123.673,29
Fluxos Gerados pelas Operações		2.238.695,83	3.008.691,55
Outros recebimentos / Pagamentos	4	3.154.498,75	1.267.423,38
Pagamento (-) / Recebimento do IRC		-128.364,86	-97.564,64
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS ( 1 )</b>		<b>5.264.829,72</b>	<b>4.178.550,29</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-4.592.702,67	-6.331.471,47
Ativos intangíveis		-1.378,42	-7.697,41
Outros ativos financeiros			-584,17
Recebimentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		804.176,19	341.704,14
Ativos intangíveis		-	-
Outros ativos financeiros		0,70	-
Subsídios ao investimento	27	407.328,70	-
Juros e rendimentos similares		52.326,21	52.303,52
Dividendos	8		70.739,43
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO ( 2 )</b>		<b>-3.330.249,29</b>	<b>-5.875.005,96</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de :			
Utilização de financiamentos - não correntes		-	-
Utilização de financiamentos - correntes		1.121.575.846,33	351.746.883,40
Empréstimos obrigacionistas		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outros rendimentos e ganhos		1.286,66	133.510,60
Dotações para cobertura de prejuízos			
Pagamentos respeitantes a :			
Amortização de financiamentos - não corrente	15	-79.400.000,08	-61.900.000,08
Amortização de financiamentos - correntes		-994.853.589,99	-242.555.304,96
Outros operações de financiamento		-5.495.036,27	-5.413.903,24
Amortização de empréstimos obrigacionistas			
Juros e gastos similares		-42.555.625,02	-40.194.727,71
<b>FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO ( 3 )</b>		<b>-727.118,37</b>	<b>1.816.458,01</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>1.207.462,06</b>	<b>120.002,34</b>
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	4	1.730.679,38	1.610.677,04
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	2.938.141,44	1.730.679,38

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

### O Conselho de Administração

Vogais:

Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas

Dr. Luis Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

### O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Isabel Dias Fonseca



Handwritten initials and symbols: "T", "B", and "A" with a signature-like flourish above them.

## ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### EXERCÍCIO DE 2013

1. Nada a referir

2. Discriminação dos componentes de Caixa e seus Equivalentes:

Unidade: Euro

Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Numerário	83.392,86	88.097,89
Depósitos bancários, imediatamente mobilizáveis	2.854.748,58	1.642.581,49
Equivalentes de Caixa:		
- <i>Descobertos Bancários</i>	-	-
- <i>Overdrafts</i>	-	-
- <i>Hot Money</i>	-	-
<i>Caixa e seus Equivalentes.....</i>	<i>2.938.141,44</i>	<i>1.730.679,38</i>
Outras Disponibilidades	-	-
<i>Disponibilidades Constantes do Balanço..</i>	<i>2.938.141,44</i>	<i>1.730.679,38</i>

3. Existem créditos bancários concedidos e não sacados que podem ser utilizados sem restrições no montante de € 9 756 000,000 ( € 6.042.500,00 em 2012).

4. Nada a referir.

5. Em 31.12.2012 existia uma operação de financiamento de curto prazo que, por motivo de o banco não utilizar conta própria para o financiamento, mas sim a conta à ordem, apresenta um saldo a descoberto no montante de € 221.273,48.

Tratando-se de uma operação de financiamento idêntica a outras operações realizadas com outros bancos, a mesma encontra-se reportada através da nota 15.

# COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO EXERCÍCIO 2013

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
13	163.532.270,02	(1.020.605.105,78)	1.791.662,18	53.674.555,23	288.920,81	(54.299.284,88)	(865.860.962,42)
5				3.414.547,40			3.414.547,40
13				(1.028.980,52)	17.716,54		17.716,54
9		(64.299.284,88)				64.299.284,88	(1.028.960,92)
	0,00	(64.299.284,88)	0,00	2.385.668,58	17.716,54	64.299.284,88	2.403.283,12
						(7.038.931,23)	(7.038.931,23)
						(4.635.648,11)	(4.635.648,11)
	163.532.270,02	(1.085.185.390,55)	1.791.662,18	56.060.127,81	316.637,35	(7.038.931,23)	(870.128.870,53)

Posição no início do período 2013

Alterações no período:

Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis  
 Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis  
 Subsídios e doações  
 Ajustamentos por impostos diferidos  
 Aplicação dos resultados de 2012

Resultado líquido do período

Resultado integral

Posição no fim do período 2013

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2013

O Conselho de Administração

Vogais: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas

Dr. Luis Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno dos Figueiredo

O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

# COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SA

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

### NO EXERCÍCIO 2012

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2012	13	163.532.270,02	(991.655.273,66)	1.791.682,18	51.798.984,06	478.712,53	(29.250.852,33)	(803.304.477,20)
Alterações no período:								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis			17.020,21		(17.020,21)			0,00
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	5				2.272.824,45			2.272.824,45
Subsídios e doações	13				(380.233,07)	(179.791,72)		(179.791,72)
Ajustamentos por impostos diferidos	9		(29.250.852,33)				29.250.852,33	(380.233,07)
Aplicação dos resultados de 2011		0,00	(29.233.832,12)	0,00	1.875.571,17	-179.791,72	29.250.852,33	1.712.799,66
Resultado líquido do período							(64.299,284,88)	(64.299,284,88)
Resultado integral							(62.586,485,22)	(62.586,485,22)
Posição no fim do período 2012		163.532.270,02	(1.020.889.105,78)	1.791.682,18	53.674.555,23	298.920,81	(54.299,284,88)	(865.890.962,42)

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

#### O Conselho de Administração

Vogais: Dr. Pedro Gonçalo Brito Aleixo Bogas

Dr. Luis Carlos Antunes Barroso

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

#### O Técnico Oficial de Contas

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

S. B.  
T A.

# **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA**

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2013

## **1 NOTA INTRODUTÓRIA**

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., ("Empresa" ou "Sociedade" ou Carris) é uma sociedade anónima de capitais públicos, foi constituída em setembro de 1872 e tem por atividade principal a exploração de transportes coletivos de superfície na cidade de Lisboa por concessão em regime de exclusividade, renovada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1973 por um período de 50 anos.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. A Carris não irá proceder à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013, a que se encontraria obrigada pelo disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, por considerar que:

- (i) Os efeitos da consolidação da subsidiária Aurora Finance, BV detida a 100% e constituída no exercício de 2004, encontram-se indiretamente refletidos nas demonstrações financeiras individuais da Carris, em 31 de dezembro de 2013, atendendo a que esta subsidiária foi constituída apenas com o propósito de contrair um empréstimo obrigacionista no montante de € 215.000.000,00, o qual foi integralmente repassado para a Carris, encontrando-se aquele montante (líquido de reembolsos), bem como os gastos a ele relativos registados nas demonstrações individuais da Empresa em 31 de dezembro de 2013; desta forma, os efeitos decorrentes da consolidação desta subsidiária não são materialmente relevantes;
- (ii) Os efeitos da consolidação da subsidiária Carristur, Lda., detida a 100% também não são materialmente relevantes no que concerne aos valores apresentados no ativo, capital próprio e resultado do exercício.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de fevereiro de 2014. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## **2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.



### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

#### 3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de natureza e uso semelhantes correspondentes aos terrenos e edifícios dos complexos de Santo Amaro, Cabo Ruivo e Miraflores encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor. Têm sido efetuadas revalorizações, com uma regularidade anual, baseadas em avaliações efetuadas pela UON Consulting, SA com referência a 31 de dezembro de 2013.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização". Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é reconhecido diretamente em resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (ou custo considerado para os bens que no normativo anterior se encontravam registados pelo custo de aquisição acrescido de reavaliações ao abrigo de diplomas legais) ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções:	8 - 100
Equipamento Básico:	
Autocarros:	8 - 12
Via Férrea:	16
Carros Elétricos:	16
Carros Elétricos Articulados:	30
Rotáveis de Autocarros:	8 - 12
Rotáveis de Elétricos:	16
Equipamento de Transporte:	4 - 6
Ferramentas e Utensílios:	1 - 14
Equipamento Administrativo:	1 - 8
Outros:	3 - 20

S. J.  
T. A.

A Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações como referido em 3.1.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

A taxa de amortização utilizada corresponde a um período de vida útil de cinco anos.

### 3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).



### 3.6 Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

### 3.7 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela Empresa.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio, com exceção das mercadorias comercializadas no Museu em que, existindo uma elevada proporção das mesmas em regime de consignação, se mostra mais apropriada a aplicação do método FIFO para o seu custeio.

### 3.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) **Ao custo ou custo amortizado**

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

**a) Clientes e outras contas a receber**

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

**b) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

**c) Outros ativos financeiros**

Os outros ativos financeiros incluem títulos de dívida pública detidos para garantia de pensões de acidentes de trabalho de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

**d) Fornecedores e outras contas a pagar**

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado, exceto "swaps" (ver ii) a)). Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

**e) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas ao longo do período dos financiamentos associados, o qual não difere de forma significativa do que resultaria da aplicação do método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".



#### **f) Contratos para conceder ou contrair empréstimos**

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica "Outros ativos financeiros" ou na rubrica "Outros passivos financeiros".

#### **(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

##### **a) Instrumentos financeiros derivados ("swaps")**

A Empresa celebrou, em exercícios anteriores, contratos de "swap" de taxa de juro, os quais não se configuram como de cobertura. Tais instrumentos financeiros encontram-se a ser registados ao justo valor por resultados, sendo o seu saldo no balanço registado na rubrica de "Outras contas a pagar".

##### **(iii) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

As perdas de imparidade em contas a receber de clientes são registadas em conformidade com o artigo 36.º do Código do IRC, o qual se aproxima do valor estimado de perdas na realização das contas a receber. Adicionalmente, a Empresa procedeu em exercícios anteriores ao registo de perdas de imparidade fiscalmente não aceites como gastos, relativas a contas a receber de outros devedores (essencialmente da Câmara Municipal de Lisboa), ascendendo o seu saldo total, em 31 de dezembro de 2013 a € 1.768.771,02 (€ 1.851.277,27 em 2012).

T A

#### (iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.9 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido:

- Se resultante da venda de bilhetes, no momento da sua utilização;
- Se resultante da venda de tarifas de bordo, no momento da sua venda;
- Se resultante da venda de passes, no período a que a mesma confere o direito de utilização;
- Restantes transações/prestações de serviços, com base na percentagem de acabamento.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas.



*S. B.*  
*T. A.*

Em 2013 as compensações financeiras atribuídas pelo Governo ascenderam a € 19.682.000,00 (€ 18.567.924,55 reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2013 de 4 de abril. Em 2012 foram atribuídas compensações no valor de € 20.682.000,00 (€ 19.511.320,78 reconhecido como rédito).

Em 2013 foi ainda atribuída pelo Governo uma compensação financeira para o passe escolar 4\_18 e sub23 no montante de € 1.104.979,54 (€ 1.042.433,54 reconhecido como rédito após dedução do IVA), sendo os correspondentes valores de 2012 de € 2.225.687,99 e € 2.099.705,57. Em 2013 foi ainda atribuída uma compensação financeira para o passe Social +, no montante de € 1.175.435,33 (€ 1.108.901,24 reconhecido como rédito após dedução do IVA). Foi ainda recebida uma compensação financeira para o passe Social +, referente ao quarto trimestre de 2012, no montante de € 288.341,66 (€ 272.020,43 reconhecido como rédito de 2013 após dedução do IVA no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, dado que em 31 de dezembro de 2012 a Empresa tinha incerteza quanto à cobrabilidade e quantificação do mesmo).

### 3.11 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Revalorização de ativos fixos tangíveis;
- b) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de perdas de imparidade em ativos correntes e provisões;
- d) Justo valor dos instrumentos financeiros derivados ("swaps");
- e) Responsabilidades com benefícios de reforma.

### 3.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso da Empresa e porque o seu resultado tributável será significativamente negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar essencialmente originadas pelos gastos incorridos

no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e outros com deslocações, ou em despesas de representação ou de relações públicas.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

No registo dos passivos por impostos diferidos relativos às reavaliações de ativos fixos tangíveis a Empresa procede à compensação dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis até à concorrência dos passivos por impostos diferidos durante o período de reporte daqueles prejuízos.

### 3.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.14 Benefícios pós-emprego

#### Planos de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente em resultados no ano em que são determinados.

### 3.15 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



T  
A.  
B.

### 3.16 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 3.17 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 detalha-se conforme se segue:

	2013	2012
Numerário	83.392,86	88.097,89
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.854.748,58	1.642.581,49
	<u>2.938.141,44</u>	<u>1.730.679,38</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de € 3.154.498,75 reconhecido na demonstração dos fluxos de caixa em "Outros recebimentos / pagamentos" respeita essencialmente a pedidos de reembolso de IVA que foram pagos pelas autoridades tributárias no decurso do exercício.

Em 31 de dezembro de 2012 existia uma operação de financiamento de curto prazo que, por motivo de o banco não utilizar conta própria para o financiamento, mas sim a conta à ordem, apresenta um saldo a descoberto no montante de € 221.273,48. Tratando-se de uma operação de financiamento idêntica a outras operações realizadas com outros bancos, a mesma encontra-se reportada através da Nota 15.

Existem créditos bancários concedidos e não sacados que podem ser utilizados sem restrições, no montante de € 9.756.000,00 (€ 6.042.500,00 em 2012).

T A

## 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2013 e 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2013								
	Terrenos e Recursos Naturais 43100	Edifícios e Outras Construções 43200	Equipamento Básico 43300	Equipamento Transporte 43400	Equipamento Administrativo 43500	Outros Ativos Fixos Tangíveis 43700	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso 45300	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	39.582.402,50	123.810.294,53	226.698.482,55	2.209.830,12	7.493.260,01	15.309.517,04	325.843,52	415.429.430,27
Aquisições	-	-	784.545,49	-	18.387,90	1.409,34	1.728.853,86	2.532.996,39
Alienações	-3.686,42	-14.636,02	-12.404.448,45	-89.853,00	-4.626,05	-	-	-12.497.251,94
Transferências	-	73.754,88	1.438.117,08	0,00	61.899,23	49.687,88	-1.623.858,87	-
Abates	-	-1.327,88	-43.992,09	-14.521,75	-65.474,84	-1.674,85	-	-126.991,41
Revalorizações	-116.932,00	3.533.479,40	-	-	-	-	-	3.414.547,40
<b>Saldo</b>	<b>39.459.784,08</b>	<b>127.401.564,71</b>	<b>216.472.704,58</b>	<b>2.125.255,37</b>	<b>7.503.444,26</b>	<b>15.359.139,41</b>	<b>430.838,31</b>	<b>408.752.730,71</b>
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas Imparidade</b>								
Saldo Inicial	-	106.294.659,90	186.141.857,80	2.066.179,76	6.811.478,30	13.993.205,85	-	315.307.381,61
Amortizações do Exercício (Nota 22)	-	3.558.124,02	13.966.631,69	92.465,82	292.916,80	562.470,41	-	18.470.608,74
Alienações	-	-4.676,26	-12.130.546,96	-65.100,78	-3.443,82	-	-	-12.204.067,82
Abates	-	-1.327,88	-43.992,09	-14.521,75	-64.536,93	-685,05	-	-125.063,70
<b>Saldo</b>	<b>-</b>	<b>109.844.479,78</b>	<b>187.933.950,44</b>	<b>2.079.023,05</b>	<b>7.036.414,35</b>	<b>14.554.991,21</b>	<b>-</b>	<b>321.448.858,83</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>39.459.784,08</b>	<b>17.557.084,93</b>	<b>28.538.754,14</b>	<b>46.232,32</b>	<b>467.029,90</b>	<b>804.148,20</b>	<b>430.838,31</b>	<b>87.303.871,88</b>

2012								
	Terrenos e Recursos Naturais 43100	Edifícios e Outras Construções 43200	Equipamento Básico 43300	Equipamento Transporte 43400	Equipamento Administrativo 43500	Outros Ativos Fixos Tangíveis 43700	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso 45300	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	39.607.251,96	121.498.789,07	224.209.811,86	2.201.794,58	7.517.780,66	15.202.529,63	1.078.398,29	411.466.355,83
Aquisições	-	19.019,84	867.315,35	8.610,00	12.992,57	-	2.396.093,94	3.104.031,50
Alienações	-24.849,48	-	-163.891,11	-90.774,44	-1.097,38	-	-	-280.612,39
Transferências	-	77.762,27	1.927.341,62	-	62.885,12	1.045.659,50	-3.113.848,71	-
Abates	-	-58.100,90	-2.095,17	-	-98.300,96	-938.672,09	-36.000,00	-1.133.189,12
Revalorizações	-	2.272.824,45	-	-	-	-	-	2.272.824,45
<b>Saldo</b>	<b>39.582.402,50</b>	<b>123.810.294,53</b>	<b>226.898.482,55</b>	<b>2.209.830,12</b>	<b>7.493.260,01</b>	<b>15.309.517,04</b>	<b>325.843,52</b>	<b>415.429.430,27</b>
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas Imparidade</b>								
Saldo Inicial	-	103.262.434,35	172.217.933,49	2.023.677,03	6.438.539,21	14.091.438,61	-	298.034.022,69
Amortizações Exercício (Nota 22)	-	3.090.326,45	14.049.787,61	101.817,13	488.295,33	840.439,33	-	18.650.665,85
Alienações	-	-	-123.768,13	-59.314,40	-1.097,38	-	-	-184.179,91
Abates	-	-58.100,90	-2.095,17	-	-94.258,86	-938.672,09	-	-1.093.127,02
<b>Saldo</b>	<b>-</b>	<b>106.294.659,90</b>	<b>186.141.857,80</b>	<b>2.066.179,76</b>	<b>6.811.478,30</b>	<b>13.993.205,85</b>	<b>-</b>	<b>315.307.381,61</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>39.582.402,50</b>	<b>17.515.634,63</b>	<b>40.556.624,75</b>	<b>143.450,36</b>	<b>681.781,71</b>	<b>1.316.311,19</b>	<b>325.843,52</b>	<b>100.122.048,68</b>

O equipamento administrativo em poder de terceiros em 31 de dezembro de 2013 tem o valor líquido contabilístico de € 11.605,15 e os edifícios e outras construções implantadas em propriedade alheia têm o valor líquido contabilístico de € 446.159,08, e respetam essencialmente às instalações da Empresa situadas na Pontinha e Musgueira.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa procedeu à alienação de diversos autocarros, que não se encontravam a ser utilizados no decurso da atividade operacional, cujo valor ascendia a € 273.901,49 (líquido de amortizações acumuladas no montante de € 12.130.546,96).

T. B.  
A.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, sendo registada uma quota integral no ano de aquisição e não sendo praticada qualquer quota no ano do abate se o bem ainda se encontrar em curso de amortização durante a vida útil estimada.

As amortizações do exercício, no montante de € 18.470.608,74 (Nota 22) (€ 18.550.665,85 em 2012), foram registadas nas seguintes rubricas:

	2013	2012
Edifícios e Outras Construções	3.556.124,02	3.090.326,45
Equipamento Básico	13.966.631,69	14.049.787,61
Equipamento Transporte	92.465,82	101.817,13
Equipamento Administrativo	292.916,80	468.295,33
Outros Ativos Fixos Tangíveis	562.470,41	840.439,33
	<b>18.470.608,74</b>	<b>18.550.665,85</b>

A Empresa procede anualmente à reavaliação dos terrenos e edifícios de natureza ou uso semelhante, para o seu valor de mercado (justo valor) à data de relato, determinado por avaliações independentes efetuadas pela UON Consulting, SA. Em 31 de dezembro de 2013, o efeito da atualização daquelas revalorizações consistiu num aumento das reservas de reavaliação no montante de € 3.414.547,40 (Nota 13) (€ 2.272.824,45 em 31 de dezembro de 2012), tendo as amortizações do exercício de 2013 sido aumentadas no montante de € 2.257.900,46 em resultado da amortização das reavaliações registadas até 31 de dezembro de 2012 (€ 1.750.082,54 no exercício de 2012).

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2013 e 2012, líquidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

2013			
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.926.835,65	37.532.948,43	39.459.784,08
Edifícios e Outras Construções	3.613.427,84	13.943.657,09	17.557.084,93
Equipamento Básico	28.216.650,05	322.104,09	28.538.754,14
Equipamento Transporte	46.232,32	-	46.232,32
Equipamento Administrativo	467.029,90	-	467.029,90
Outros Ativos Fixos Tangíveis	804.148,20	-	804.148,20
	<b>35.074.323,96</b>	<b>51.798.709,61</b>	<b>86.873.033,57</b>

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais, incluídas no custo considerado dos bens.



<b>2012</b>			
	Excedente		
	Custo Histórico	Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.930.449,79	37.651.952,71	39.582.402,50
Edifícios e Outras Construções	4.723.808,21	12.791.826,42	17.515.634,63
Equipamento Básico	40.198.030,95	358.593,80	40.556.624,75
Equipamento Transporte	143.450,36	-	143.450,36
Equipamento Administrativo	681.781,71	-	681.781,71
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.316.311,19	-	1.316.311,19
	<b>48.993.832,21</b>	<b>50.802.372,93</b>	<b>99.796.205,14</b>

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais, incluídas no custo considerado dos bens.

Não foi apurada qualquer perda por imparidade em qualquer dos exercícios.

## 6 LOCAÇÕES

### Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Empresa mantém escriturados bens (essencialmente autocarros), como segue:

	<b>2013</b>		
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento básico	32.225.898,22	19.987.192,78	12.238.705,44
Equipamento de transporte	861.859,53	822.601,83	39.257,70
	<b>33.087.757,75</b>	<b>20.809.794,61</b>	<b>12.277.963,14</b>

	<b>2012</b>		
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento básico	32.225.898,22	15.958.955,48	16.266.942,74
Equipamento de transporte	910.140,65	789.670,30	120.470,35
	<b>33.136.038,87</b>	<b>16.748.625,78</b>	<b>16.387.413,09</b>



Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos (a)	
	2013	2012
Até 1 ano	5.745.434,40	5.737.260,80
Entre 1 ano e 5 anos	5.449.171,86	11.201.770,44
A mais de 5 anos	-	-
	<u>11.194.606,26</u>	<u>16.939.031,24</u>

<sup>(a)</sup> Inclui juros.

#### Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2013 e 2012 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2013	2012
Até 1 ano	1.738,79	17.691,69
Entre 1 ano e 5 anos	-	1.738,79
A mais de 5 anos	-	-
	<u>1.738,79</u>	<u>19.430,48</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2013	2012
Pagamentos mínimos	13.235,45	25.794,27



## 7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2013 e 2012 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2013					
	Projetos Desenvolvimento	Programas Computador 44300	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Total
<b>Ativos</b>					
Saldo Inicial		8.891.312,70			8.891.312,70
Aquisições		36.652,20			36.652,20
Alienações		-			-
Transferências		-			-
Abates		-			-
Revalorizações		-			-
<b>Saldo</b>	-	8.927.964,90	-	-	8.927.964,90
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas Imparidade</b>					
Saldo Inicial		8.190.609,43			8.190.609,43
Amortizações Exercício (Nota 22)		366.645,14			366.645,14
<b>Saldo</b>	-	8.557.254,57	-	-	8.557.254,57
<b>Ativos Líquidos</b>	-	370.710,33	-	-	370.710,33
2012					
	Projetos Desenvolvimento	Programas Computador 44300	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Total
<b>Ativos</b>					
Saldo Inicial		8.782.883,13			8.782.883,13
Aquisições		109.268,57			109.268,57
Alienações		-			-
Abates		-839,00			-839,00
Revalorizações		-			-
<b>Saldo</b>	-	8.891.312,70	-	-	8.891.312,70
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas Imparidade</b>					
Saldo Inicial		7.573.540,46			7.573.540,46
Amortizações Exercício (Nota 22)		617.907,97			617.907,97
Abates		-839,00			-839,00
<b>Saldo</b>	-	8.190.609,43	-	-	8.190.609,43
<b>Ativos Líquidos</b>	-	700.703,27	-	-	700.703,27

Handwritten initials and the letter 'A' in the top right corner.

## 8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras" foi o seguinte:

2013			
	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	4.730.043,86	84.937,38	4.814.981,24
Aumento - por incorporação de reservas		14.285,72	14.285,72
Aumento - Método da equiv. patrimonial	571.218,00		571.218,00
Diminuição - Método da equiv. patrimonial	-110.396,70		-110.396,70
Outros		-1.389,95	-1.389,95
Saldo final	5.190.865,16	97.833,15	5.288.698,31

2012			
	Método da equiv. patrimonial	Custo	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	4.205.431,84	63.508,81	4.268.940,65
Reforço de reservas livres		21.428,57	21.428,57
Aumento - Método da equiv. patrimonial	625.461,52		625.461,52
Diminuição - Método da equiv. patrimonial	-100.849,50		-100.849,50
Saldo final	4.730.043,86	84.937,38	4.814.981,24

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa reconheceu o montante de € 39.698,46 relativo a dividendos da OTLIS.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e em outras empresas:

	2013								
	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% devida	Saldo de Balanço	Proporção no resultado
<b>Subsidiárias:</b>									
Carristur	Lisboa	8.221.919,12	3.645.356,56	4.578.562,56	12.604.918,60	557.183,00	100,00	4.576.562,56	557.183,00
Aurora Finance, BV	Amesterdan	86.952.202,00	88.443.167,00	509.035,00	349.074,00	13.815,00	100,00	509.035,00	14.035,00
<b>Empresas associadas:</b>									
PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL	Oeiras	2.086.555,00	1.852.627,00	233.928,00	647.080,00	-245.326,00	45,00	105.267,60	-110.396,70
								5.190.865,16	460.821,30

(a) Na demonstração dos resultados estão registados os rendimentos de € 500.519,76 (e não € 460.821,30) porque inclui ainda dividendos atribuídos pela empresa relacionada (OTLIS), detida a 14,29%, no montante de € 39.698,46.

		2012								
		Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no resultado
<b>Subsidiárias:</b>										
Carnistur	Lisboa		8.363.003,07	4.343.623,51	4.019.379,96	12.277.153,12	594.830,52	100,00	4.019.379,56	594.830,52
Aurora Finance, BV	Amesterdan		121.251.000,00	155.428.000,00	495.000,00	1.228.000,00	31.000,00	100,00	495.000,00	30.631,00
<b>Empresas associadas:</b>										
PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL	Oeiras		1.765.620,00	1.266.367,00	479.254,00	959.670,00	-224.110,00	45,00	215.664,30	-100.849,50
									<u>4.730.043,86</u>	<u>524.612,02</u>

(b) Na demonstração dos resultados estão registados os rendimentos de € 595.351,45 (e não € 524.612,02) porque inclui ainda dividendos recebidos de uma empresa relacionada (OTLIS), detida a 14,29%, no montante de € 70.739,43.

A subsidiária Aurora Finance, BV foi constituída em exercícios anteriores com o propósito único de contrair um empréstimo obrigacionista, cujo montante foi integralmente repassado para a Empresa.

## 9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), aplicando uma taxa de 25% sobre a matéria coletável.

Em resultado das modificações introduzidas pela Lei n.º 2/2014 de 16 de Janeiro, que alterou: (i) o artigo 87.º do código do IRC, fixando a partir de 2014, inclusive, em 23% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; (ii) o artigo 87.º-A do código do IRC, que determina uma tributação adicional, em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, por escalão em função do lucro tributável; e (iii) o artigo 52.º do código do IRC que vem limitar a dedução dos prejuízos fiscais a 70% do lucro tributável e a extensão para 12 anos do período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014.

O impacto desta alteração de taxa, nos impostos diferidos, foi referido a 31 de dezembro de 2013 e ascendeu a € 800.110,49, o qual foi registado por contrapartida de capital próprio na rubrica de "Excedentes de revalorização".

Nos termos do artigo 88.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.




  
 17

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

	2013	2012
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período (Nota 16)	59.537,84	53.014,62
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis	-615.308,77	-481.629,97
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>-555.770,93</b>	<b>-428.615,35</b>

	2013	2012
Resultado antes de imposto	-7.594.702,16	-64.727.900,23
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 26,5%	-2.012.596,07	-17.152.893,56
Tributações autónomas	59.537,84	53.014,62
Diferenças temporárias:		
Reporte de prejuízos fiscais	2.012.596,07	17.152.893,56
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis (amortização)	-615.308,77	-481.629,97
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>-555.770,93</b>	<b>-428.615,35</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os prejuízos fiscais reportáveis (já declarados) ascendiam a € 209.208.191,90 e € 189.726.763,50, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

	2013		2012	
	Montante	Data	Montante	Data
Gerados em 2007	-	-	38.058.798,58	31-12-2013
2008	31.941.432,87	31-12-2014	31.941.432,87	31-12-2014
2009	41.211.289,42	31-12-2015	41.211.289,42	31-12-2015
2010	49.511.567,12	31-12-2014	49.511.567,12	31-12-2014
2011	29.003.675,51	31-12-2015	29.003.675,51	31-12-2015
2012	57.540.226,98	31-12-2017	-	-
	<b>209.208.191,90</b>		<b>189.726.763,50</b>	

O prejuízo fiscal relativo ao exercício de 2013, a declarar em Maio de 2014, poderá ser recuperável até 2018.

#### Impostos diferidos

A Empresa não procedeu ao registo de ativos por impostos diferidos relativamente aos prejuízos fiscais reportáveis, por se entender não ser expectável, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, que as operações futuras irão gerar matéria coletável que permita a utilização destes prejuízos fiscais no seu período de reporte.

*Handwritten initials/signature*

Tendo em consideração os prejuízos fiscais reportáveis e o seu período de reporte, bem como os resultados expectáveis para esse período, a Empresa procedeu à dedução, no registo dos passivos por impostos diferidos dos valores correspondentes aos impostos calculados sobre as amortizações a realizar nesse período (até 2018), e respeitantes às reavaliações sobre bens amortizáveis. Os passivos por impostos diferidos foram calculados considerando-se uma taxa agregada de imposto de 24,5%.

Por outro lado, a Empresa não procedeu ao registo de ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais remanescentes, às perdas de imparidade e provisões registadas acima dos limites fiscais por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que não existem nas condições atuais, expectativas de lucros tributáveis futuros que permitissem a recuperabilidade desses ativos por impostos diferidos.

No que respeita às reavaliações efetuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal atualizada por coeficientes de atualização monetária dos terrenos reportada a 31 de dezembro de 2013 e 2012, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 24,5%.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	Passivos por impostos diferidos	
	2013	2012
Saldo inicial	<u>10.601.543,56</u>	<u>10.702.940,46</u>
Efeito em resultados:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	-598.343,62	-463.771,79
Diferenças entre a base fiscal e a base contabilística de ativos fixos tangíveis registados no custo considerado à data de transição (que foram objeto de reavaliações legais)	-16.965,15	-17.858,18
	<u>-615.308,77</u>	<u>-481.629,97</u>
Efeito em reservas:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	1.028.980,82	380.233,07
Saldo final	<u>11.015.215,61</u>	<u>10.601.543,56</u>

1  
2  
3  
4

## 10 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Outros ativos financeiros não correntes" apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Não correntes:		
Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito	10.872,74	998.288,24
Títulos da dívida pública depositados à ordem do Juiz	913,81	1.498,68
Perdas por imparidade	-2.664,26	-26.683,73
	<u>9.122,29</u>	<u>973.103,19</u>

A variação da rubrica de "Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito" face a 31 de dezembro de 2012, resulta do facto de parte significativa das obrigações que a Empresa detinha terem-se vencido em 2013.

Esta rubrica inclui o montante de € 11.786,55 respeitante a títulos da dívida pública detidos pela Empresa para garantir pensões de acidentes de trabalho, de que foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999.

## 11 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2013			2012		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	77.660,67		77.660,67	86.602,80		86.602,80
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.213.556,90		2.213.556,90	2.366.011,51		2.366.011,51
	<u>2.291.217,57</u>	-	<u>2.291.217,57</u>	<u>2.452.614,31</u>	-	<u>2.452.614,31</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 existiam inventários no montante de € 1.627,18 e € 2.468,29, respetivamente, à guarda de terceiros. Tais inventários consistiam em artigos pertença do Museu entregues à consignação a outras entidades.

*Fig 1*

**Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção**

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

	2013		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	86.602,80	2.366.011,51	2.452.614,31
Compras	7.845,71	18.961.381,37	18.969.227,08
Regularizações	-6.816,32	-	-6.816,32
Saldo final	77.660,67	2.213.556,90	2.291.217,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9.971,52	19.113.835,98	19.123.807,50

	2012		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	93.592,43	2.649.772,33	2.743.364,76
Compras	4.363,52	20.224.471,45	20.228.834,97
Regularizações	-880,27	-	-880,27
Saldo final	86.602,80	2.366.011,51	2.452.614,31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.472,88	20.508.232,27	20.518.705,15

**Perdas por imparidade**

Não se verificou motivo para o registo de qualquer perda de imparidade em 2013. Em 2012 verificou-se a movimentação apresentada no quadro seguinte:

	2012				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Mercadorias					-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	6.639,68		-6.639,68		-
Produtos acabados e intermédios					-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					-
Produtos e trabalhos em curso					-
	6.639,68	-	-6.639,68	-	-



T  
2

## 12 ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2013			2012		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>Disponibilidades:</b>						
Caixa e equivalentes	2.938.141,44		2.938.141,44	1.730.679,38		1.730.679,38
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado:</b>						
Clientes	1.557.430,35	18.899,07	1.538.531,28	1.741.201,19	6.710,76	1.734.490,43
Adiantamentos a fornecedores	48.328,41		48.328,41	26.267,85		26.267,85
Acionistas/sócios	111.307,45		111.307,45	81.766,66		81.766,66
Outras contas a receber	17.793.001,23	2.268.538,38	15.524.462,85	18.569.301,31	1.923.971,13	16.645.330,18
	<u>19.510.067,44</u>	<u>2.287.437,45</u>	<u>17.222.629,99</u>	<u>20.418.537,01</u>	<u>1.930.681,89</u>	<u>18.487.855,12</u>
	<u>22.448.208,88</u>	<u>2.287.437,45</u>	<u>20.160.771,43</u>	<u>22.149.216,39</u>	<u>1.930.681,89</u>	<u>20.218.534,50</u>

A rubrica "Outras contas a receber" inclui: (i) o montante de € 9.624.284,81 (€ 12.925.108,18 em 2012) referente a verbas a receber de outros operadores do sistema de transportes (incluindo empresas do setor empresarial do Estado), fruto da repartição de receitas de passes; (ii) o montante a receber como compensação financeira para o passe escolar 4\_18 e sub23 no montante de € 192.890,10 (€ 183.391,77 em 2012); (iii) o montante a receber como compensação para o passe social +, no montante de € 583.331,87; (iv) o montante de € 1.295.163,87 a receber de subsídio do Programa de Apoio à Integração de Idosos (PAII) (Nota 27); (v) o montante de € 1.468.590,60 (€ 1.200.059,00 em 2012) referente a vendas de passes e títulos de transporte efetuados por concessionárias no mês de dezembro; e (vi) o montante de € 1.297.913,60 referente a depósitos em numerário à ordem do Juiz para garantir o pagamento de pensões de acidentes de trabalho, do qual a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa registou perdas por imparidade no montante de € 475.728,94 e utilizou € 118.973,38.

## 13 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

### Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital da Empresa subscrito e realizado é correspondente a 32.771.998 ações ordinárias nominativas cujo valor nominal é de € 4,99, é detido a 100% pelo Estado Português.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 26 de março de 2013, a aplicação do resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de € 64.299.284,88, foi transferido para resultados transitados.

T 2

#### Excedentes de revalorização:

O movimento do excedente de revalorização (rubrica "Excedentes de revalorização") no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis
<b>Saldo no início do período</b>	53.674.555,23
Revalorizações do período (Nota 5)	3.414.547,40
Impostos diferidos (Nota 9)	<u>-1.028.980,82</u>
<b>Saldo no final do período</b>	<u>56.060.121,81</u>

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de dezembro
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro.

Como resultado das revalorizações efetuadas (as quais fazem parte integrante do custo considerado dos bens sobre os quais incidiram estas reavaliações), as amortizações do exercício findo em 2013 foram aumentadas em € 160.048,56. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

#### Subsídios do Governo:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, na rubrica de "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

#### Distribuição de dividendos:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas/sócios quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis. Em 31 de dezembro de 2013 a Empresa não tinha no seu capital próprio qualquer montante passível de ser distribuível ao seu acionista.



J A N. B

## 14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	
Impostos	245.210,52		-245.210,52	-
Processos judiciais em curso	593.902,19	6.899.408,97		7.493.311,16
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.059.123,00		-5.423,00	1.053.700,00
Matérias ambientais	3.000,00			3.000,00
Outras provisões	336.643,54	33.055,76	-	369.699,30
	<b>2.237.879,25</b>	<b>6.932.464,73</b>	<b>-250.633,52</b>	<b>8.919.710,46</b>

	2012			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	
Impostos	237.084,15	8.126,37		245.210,52
Processos judiciais em curso	863.680,25		-269.778,06	593.902,19
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.066.245,00		-7.122,00	1.059.123,00
Matérias ambientais	3.000,00			3.000,00
Outras provisões	1.781.594,65		-1.444.951,11	336.643,54
	<b>3.951.604,05</b>	<b>8.126,37</b>	<b>-1.721.851,17</b>	<b>2.237.879,25</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica de provisões continha as responsabilidades inerentes às pensões de acidentes de trabalho, no montante de € 1.053.700,00 e € 1.059.123,00, respetivamente, de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999.

Em 2013, as provisões para "Processos judiciais em curso" foram reforçadas em € 6.899.408,97 em consequência de: (i) um processo instaurado pelo I.S.S. à Empresa exigindo o pagamento de verbas relativas a subsídio de desemprego (€ 517.890,60) suportados por aquela em detrimento da Empresa; e (ii) o montante de € 6.357.239,18 relativo às prestações vencidas em setembro e dezembro de 2013 relativas a dois instrumentos financeiros derivados, cujos montantes (líquidos) a pagar, naquela data, não foram pagos à instituição bancária com os quais foram contratados na sequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender esses pagamentos. Desta forma, o passivo vencido relativo a estes contratos encontra-se refletido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 encontra-se a decorrer um processo no Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira em causa contra o Estado Português. Deste processo podem decorrer custas para a Empresa, caso o desfecho deste processo seja desfavorável para a Empresa, não obstante, a Empresa entende que as mesmas não ascenderão a montantes que tenham uma expressão significativa nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Em 2012, o montante de € 1.444.951,11 referente a reversões de "Outras provisões" refere-se essencialmente à anulação da provisão para um processo relativo a IVA, em função da sua prescrição, no montante de € 854.251,25 e à extinção do prémio de condução defensiva no montante de € 348.469,00.

T  
A  
B

## 15 FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	3.665.614,09	4.172.741,67
Fornecedores, fat. em receção e conferência	795.353,58	684.856,05
Fornecedores de Investimento	639.570,15	1.285.316,01
	<u>5.100.537,82</u>	<u>6.142.913,73</u>

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro 2013 e 2012 são detalhados conforme se segue:

Entidade financiadora	2013			2012			Vencimento	Tipo amortiz.	
	Montante utilizado			Montante utilizado					
	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente			
<b>Empréstimos bancários:</b>									
Conta caucionada	BCP	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00				
Conta caucionada	BES	5.000.000,00		5.000.000,00	5.000.000,00				
Conta caucionada	BES	78.525.000,00	73.773.000,00	57.375.000,00	51.336.500,00				
Conta caucionada	BST	7.500.000,00	7.500.000,00	7.500.000,00	7.500.000,00				
Conta caucionada	BPI	25.000.000,00	25.000.000,00	25.000.000,00	25.000.000,00				
Conta caucionada	BCP	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00				
Conta caucionada	BP	1.865.009,82	1.865.009,82	3.000.000,00	3.000.000,00				
Conta caucionada	CGD	15.000.000,00	14.998.000,00	15.000.000,00	14.996.000,00				
Mútuos	BPI	41.255.000,00	41.255.000,00	19.955.000,00	19.955.000,00		14/03/2014		
Mútuos	BCP	54.319.084,96	54.319.084,96	23.380.804,96	23.380.804,96		30/01/2014		
Mútuos	CBI	7.500.000,00	7.500.000,00	-	-		27/03/2014		
Mútuos	CGD	106.248.740,00	106.248.740,00	55.345.000,00	55.345.000,00		02/01/2014		
Emp. MLP 60 M EUR	BEI	26.666.666,43	6.666.666,73	19.999.999,70	33.333.333,15	6.666.666,73	26.666.666,42	15/09/2017	semestral
Emp. MLP 30 M EUR	BEI	18.333.333,24	3.333.333,35	14.999.999,89	21.666.666,60	3.333.333,35	18.333.333,25	15/03/2019	semestral
Emp. MLP 100 M EUR	CGD	62.500.000,00	25.000.000,00	37.500.000,00	87.500.000,00	25.000.000,00	62.500.000,00	27/03/2016	semestral
Emp. MLP 90 M EUR	BPI	90.000.000,00		90.000.000,00	90.000.000,00		90.000.000,00	28/02/2021	semestral
Emp. MLP 215 M EUR	Aurora Fin.	86.000.000,00	34.400.000,00	51.600.000,00	120.400.000,00	34.400.000,00	86.000.000,00	17/05/2016	trimestral
Emp. MLP 120 M EUR	BBVA	120.000.000,00		120.000.000,00	120.000.000,00		120.000.000,00	30/07/2022	semestral
Emp. MLP 40 M EUR	BPI	25.000.000,00	10.000.000,00	15.000.000,00	35.000.000,00	10.000.000,00	25.000.000,00	07/04/2016	semestral
		<u>775.712.834,45</u>	<u>416.856.834,86</u>	<u>349.099.999,59</u>	<u>724.455.804,71</u>	<u>289.913.305,04</u>	<u>428.499.999,67</u>		
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>									
Contratos de locação financeira			5.596.895,63	5.373.398,80		5.502.497,72	10.979.024,97		
			-	5.596.895,63	5.373.398,80	-	5.502.497,72	10.979.024,97	
Encargos financeiros suportados na emissão de dívida bancária diferidos			(306.627,48)	(404.144,10)		(306.627,48)	(710.771,58)		
Encargos com gestão de financiamento da Aurora Finance			504.613,22			485.047,91			
Descoberto bancário						221.273,48			
		<u>775.712.834,45</u>	<u>422.851.716,23</u>	<u>354.069.254,29</u>	<u>724.455.804,71</u>	<u>295.816.396,67</u>	<u>438.788.253,06</u>		

Têm garantia do Estado Português os dois empréstimos do BEI de € 60.000.000,00 e € 30.000.000,00 a reembolsar em 18 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se as primeiras em 15 de março de 2009 e em 15 de setembro de 2010 e as últimas em 15 de setembro de 2017 e 15 de março de 2019, respetivamente.



T  
A

O empréstimo da CGD de € 100.000.000,00 celebrado em 27 de março de 2006 tem um período de carência de 6 anos e será reembolsado em 8 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 27 de setembro de 2012 e a última em 27 de março de 2016.

O empréstimo do BPI de € 90.000.000,00 tem garantia do Estado Português, e será reembolsado em 12 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se as primeiras em 27 de agosto de 2015 e em 27 de fevereiro de 2016, e as últimas em 27 de agosto de 2020 e 27 de fevereiro de 2021.

O empréstimo de € 215.000.000,00, com aval integral do Estado Português, foi contraído à Aurora Finance, BV, sediada em Amsterdão, que constitui um special purpose vehicle (SPV), emitente de um empréstimo obrigacionista do mesmo montante, tomado integralmente pelo Depfa, SA - ACS Bank sediado em Dublin. Este empréstimo prevê-se que seja reembolsado em 25 prestações trimestrais de € 8.600.000, com início em 17 de maio de 2010.

Em 30 de julho de 2010 foi contraído um empréstimo do BBVA de € 120.000.000,00 com garantia do Estado Português o qual será reembolsado em 12 prestações semestrais, constantes e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2017 e a última em 30 de julho de 2022.

O empréstimo do BPI de € 40.000.000,00 celebrado em 7 de abril de 2006 tem um período de carência de 5 anos e será reembolsado em 8 prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 7 de outubro de 2012 e a última em 7 de abril de 2016. O saldo deste empréstimo em 31 de dezembro de 2013 ascende a € 25.000.000,00 o qual não se encontra garantido pelo Estado Português.

O montante de € 504.613,22 em 31 de dezembro de 2013 (€ 485.947,91 em 2012) é relativo ao valor a pagar à Aurora Finance, BV pela gestão do financiamento contraído com esta entidade.

Existem créditos bancários concedidos e não sacados que podem ser utilizados sem restrições, no montante de € 9.756.000,00 (€ 6.042.500,00 em 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 os saldos em dívida dos empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas, na generalidade entre 0,287% e 2,393% (0,261% e 2,416% em 2012). Nesta mesma data os saldos utilizados dos empréstimos classificados como corrente (facilidades de tesouraria) venciam taxas anuais compreendidas no intervalo de 3,985% e 8,217% (4,692% e 8,202% em 2012).

Conforme referido na Nota 29, a Empresa tem responsabilidades por garantias prestadas a favor de diversas instituições bancárias para garantir empréstimos.

A parcela classificada como não corrente em 2013 e 2012 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2013		2012	
	Empréstimos	Locações Financeiras	Empréstimos	Locações Financeiras
2014	-	-	79.400.000,08	5.601.219,60
2015	86.900.000,08	4.157.795,51	86.900.000,08	4.162.418,21
2016	59.700.000,08	1.215.603,29	59.700.000,08	1.215.387,16
2017	44.999.999,58	-	44.999.999,58	-
2018	38.333.333,35	-	38.333.333,35	-
2019 e seguintes	119.166.666,50	-	119.166.666,50	-
	<u>349.099.999,59</u>	<u>5.373.398,80</u>	<u>428.499.999,67</u>	<u>10.979.024,97</u>

J. A. J.

Torna-se indispensável que a dívida de curto prazo seja consolidada de forma análoga às operações realizadas em 2005, 2006, 2009 e em 2010, visto que continuarão a ser realizados desembolsos significativos nos próximos anos.

O reembolso da dívida de médio e longo prazo ascenderá a 85 milhões de euros em 2014, a 91 milhões de euros em 2015, a 61 milhões de euros em 2016 e a 47 milhões de euros em 2017 (incluindo valores resultantes do plano de aquisição de frota em 2016), prosseguindo estes níveis de esforço financeiro até 2020.

Se nada se alterar em 2014, a Carris irá reembolsar 85 milhões de euros de empréstimos de médio e longo prazo com recurso a igual montante de dívida de curto prazo, a que irá acrescer o endividamento adicional de 2014, estimando-se que a dívida de curto prazo venha a representar em 2014 cerca de 66% do passivo remunerado.

A Carris, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, obteve em 2013 linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido, até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 133/2013 em 2 de dezembro, a Empresa está obrigada a solicitar à Tutela autorização para todas as operações de financiamento, quer se trate de contratação de novas linhas ou renovação das existentes.

A Administração da Carris entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Outras contas a pagar		
Remunerações a liquidar	7.130.865,94	4.765.784,97
Acréscimos de gastos - Juros de curto prazo	2.996.777,16	1.580.805,48
Acréscimos de gastos - Juros médio e longo prazo	1.371.167,38	1.580.250,54
Acréscimos de gastos - "Swaps"	77.720.233,83	114.664.622,64
Outros credores por acréscimos de gastos	663.301,09	138.254,01
Outros credores	512.871,78	359.261,29
	<u>90.395.217,18</u>	<u>123.088.978,93</u>

O aumento verificado na rubrica de "Remunerações a liquidar" resulta das medidas aprovadas no Orçamento retificativo para 2013 e no Orçamento de Estado para 2014, os quais passaram a prever a atribuição integral do subsídio de férias e de natal aos trabalhadores das empresas do setor empresarial do Estado, onde a Empresa se insere.



Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica "Acréscimos de gastos – 'Swaps'" respeita a instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor por resultados mediante avaliações efetuadas à data de relato pelas entidades bancárias com as quais aqueles foram contratados (tal como instruído pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP), como segue:

DESCRIÇÃO	2013	2012	VARIAÇÃO
SWAP Taxa de juro (215 Milhões de Euros)	-5.454.857,97	-10.382.239,00	4.927.381,03
SWAP Taxa de juro (90 Milhões de Euros)	-39.358.965,90	-63.435.792,39	24.076.826,49
SWAP Taxa de juro (100 Milhões de Euros)	-1.940.079,96	-3.891.711,25	1.951.631,29
SWAP Taxa de juro (100 Milhões de Euros)	-30.966.330,00	-36.954.880,00	5.988.550,00
	<u>-77.720.233,83</u>	<u>-114.664.622,64</u>	<u>36.944.388,81</u>

Foi celebrado com uma entidade bancária em outubro de 2005 um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 215.000.000,00, cabendo à Empresa efetuar pagamentos de juros trimestrais a taxas fixas de acordo com o seguinte plano:

- 1,90% - de 17-11-2005 até 19-02-2007
- 2,55% - de 19-02-2007 até 17-02-2009
- 3,60% - de 17-02-2009 até 17-02-2010
- 4,20% - de 17-02-2010 até 17-02-2011
- 4,50% - de 17-02-2011 até 17-02-2012
- 4,75% - de 17-02-2012 até 18-02-2013
- 5,00% - de 18-02-2013 até 17-05-2016

Por sua vez, a entidade bancária pagará à Empresa, nas mesmas datas, juros à taxa Euribor, 3 meses, com um *spread* de 7 bp na taxa flutuante.

Em 2006, foi igualmente celebrado com uma entidade bancária um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 90.000.000,00, com data de início em 15 de setembro, cabendo à Empresa efetuar pagamentos trimestrais à taxa inicial de 1,835% (a qual tem vindo a ser acrescida atendendo às bandas definidas contratualmente) e receber da entidade bancária pagamentos semestrais à taxa Euribor a 3 meses. Por indicação da tutela foram suspensos os pagamentos referentes a setembro e dezembro de 2013, no montante de € 5.454.563,48. A sua exigibilidade resultará de decisão internacional (Londres) e para fazer face a esta responsabilidade foi constituída provisão (Nota 14).

Em 2007, foi celebrado com uma entidade bancária um contrato SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 100.000.000,00, com data de início em 27 de março, cabendo à Empresa efetuar pagamentos trimestrais à taxa de 2,72% no 1º ano, 3,15% no 2º ano e 2,95%, acrescido de um *spread*, a partir do 3.º ano, recebendo da entidade bancária pagamentos semestrais à taxa Euribor para 6 meses. Por indicação da tutela foram suspensos os pagamentos referentes a setembro e dezembro de 2013, no montante de € 902.675,70. A sua exigibilidade resultará de decisão internacional (Londres) e para fazer face a esta responsabilidade foi constituída provisão (Nota 14).

Em 2007 foi igualmente celebrado com uma entidade bancária um contrato de SWAP de taxa de juro relativo ao empréstimo no montante de € 100.000.000,00, com data de início em 27 de julho, cabendo à Empresa efetuar pagamentos semestrais à taxa de 3,52% no 1º ano e de 3,52% acrescido de um *spread* nos anos seguintes e, receber da entidade bancária, pagamentos semestrais à taxa Euribor para 6 meses.

No decurso do exercício de 2009, a Empresa veio a proceder ao cancelamento deste contrato de SWAP, celebrando outro contrato, sobre o mesmo montante, com a mesma instituição financeira. Como contrapartida daquele cancelamento, a Empresa irá proceder trimestralmente e durante o prazo de 10 anos, com início em 10 de fevereiro de 2009, ao pagamento (sobre um montante teórico) da taxa Euribor para 3 meses (taxa de juro anual, considerando 360 dias) acrescido de um *spread* e a receber da entidade bancária, pagamentos trimestrais à taxa Euribor para 3 meses.

## 16 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	280.000,00		280.000,00	
Estimativa de imposto (Nota 9)	-59.537,84		-53.014,62	
Retenção na Fonte	33.573,20		27.454,34	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		557.909,52		463.353,49
Imposto sobre o valor acrescentado	1.359.827,05		1.979.022,27	
Contribuições para a Segurança Social	84.803,34	1.156.419,42	44.720,55	1.856.898,20
Outros impostos		180.445,67		192.213,61
	<u>1.698.665,75</u>	<u>1.894.774,61</u>	<u>2.278.182,54</u>	<u>2.512.465,30</u>

## 17 DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Em 2013 e em 2012 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Bilhetes e pré-comprados	70.527,03	98.446,70
Passes intermodais e gratuitos	-	464.224,55
Passes Carris	-	81.658,97
Vendas de passes em ATM's	96.998,01	58.208,49
Títulos interempresas	1.045.497,65	553.964,85
Outros rendimentos	30.328,20	30.328,20
	<u>1.243.350,89</u>	<u>1.286.831,76</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o montante inscrito na rubrica de "Títulos interempresas" respeita ao diferimento do rendimento com as vendas de títulos de transporte, nomeadamente passes, cuja utilização ocorrerá no mês seguinte.

Em 2012, no ativo, consta o valor de € 441.617,80, correspondente a prémios de seguros referentes ao exercício de 2013 a pagar por duodécimos ao longo do ano de 2013.



## 18 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

### Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência.

A avaliação atuarial do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012 pela Mercer. O valor presente da obrigação de benefícios definidos, o custo dos serviços correntes e dos serviços passados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2013	2012
Idade normal de reforma	66 anos	65 anos
Pensões de reforma	Pagas 14 vezes ao ano	Pagas 14 vezes ao ano
Tábua de mortalidade	TV73/77-1 para a população masculina e TV88/90 para a população feminina	TV73/77-1 para a população masculina e TV88/90 para a população feminina
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de desconto	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento dos salários	0% em 2014 2,0% (até 54 anos) 1,5% (após 55 anos incluindo)	2,0% (até 54 anos) 1,5% (após 55 anos incluindo)
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Percentagem de casados	80,00%	80,00%
Diferença etária para o cônjuge	3 anos (homem mais velho)	3 anos (homem mais velho)

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

	2013	2012
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo:		
Reformados e sobreviventes	83.144.942	100.325.909
Trabalhadores no ativo	9.214.949	17.101.419
	<u>92.359.891</u>	<u>117.427.328</u>

Relativamente aos valores das responsabilidades determinados pela avaliação reportada a 31 de dezembro de 2013, verifica-se que, em termos totais, existiu um decréscimo de cerca de 21,35% das responsabilidades por serviços passados, com a seguinte repartição:

- Responsabilidades dos ativos diminuíram cerca de 46,1%;
- Responsabilidades da população inativa (reformados e sobreviventes) diminuíram cerca de 17,3%.

*S. J. B.*  
A

Com referência a 31 de dezembro de 2013, na quantificação das responsabilidades com benefícios pós-emprego foi tida em consideração: (i) a alteração introduzida pelo Orçamento de Estado de 2014, no que se refere à suspensão de pagamentos de complementos de reformas para as empresas públicas que apresentem prejuízos; e (ii) a alteração da idade de reforma de 65 para 66 anos.

O detalhe da população abrangida pelo estudo atuarial em dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

População:	2013	2012
Ativos	2.291	2.427
Reformados	2.606	2.837
Sobreviventes	1.622	1.639
	<u>6.519</u>	<u>6.903</u>

O montante registado como rendimento na demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2013 é de € -10.538.339,10 (€ 2.983.456,60 em 31 de dezembro de 2012 registado como gasto) (Nota 21), respeita à variação do saldo da responsabilidade entre exercícios apurado pela Mercer e os pagamentos efetuados pela Carris aos pensionistas nos exercícios de 2013 e 2012, nos montantes de € 9.552.526,43 e € 10.936.248,60, respetivamente.

## 19 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

	2013		2012	
Vendas e serviços prestados				
Venda de bens	33.632,10		27.668,10	
Prestação de serviços	<u>88.890.733,23</u>	88.924.365,33	<u>84.974.694,10</u>	85.002.362,20
Subsídios à exploração				
Indemnizações compensatórias (inclui 4_18, sub23 e social +)	20.991.279,76		22.418.499,62	
Formação e transporte 3.ª idade	<u>1.298.136,71</u>	<u>22.289.416,47</u>	<u>700.441,88</u>	<u>23.118.941,50</u>
		<u>111.213.781,80</u>		<u>108.121.303,70</u>

	2013	2012
Serviço Público	86.536.114,21	82.518.108,61
Aluguercs	658.505,70	707.645,30
Aluguer de espaços para publicidade	600.000,18	800.000,00
Outras	<u>896.053,08</u>	<u>948.942,19</u>
	<u>88.890.733,23</u>	<u>84.974.694,10</u>

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, atribuídas pelo Governo à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, são registadas como subsídios à exploração no exercício em que são atribuídas.

T 4 B

Em 2013 as compensações financeiras atribuídas pelo Governo ascenderam a € 19.682.000,00 (€ 18.567.924,55 reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2013 de 4 de abril. Em 2012 foram atribuídas compensações no valor de € 20.682.000,00 (€ 19.511.320,78 reconhecido como rédito).

Em 2013 foi ainda atribuída pelo Governo uma compensação financeira para o passe escolar 4\_18 e sub23 no montante de € 1.104.979,54 (€ 1.042.433,54 reconhecido como rédito após dedução do IVA), sendo os correspondentes valores de 2012 de € 2.225.687,99 e € 2.099.705,57. Em 2013 foi ainda atribuída uma compensação financeira para o passe Social +, no montante de € 1.175.435,33 (€ 1.108.901,24 reconhecido como rédito após dedução do IVA). Foi ainda recebida uma compensação financeira para o passe Social +, referente ao quarto trimestre de 2012, no montante de € 288.341,66 (€ 272.020,43 reconhecido como rédito após dedução do IVA no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, dado que em 31 de dezembro de 2012 a Empresa tinha incerteza quanto ao montante do mesmo).

## 20 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013	2012
Serviços Especializados	13.789.303,16	13.771.348,28
Materiais	92.248,26	104.615,57
Energia e Flúidos	1.249.689,46	1.251.125,83
Deslocações, Estadas e Transportes	83.021,52	77.513,76
Serviços Diversos	4.656.748,25	4.674.968,98
	<u>19.871.010,65</u>	<u>19.879.572,42</u>

## 21 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	163.663,95	253.830,10
Remunerações do pessoal	46.034.682,22	40.752.667,04
Benefícios pós-emprego:		
Benefícios definidos (Nota 18)	-10.538.339,10	2.983.456,60
Indemnizações	10.000,00	13.936,75
Encargos sobre remunerações	11.075.246,93	9.807.314,00
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais.	485.213,67	467.338,55
Gastos de ação social	169.775,67	167.166,78
Outros	327.000,87	486.073,77
	<u>47.727.244,21</u>	<u>54.931.783,59</u>



A rubrica "Remunerações dos órgãos sociais" no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 inclui o montante de € 144.616,48 (€ 233.107,90 em 2012) relativo a remunerações do Conselho de Administração.

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 2.335 empregados, todos com contratos sem prazo (2.486 em 2012).

Adicionalmente informa-se que o número de efetivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 eram respetivamente de 2.255 e 2.396.

## 22 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 5)	18.470.608,74	18.550.665,85
Ativos Intangíveis (Nota 7)	366.645,14	617.907,97
<b>Saldo</b>	<b>18.837.253,88</b>	<b>19.168.573,82</b>

## 23 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	1.797.788,22	1.596.575,37
Descontos de pronto pagamento obtidos	200,69	346,03
Ganhos em inventários	218,95	478,41
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	38.106,51	52.460,05
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	598.319,69	23.284,44
Reconhecimento subsídios ao investimento (Nota 27)	239.612,16	329.791,72
Outros	132.708,01	114.755,48
	<b>2.806.954,23</b>	<b>2.117.691,50</b>

Os "Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros" referem-se, essencialmente, a rendimentos de títulos da dívida pública e os referidos em "Investimentos não financeiros", à alienação de ativos fixos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2013, os "Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros" respeitam às mais-valias geradas pela alienação de diversos autocarros no decurso do exercício de 2013.

T A J

## 24 OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 2012 é conforme se segue:

	2013	2012
Impostos	600.209,66	495.465,58
Dívidas incobráveis	1.018,49	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	153.170,74	59.746,66
Outros	168.230,83	295.898,69
	<u>922.629,72</u>	<u>851.110,93</u>

Os "Gastos e perdas em investimentos não financeiros" referem-se na sua totalidade a alienações de ativos fixos tangíveis.

## 25 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são detalhados conforme se segue:

	2013	2012
Juros suportados		
Financiamentos bancários	24.690.261,11	21.367.650,11
Locações financeiras	221.637,73	402.834,96
Empréstimos obrigacionistas	-	-
Outros gastos de financiamento (a)	<u>20.662.288,10</u>	<u>48.424.784,50</u>
	<u>45.574.186,94</u>	<u>70.195.269,57</u>

(a) Inclui essencialmente gastos com "Swaps".

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2013 e 2012 são detalhados conforme se segue:

	2013	2012
Juros obtidos de depósitos em instituições de crédito	1.087,98	1.720,13
Outros rendimentos similares ("Swaps")	<u>36.944.388,81</u>	<u>8.019.376,47</u>
	<u>36.945.476,79</u>	<u>8.021.096,60</u>

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de "Outros rendimentos similares" respeita à variação da avaliação dos "swaps" entre 31 de dezembro de 2012 e 2013 (Nota 15).

T R B

## 26 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pelo Estado Português.

Durante o exercício de 2013 foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração no montante de € 144.616,48 (€ 233.107,90 em 2012).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2013						
	Vendas de inventários	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:						
Subsidiárias						
CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	380.647,85	156.600,00	1.207.385,14	17.825,45	32.161,32	634.028,74
AURORA FINANCE, BV						51.665,31
Associadas						
PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL, SA			600.000,00			
Outras partes relacionadas						
CARRIBUS - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	373.061,82	2.400,00	454.642,62	6.043,71	335.794,20	8.108.332,81
	<u>753.709,67</u>	<u>159.000,00</u>	<u>2.262.037,76</u>	<u>23.869,16</u>	<u>367.955,52</u>	<u>8.794.026,86</u>
2012						
	Vendas de inventários	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:						
Subsidiárias						
CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.		40.122,98	1.122.946,47	44.839,19	43.939,74	743.610,36
AURORA FINANCE, BV						69.044,18
Associadas						
PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL, SA			800.000,00			
Outras partes relacionadas						
CARRIBUS - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	374.302,39		313.580,83	20.564,49	449.679,68	8.250.283,64
	<u>374.302,39</u>	<u>40.122,98</u>	<u>2.236.527,30</u>	<u>65.403,68</u>	<u>493.619,42</u>	<u>9.062.938,18</u>

T A J

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2013				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Contas a pagar financiamentos	Total contas a pagar
Subsidiárias				
CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	194.277,24	62.789,04		62.789,04
AURORA FINANCE, B V		30.166,89	86.504.613,22	86.534.780,11
Associadas				
PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL, SA	1.518.082,00			
Outras partes relacionadas				
CARRISBUS-Manutenção, Reparação e Transportes, SA	147.333,62	1.400.349,83		1.400.349,83
	<u>1.859.692,86</u>	<u>1.493.305,76</u>	<u>86.504.613,22</u>	<u>87.997.918,98</u>

2012				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Contas a pagar financiamentos	Total contas a pagar
Subsidiárias				
CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	415.778,60	564.366,46	2.596,91	566.963,37
AURORA FINANCE, B V		37.534,70	120.886.947,91	120.923.482,61
Associadas				
PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL, SA	1.054.307,20			
Outras partes relacionadas				
CARRISBUS-Manutenção, Reparação e Transportes, SA	54.661,91	711.408,38		711.408,38
	<u>1.524.747,71</u>	<u>1.313.309,54</u>	<u>120.888.544,82</u>	<u>122.201.854,36</u>



## 27 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

2013					
	Montante Atribuído em Anos Anteriores	Montante Atribuído no Ano	Montante Recebido	Montante por Receber (Nota 12)	Rébito do Período
<b>Subsídios à Exploração</b>	<b>183.391,77</b>	<b>23.639.749,72</b>	<b>21.751.755,65</b>	<b>2.071.385,84</b>	<b>22.289.416,47</b>
Indemnização Compensatória	0,00	19.682.000,00	19.682.000,00	0,00	18.567.924,55
Indemnização Compensatória - 4_18 e Sub23	183.391,77	1.104.979,54	1.095.481,21	192.890,10	1.042.433,54
Indemnização Social +	0,00	1.463.776,99	880.445,12	583.331,87	1.380.921,67
Programa de Apoio à Integração de Idosos	0,00	1.295.163,87	0,00	1.295.163,87	1.221.852,71
Formação de Pessoal	0,00	93.829,32	93.829,32	0,00	76.284,00
<b>Subsídios Relacionados com Ativos (a)</b>	<b>150.000,00</b>	<b>257.328,70</b>	<b>407.328,70</b>	<b>0,00</b>	<b>239.612,16</b>
	333.391,77	23.897.078,42	22.159.084,35	2.071.385,84	22.529.028,63

(a) Reconhecido por contrapartida da rubrica de "Outras variações no capital próprio".

2012					
	Montante Atribuído em Anos Anteriores	Montante Atribuído no Ano	Montante Recebido	Montante por Receber (Nota 12)	Rébito do Período
<b>Subsídios à Exploração</b>	<b>1.034.532,03</b>	<b>24.528.175,44</b>	<b>25.379.315,70</b>	<b>183.391,77</b>	<b>23.118.941,50</b>
Indemnização Compensatória	0,00	20.682.000,00	20.682.000,00	0,00	19.511.320,78
Indemnização Compensatória - 4_18 e Sub23	1.034.532,03	2.225.687,99	3.076.828,25	183.391,77	2.099.705,57
Indemnização Social +	0,00	855.921,67	855.921,67	0,00	807.473,27
Programa de Apoio à Integração de Idosos	0,00	604.684,70	604.684,70	0,00	570.457,26
Formação de Pessoal	0,00	159.881,08	159.881,08	0,00	129.984,62
<b>Subsídios Relacionados com Ativos (a)</b>	<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>329.791,72</b>
Subsídio do FEDER					299.791,67
Subsídio do PIDDAC		150.000,00		150.000,00	30.000,05
	1.034.532,03	24.678.175,44	25.379.315,70	333.391,77	23.448.733,22

(a) Reconhecido por contrapartida da rubrica de "Outras variações no capital próprio".

## 28 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

Contratualmente o Revisor Oficial de Contas terá direito a faturar € 18.817,48 relacionados com a revisão legal das contas do ano de 2013. Durante o exercício de 2013 foram faturados € 4.704,37 referentes ao quarto trimestre de 2012, e € 18.817,48 referentes a 2013.

### Despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores:

Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, no exercício de 2013, as seguintes:

	2013	2012
Custo das Matérias Consumidas	810,25	1.100,48
Fornecimentos e serviços externos	77,22	226,91
Custos com o Pessoal	508.161,85	508.313,69
Amortizações do imobilizado corpóreo	67,45	-
	<u>509.116,77</u>	<u>509.641,08</u>

Houve, em média, dez trabalhadores afetos, a tempo inteiro, a estas estruturas em 2013 e 2012.

## 29 GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 25.521.519,69 e € 25.489.972,50, respetivamente, conforme segue:

	2013	2012
Garantias a favor da D. G. Impostos	2.718.515,88	2.718.515,88
Garantias a favor dos tribunais	581.843,66	543.109,62
Garantias a favor de outras entidades <sup>(1)</sup>	22.221.160,15	22.228.347,00
	<u>25.521.519,69</u>	<u>25.489.972,50</u>

<sup>(1)</sup> Essencialmente ao abrigo de contratos de locação financeira

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 existem ainda garantias, sob a forma de livranças, a favor de diversas instituições bancárias, para garantir empréstimos, no montante de € 43.744.196,85 e € 80.059.689,01. A diminuição ocorrida no exercício resulta do esforço realizado pela Empresa na restituição de livranças associadas a empréstimos findos em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as garantias a favor das autoridades tributárias derivam essencialmente de um processo de IVA declarado, o qual prescreveu em 2012 e do qual a Empresa encontra-se a efetuar diligências para que se proceda à sua restituição.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
  


O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  




RELATÓRIO E  
PARECER DO  
CONSELHO  
FISCAL

carris 

Transportes de Lisboa



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CARRIS –  
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A.**

**EXERCÍCIO DE 2013**

**1. INTRODUÇÃO**

O Conselho Fiscal (CF) signatário foi eleito em Assembleia Geral (AG) realizada em 23 de agosto de 2012.

De acordo com o modelo de fiscalização decorrente do artigo 413º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e com o artigo 16º dos Estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (CARRIS), que contemplam, além do CF, o Revisor Oficial de Contas (ROC), estes órgãos mantiveram e desenvolveram um entendimento de cooperação mútua, com respeito pela independência e responsabilidade próprias, cooperação essa que envolveu a troca de informações e de posições técnicas tendo em vista designadamente evitar intervenções redundantes, de sobreposição ou zonas brancas relevantes na área da fiscalização.

O CF teve ainda em conta as competências que lhe advêm do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico de Sector Público Empresarial (SPE), aprovado pelo Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, do disposto no Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo DL n.º 158/2009, de 13 de julho, do artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, diploma que aprovou medidas adicionais de consolidação orçamental, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e ainda das orientações tutelares ao longo do exercício.

**2. METODOLOGIA ADOTADA**

O método adotado consistiu na aposta de cooperação estreita, franca e leal entre o Conselho de Administração (CA) da CARRIS, o CF e o ROC, bem expresso na pronta disponibilização de informação, bem como na imediata prestação dos esclarecimentos solicitados.

**3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA**

O CF exerceu a sua atividade de acordo com a lei, os estatutos e as boas práticas em matéria de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos da Sociedade.

Tendo em conta o modelo organizacional da CARRIS, designadamente a presença do CA, como órgão colegial, na orientação estratégica e operacional da Empresa e na decisão e monitorização dos impactos das decisões, o CF analisou todas as atas do CA, num total de 35 apreciou os documentos de reporte periódico da Sociedade, nomeadamente, relatórios de execução orçamental (trimestrais) e relatórios financeiros e estatísticos e de investimento (ambos mensais), analisou os relatórios semestrais do Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança (auditoria interna), acompanhou a



## Conselho Fiscal

evolução dos principais indicadores de atividade e económicos, nomeadamente quanto à sua consistência com as orientações estratégicas definidas pelo acionista Estado, tendo ainda elaborado, em conjunto com o ROC, os relatórios trimestrais que versaram sobre relatórios do CA com a mesma periodicidade e que apresentou à tutela financeira e ao CA, nos termos dos normativos em vigor.

### 4. PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

#### 4.1. Modelo global de gestão

O CA é composto por três vogais, com competências distribuídas por pelouros, tendo o seu presidente cessado funções em 7 de junho de 2013, conforme Resolução de Conselho de Ministros n.º 40/2013, publicada no Diário da República n.º 115, de 18 de junho de 2013.

Na linha da prática já assumida pelo CA, este órgão social intervém de uma forma geral em toda a atividade estratégica, operacional e de controlo dos negócios da empresa. As suas decisões são em geral amparadas por propostas dos administradores responsáveis pelos respetivos pelouros, não sendo identificáveis elementos distintos de desempenho qualitativos ou quantitativos que permitam diferenciar qualitativa ou quantitativamente o mérito individual de cada um dos administradores, num desempenho que é globalmente de rigor, qualificado e muito positivo, sendo de atribuir a todos a nota de elevado desempenho, baseado no espírito de equipa dos membros do CA e a liderança protagonizada pelo seu presidente.

O exercício de 2013 agora apreciado foi influenciado significativamente pelas incidências que a situação económica, financeira e orçamental vivida no país projetou na CARRIS, com relevo para a imposição de cortes salariais, turbulência nos mercados financeiros com repercussões nas dificuldades de acesso ao crédito, subida do seu custo, as obrigações decorrentes dos contratos swap, pressão de orientações tutelares no sentido de redução de custos e participação no planeamento de medidas de oferta de serviço e de tarifário (decorrentes do novo plano estratégico para os transportes na região de Lisboa).

Nesse contexto, o CA persistiu com o plano de contenção, nas várias componentes dos custos da empresa, contemplando as medidas restritivas da Lei do Orçamento de Estado para a Administração Pública e para o Sector Público Empresarial, às quais a CARRIS deu integral cumprimento.

A taxa de redução de pessoal atingiu 18,6% que compara com a meta estabelecida pelo n.º 2 do artigo 63º do Orçamento de Estado para 2013, aprovado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, o qual determinou uma redução de 20 % face a 1/01/2011 (em 2011 o respetivo número foi de 2.634), situando-se o efetivo global em 2.255.

Igualmente, mantiveram-se as medidas de racionalização do serviço prestado, refletindo as exigências apresentadas pelo Grupo de Trabalho constituído pelo Despacho 13370/2011, do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações com o objetivo de adequação da rede de transportes coletivos e simplificação do sistema de tarifário da área de Lisboa. Salienta-se que, no âmbito da



## Conselho Fiscal

integração operacional da CARRIS/METRO, desde 1 de janeiro de 2013 que os clientes passaram a usufruir de um tarifário comum (Passe Navegante e Bilhete viagem CARRIS/METRO), foi disponibilizado um centro de atendimento comum, um diagrama comum, para visualização integrada das linhas do metropolitano e as principais carreiras de autocarros e elétricos. Também neste ano a CARRIS em articulação com a METRO desenvolveu um programa que teve em vista a partilha de meios humanos e materiais existentes nas áreas centrais das duas empresas, nomeadamente de marketing e logística, e a contratação partilhada do fornecimento de bens e serviços.

Decorrente destas medidas, a evolução da oferta de serviço público, em termos de veículos/km, apresentou um decréscimo de 4,8% relativamente a 2012, consequência de várias medidas de ajustamento da oferta designadamente alterações na rede e frequências das carreiras.

O CA aprovou os valores base, constantes em mapas apresentados pelo Diretor do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, tendo em vista a definição dos pressupostos para elaboração do orçamento de exploração para 2014.

De referir ainda que se mantém alguma indefinição quanto à forma de concretização do plano estratégico do setor dos transportes, nomeadamente eventuais fusões empresariais que envolvam a CARRIS, o que torna compreensível o tipo de abordagem das previsões da CARRIS no capítulo orçamental para o ano de 2014.

### 4.2. Cumprimento das obrigações legais do SPE

O CF, conforme estipulado no artigo 420º do CSC, acompanhou, em articulação com o ROC, a gestão e a atividade desenvolvida pela sociedade, através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e de reuniões com a Administração e demais responsáveis pelos serviços, nas quais foram abordados assuntos de interesse para a sociedade, podendo assim emitir o parecer e conclusão expressos neste documento.

#### 4.2.1. Cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

De acordo com os documentos de prestação de contas elaborados pela empresa, foram cumpridas as reduções remuneratórias relativamente aos órgãos sociais e aos restantes trabalhadores, conforme estabelecido pelo artigo 27º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, diploma que aprovou a Lei de Orçamento de Estado para 2013.

3  




## Conselho Fiscal

### 4.2.2. Aferição do cumprimento da exigência constante no n.º 1 do artigo 54º do RJSPE.

A CARRIS apresentou o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2013, de onde constam:

- a) As obrigações e responsabilidades das empresas do sector público empresarial, designadamente as constantes dos artigos 43º a 50º do RJSPE - de divulgação de informação; o modo como foi prosseguida a sua missão, grau de cumprimento dos seus objetivos, forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, um código de ética, que contempla exigentes comportamentos éticos e deontológico, e define uma política de recursos humanos e promoção da igualdade;
- b) Prevenção de conflitos de interesse, através de declarações de independência de cada um dos membros do CA;
- c) Divulgação, no sítio na internet da CARRIS, de informações que, nos termos do RJSPE, estão sujeitas a divulgação pública.

### 4.3. Áreas específicas

O relatório do CA desenvolve com abrangência, fidelidade, profundidade e acessibilidade a evolução das áreas específicas da vida da Sociedade, o que facilita a compreensão dos resultados do desempenho anual. Essas áreas, arrumadas por capítulos como, serviço prestado, recursos humanos, recursos materiais e tecnologias, recursos financeiros, resultados económicos, governo societário e decisões mais relevantes adotadas pelo Conselho de Administração, apresentam também as perspetivas a curto prazo da CARRIS, constantes do capítulo 10.

## 5. ACOMPANHAMENTO E CONTROLO

A CARRIS dispõe de uma unidade segregada de controlo interno designada como Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança, colocado na direta dependência do CA. A atividade anual deste Serviço encontra-se refletida em dois relatórios semestrais de auditoria interna.

A CARRIS dispõe ainda de um auditor externo contratado, a Deloitte & Associados, SROC, SA, o qual emitiu no seu relatório de auditoria, a opinião de que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CARRIS, em 31 de dezembro de 2013, bem como o resultado das suas

15) <sup>4</sup> 

## Conselho Fiscal

operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A CARRIS dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, credível, de uma norma específica para definir a atividade de seleção, avaliação e qualificação de fornecedores de bens e serviços, disponibilizou no seu site na Internet informação com impacto no capítulo da transparência e apresenta um modelo de gestão e pratica um processo de decisão (como supra descrito), ele próprio portador de transparência e indutor de boas práticas. Dispõe, ainda, de diversos Planos de Gestão de Riscos (ver ponto 8 do relatório de boas práticas), conforme o risco em causa (Plano de Emergência Interna; Plano de Gestão de Emergência e de Contingência de Veículos em Exploração; Sistema de Gestão Ambiental).

O ROC acompanhou os negócios e registos da CARRIS, articulando a sua atividade com o CF nos termos acima referidos, produziu relatórios trimestrais em conjunto com o CF e o seu qualificado e abrangente relatório anual, bem como a certificação legal das contas do exercício de 2013, sem reservas, e com as três ênfases que aqui se dão como reproduzidas. Dirigiu ainda o ROC, bem como a Deloitte, ao CF a declaração conforme ao artigo 62º-B do Estatuto da Ordem dos ROC, aprovado pelo DL n.º 224/2008, de 20 de novembro, relativo ao trabalho de auditoria às contas de 2012 da CARRIS.

## 6. SITUAÇÃO FINANCEIRA

O Relatório e Contas do CA refletem com fidelidade a situação económica, financeira e patrimonial da CARRIS, sendo de realçar o seguinte:

- As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o DL n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, contudo, refletem apenas as contas individuais da Sociedade. De facto, a CARRIS não apresentou demonstrações financeiras consolidadas, reportadas a 31 de dezembro de 2013, por considerar que os efeitos da consolidação das subsidiárias Aurora Finance, BV e Carristur, Lda. não são materialmente relevantes;
- Os rendimentos de exploração cresceram cerca de 2,5%, em consequência dos rendimentos dos títulos de transporte terem aumentado 4,2% (passando de 85,8 para 89,3 milhões de euros), já que as indemnizações compensatórias (IC) atribuídas pelo Estado diminuíram 4,8% (passando de 19,5 para 18,6 milhões de euros). De referir

5  


### Conselho Fiscal

que o ajustamento tarifário médio foi de 1,07% e que, a partir do último trimestre do ano, assistiu-se a uma ligeira recuperação da procura;

- O resultado operacional registou uma evolução favorável (140,5%), que se traduziu numa variação absoluta de 3,6 milhões de euros, passando de - 2,6 milhões de euros para 1,0 milhões de euros, decorrente do efeito conjugado do acréscimo dos proveitos (1,8 milhões de euros) e da redução dos gastos (1,7 milhões de euros);
- O investimento realizado ascendeu a 2,6 milhões de euros, representando uma diminuição de 0,7 milhões de euros, em resultado das medidas de contenção financeira que a CARRIS tem implementado. Cerca de 85% dos investimentos referem-se a reparações inadiáveis nos veículos da frota de serviço público e nas infraestruturas de elétricos;
- Os gastos e perdas de financiamento atingiram o montante de 45,6 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 24,6 milhões de euros (- 35,0%) face ao exercício anterior, apesar do acentuado aumento dos spreads em resultado da substituição de dívida de médio e longo prazo por dívida de curto prazo. De realçar também que naqueles gastos estão incluídas as perdas com swaps para cobertura de risco com taxas de juro as quais registaram uma quebra acentuada, superior a 20 milhões de euros face a 2012. De facto, em dois dos quatro swaps contratados encontram-se suspensos os pagamentos que deveriam ter ocorrido em setembro e dezembro de 2013, no total de 6,4 milhões de euros, aguardando decisão de processo judicial em curso, entre o Estado Português e o banco contraparte, tendo a CARRIS constituído uma provisão desse montante;
- O resultado líquido situou-se em - 7,0 milhões de euros (evolução favorável de 89,1% face aos - 64,3 milhões de euros do exercício anterior), agravando ligeiramente os capitais próprios que, assim, à data de 31 de dezembro de 2013 se situaram em - 870,5 milhões de euros. Neste contexto, nos termos do disposto do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, a continuidade da empresa está dependente das medidas que vierem a ser adotadas pelo Estado na qualidade de acionista único;

A atual estrutura financeira da CARRIS, já muito desequilibrada, tenderá a piorar na medida em que a empresa continuar a financiar a sua atividade corrente com recurso ao sistema financeiro, sobretudo sendo através de endividamento de muito curto prazo. De realçar que está previsto para

6





## Conselho Fiscal

2014 o reembolso de 79,4 milhões de euros de empréstimos de médio e longo prazo, com recurso a financiamentos de curto prazo. Àquele valor acrescerá o endividamento adicional de 2014, estimando-se que a dívida de curto prazo venha a representar cerca de 66% do passivo remunerado, situação que implicará um acréscimo significativo dos gastos financeiros.

### 7. PARECER

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas realizada pela SROC Alves da Cunha, A. Dias & Associados, bem como do parecer dos auditores externos Deloitte & Associados, SROC, SA, os quais merecem a nossa concordância.

O CF analisou as demonstrações financeiras preparadas em conformidade com os princípios geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem a verdadeira situação patrimonial e financeira da CARRIS a 31 de dezembro de 2013 e o modo como se formaram os resultados do exercício findo naquela data.

No âmbito das nossas funções, verificamos que, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo, apresentados pela CARRIS, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Sociedade, dos seus resultados e fluxos de caixa.

O Relatório e Contas de 2013 é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos.


Assim, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

- Seja aprovado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2013 apresentado pelo Conselho de Administração da CARRIS;
- Sejam aprovadas as demonstrações financeiras atentas as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas emitida pela SROC Alves da Cunha, A. Dias & Associados;
- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados formulada pelo CA no seu Relatório.

**Lisboa, 6 de março de 2014**

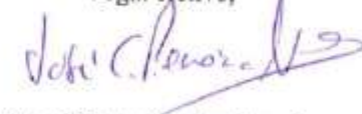
O Conselho Fiscal

Presidente,



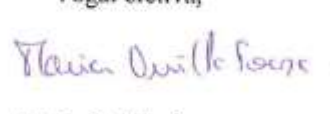
(José Emílio Castel-Branco)

Vogal efetivo,



(José Carlos Pereira Nunes)

Vogal efetiva,



Maria Onilda Sousa



CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DAS  
CONTAS

carris 

Transportes de Lisboa



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 117.123.058 euros e um total de capital próprio negativo de 870.526.611 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.038.931 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas





em juízos e critérios definidos pela Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.* em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### **Ênfases**

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos n.ºs 7 e 8, chamamos a atenção para as seguintes situações:



9.1. A actividade de exploração de transportes colectivos de superfície que a CARRIS desenvolve na cidade de Lisboa tem vindo a gerar elevados prejuízos, não obstante as indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado como contrapartida da prestação de um serviço público com tarifas fixadas administrativamente, as quais em 2013 atingiram 20.991.280 euros. Apesar da melhoria que se tem vindo a observar nos resultados operacionais dos últimos anos estes têm sido ainda muito insuficientes para fazer face aos juros de financiamento suportados. Como consequência, o Capital próprio em 31 de Dezembro de 2013 apresenta-se negativo no montante de 870.526.611 euros, pelo que, nos termos do disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, a continuidade da Empresa está dependente das medidas que vierem a ser adoptadas pelo Estado na qualidade de accionista único.

9.2. A rubrica 'Outras contas a pagar' em 31 de Dezembro de 2013 inclui o montante de 77.720.234 euros respeitante a instrumentos financeiros "swaps" registados ao justo valor por resultados. Em dois dos quatro "swaps" contratados encontram-se suspensos por ordem da tutela os pagamentos que deveriam ter ocorrido em Setembro e Dezembro de 2013 no total de 6.357.239 euros, aguardando a decisão do processo que se encontra em curso em tribunal internacional (Londres) entre o Estado Português e o Banco contraparte, tendo a Empresa constituído uma provisão desse montante (vide Notas 14 e 15 do Anexo às demonstrações financeiras).

9.3. Conforme referido na Nota 1 do Anexo às demonstrações financeiras, a CARRIS apenas elaborou contas individuais, por considerar que o efeito da consolidação das subsidiárias, apresentadas na Nota 8 do Anexo, não seria materialmente relevante.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por José Duarte Assunção Dias



## RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA

Ex.<sup>mo</sup> Conselho de Administração e

Ex.<sup>mo</sup> Conselho Fiscal da

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.,**

1. Procedemos à revisão legal das contas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., (doravante designada abreviadamente por CARRIS), relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.
2. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
  - 2.1. Contactos regulares com os principais responsáveis e leitura da documentação considerada relevante, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
  - 2.2. Contactos regulares com o Conselho Fiscal nas quais relatámos os nossos trabalhos de revisão à medida que estes foram sendo desenvolvidos e prestámos os esclarecimentos que foram solicitados, tendo em vista habilitar este órgão de fiscalização no exercício das suas funções, designadamente as previstas no n.º 2 do art. 420º do Código das Sociedades Comerciais.
  - 2.3. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo.
  - 2.4. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
  - 2.5. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de compras de bens e serviços, contas a receber e a pagar, activos fixos tangíveis, activos intangíveis e gastos com o pessoal, tendo sido efectuados os testes de controlo apropriados.





2.6. Acompanhámos ainda a execução orçamental da CARRIS ao longo do ano, tendo emitido em conjunto com o Conselho Fiscal os correspondentes relatórios trimestrais, os quais foram oportunamente enviados à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças tal como legalmente previsto.

2.7. Realização dos testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos, entre os quais entendemos destacar os seguintes:

a) Disponibilidades – Depósitos à ordem: Foram efectuados pedidos de confirmação de saldos a 17 instituições bancárias em que a CARRIS tem 24 contas bancárias, com referência a 31/12/2013 (procedimento efectuado em conjugação com os auditores externos). Foram obtidas 9 respostas, correspondentes a 14 contas bancárias, das quais 2 concordantes e 12 discordantes. Para os casos em que as respostas foram discordantes obtivemos as respectivas reconciliações bancárias preparadas pela Empresa. Para as contas em que não houve resposta, solicitámos os extractos bancários, com referência a 31/12/2013, bem como as respectivas reconciliações bancárias, tendo os resultados obtidos sido satisfatórios;

b) Clientes e outros devedores: Foram efectuados 16 pedidos de confirmação de saldos de clientes e outros devedores, com referência a 31/10/2013, com excepção para as empresas do grupo cuja referência foi 31/12/2013 (procedimento efectuado em conjugação com os auditores externos). Houve 13 respostas, das quais 7 concordantes e 6 discordantes. Para os casos em que as respostas foram discordantes obtivemos as respectivas reconciliações de saldos preparadas pela Empresa. Nos casos em que não houve resposta, recorreremos a processos de análise alternativos, tais como a análise dos extractos contabilísticos de cada cliente e da respectiva antiguidade de saldos. **Das respostas obtidas salientamos a existência de 7 facturas emitidas entre 2000 e 2012, no montante total de 72.020,87 euros, contabilizadas pela CARRIS e não consideradas pela CP, situação que deverá merecer a atenção da CARRIS, no sentido de continuar a insistir com a CP para a regularização do saldo em aberto.** Analisámos igualmente os ajustamentos ao valor das contas a receber de clientes e outros devedores, cuja rubrica de 'Perdas por

2/5



- imparidade acumuladas* ascendia em 31/12/2013 a 2.287.437,45 euros, sendo este saldo maioritariamente composto pela dívidas da Câmara Municipal de Lisboa (1.748.482,92 €) e do Metropolitano de Lisboa (402.539,37 €) com mais de 2 anos;
- c) Fornecedores e outros credores: Foram efectuados 21 pedidos de confirmação de saldos de fornecedores e outros credores, com referência a 31/12/2013 (procedimento efectuado em conjugação com os auditores externos). Foram recepcionadas 12 respostas, das quais 1 concordante e 11 discordantes. Para os casos em que as respostas foram discordantes obtivemos as respectivas reconciliações de saldos preparadas pela Empresa. Nos casos em que não houve resposta, recorreremos a processos de análise alternativos, tais como a análise dos extractos contabilísticos de cada fornecedor e da respectiva antiguidade de saldos;
- d) Estado e outros entes públicos: Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e CGA, tendo os resultados obtidos sido satisfatórios;
- e) Financiamentos obtidos: Conferência dos saldos de empréstimos bancários e locações financeiras através de pedidos de confirmação de saldos, com referência a 31/12/2013 (procedimento efectuado em conjugação com os auditores externos);
- f) Outras contas a receber e a pagar: **(a)** Confirmação do saldo da rubrica '*Acréscimos de gastos – Swaps*', o qual se encontra registado ao justo valor a 31/12/2013 de acordo com avaliações efectuadas pelas entidades bancárias respectivas, com excepção para o contratualizado com o BPN, cuja avaliação foi efectuada pela Parvalorem; **(b)** Análise da avaliação actuarial efectuada por entidade externa relativamente aos planos de benefícios pós-emprego; **(c)** Teste ao registo de passivos por impostos diferidos relativos às reavaliações de activos fixos tangíveis.
- Provisões: Foi efectuado um pedido de confirmação directa ao Gabinete de Contencioso de informações sobre litígios ou acções judiciais pendentes (procedimento efectuado em conjugação com os auditores externos), tendo-se posteriormente confirmado a respectiva resposta com a provisão existente para os processos judiciais em curso. Foram igualmente analisadas as restantes provisões,

 3/5



nomeadamente a das pensões para acidentes de trabalho, a qual está de acordo com o estudo actuarial efectuado por entidade externa;

- g) Inventários: **(a)** Obtenção das contagens físicas realizadas ao longo do ano pelo Gabinete de Auditoria, Qualidade e Segurança; **(b)** Teste à valorização dos combustíveis a 31/12/2013, tendo os resultados obtidos sido satisfatórios; **(c)** Teste ao apuramento do '*Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*';
- h) Investimentos financeiros: Obtenção das demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas e correspondente teste à equivalência patrimonial. **Deverá a Empresa considerar futuramente a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, com vista a uma melhor apresentação da situação económica e financeira do grupo constituído pela CARRIS e as suas subsidiárias;**
- i) Activos fixos tangíveis e intangíveis / Gastos de depreciação e de amortização: **(a)** Foi efectuada a conferência da titularidade dos bens registados em '*Terrenos e recursos naturais*' e '*Edifícios e outras construções*' através da solicitação e verificação das respectivas cadernetas prediais urbanas; **(b)** Foi analisada a correcta valorização dos bens que foram objecto de reavaliação livre efectuada por entidade externa ao património imobiliário das estações de Cabo Ruivo, Miraflores e Santo Amaro; **(c)** Procedemos à análise e conferência das depreciações / amortizações do exercício, tendo os resultados obtidos sido satisfatórios;
- j) Capital próprio: Foram analisados os movimentos do ano, sendo de destacar os seguintes: **(a)** aplicação de resultados de 2012 (prejuízo de 64.299.284,88 euros), conforme aprovado em AG de 26/03/2013; **(b)** contrapartida da reavaliação livre efectuada aos complexos de Cabo Ruivo, Miraflores e Santo Amaro, a qual gerou um aumento nos excedentes de revalorização de 3.414.547,40 euros;
- k) Fornecimentos e serviços externos: Realização de testes por amostragem a diversas contas, tais como '*Comissões*', '*Conservação e reparação*', '*Electricidade*', '*Rendas e alugueres*', '*Seguros*' e '*Limpeza, higiene e conforto*', os quais tiveram como objectivo essencial a análise à contabilização dos documentos seleccionados segundo os critérios que nos pareceram mais adequados e a verificação da conformidade da despesa, bem como a razoabilidade dos saldos apresentados;

4/5





- l) Gastos com o Pessoal: **(a)** Foi efectuado um teste à integração do processamento salarial nas diferentes rubricas contabilísticas, tendo por base os processamentos salariais de Janeiro, Maio e Outubro de 2013, não tendo sido detectadas distorções materialmente relevantes; **(b)** teste por amostragem aos recibos de vencimento de Outubro de 2013, bem como aos respectivos encargos (SS + IRS);
- m) Gastos e perdas de financiamento: Conferência dos pagamentos dos juros relativos aos empréstimos bancários e às operações de *Swap* em 2013;
- n) Prestações de serviços: **(a)** Conferência das vendas do ano retiradas do sistema de Bilhética com as efectivamente contabilizadas, tendo os resultados obtidos sido satisfatórios; **(b)** teste por amostragem à integração das vendas de títulos de transporte em Dezembro de 2013;
- o) Subsídios do Governo: **(a)** Conferência dos recebimentos relativos à atribuição dos subsídios à exploração de serviço público de transportes, nomeadamente a Indemnização Compensatória atribuída pelo Estado em 2013.

2.8. Solicitação e obtenção da Declaração do órgão de gestão.

- 3. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas na presente data, na modalidade sem reservas e com ênfases, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por José Duarte Assunção Dias

**Sede Executiva**

Endereço: Alameda António Sérgio, n.º 62  
Complexo de Miraflores  
2795-221 Linda-a-Velha  
Telefone: 213 500 115

**Sede Social**

Endereço: Rua 1.º de Maio, 103  
1300-472 Lisboa

[www.carris.pt](http://www.carris.pt)